

# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano VI

nº 24

1963



ISSN 0034-7329



CAPES

Programa San Tiago Dantas



INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## ***Revista Brasileira de Política Internacional***

(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

©2004 *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*. Digitalização. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

### ***Instituto Brasileiro de Relações Internacionais***

Presidente de Honra: *José Carlos Brandi Aleixo*  
Diretor-Geral: *José Flávio Sombra Saraiva*  
Diretoria: *Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto,  
Pedro Mota Pinto Coelho*

Sede: *Universidade de Brasília  
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte  
70910-900 Brasília DF, Brasil*

Correspondência: Caixa Postal 4400  
70919-970 Brasília - DF, Brasil  
Fax: (55.61) 307 1655  
E-mail: [ibri@unb.br](mailto:ibri@unb.br)  
<http://www.ibri-rbpi.org.br>  
Site Brasileiro de Relações Internacionais:  
<http://www.relnet.com.br>

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*, *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais* e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

# Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

## Equipe

*Coordenador:* Antônio Carlos Moraes Lessa.

*Apoio Técnico:* Ednete Lessa.

*Assistentes de Pesquisa:* Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalacqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.

# RBPI

**Ano VI nº 24 Dezembro 1963**

Nota Liminar Índice da Revista Brasileira de Política Internacional

**RESENHA:** Desnuclearização da América Latina. Conferência da Associação PróParlamento Mundial. Conferência das Nações Unidas sobre Cacau. Dia das Nações Unidas. Mensagem do Presidente Goulart ao Secretário-Geral da ONU, U Thant. Conferência do CIES. Declarações do Chanceler Araújo Castro sobre as reuniões do CIES. Convênio Cultural Brasil-Argentina. Queixa da Venezuela contra Cuba. Declaração de voto do representante do Brasil no Conselho da OEA. Reconhecimento do Governo da República do Vietnam. Projeto brasileiro sobre a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento aprovado na Conferência da FAO. Importações polonesas de café.

**DOCUMENTOS:** Relatório sobre a Aliança para o Progresso apresentado à OEA pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Comunicado Conjunto Brasil-Paraguai. A Questão do Salto Grande das Sete Quedas.

**LIVROS:** Livros recentes sobre problemas políticos regionais e internacionais.

# INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. E seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

## Conselho Curador:

JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, Presidente — FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS, CARLOS BERENHAUSER JÚNIOR, J. B. BARRETO LEITE FILHO, CLEANTHO DE PAIVA LEITE, JOSÉ JOBIM, LINNEU DE ALBUQUERQUE MELLO, HERMES LIMA, HÉLIO JAGUARIBE, JOSÉ SETTE CÂMARA FILHO, AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE, JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, GERMANO JARDIM, JOAQUIM CAETANO GENTIL NETTO.

## Conselho Consultivo:

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, ANTÔNIO GALLOTTI, ARTHUR G. DE ARAÚJO JORGE, ASSIS CHATEAUBRIAND, C. A. NÓBREGA DA CUNHA, CARLOS MEDEIROS SILVA, CYRO DE FREITAS VALLE, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO, GUSTAVO CAPANEMA, HAROLDO VALADÃO, HERBERT MOSES, JOSUÉ DE CASTRO, LOURIVAL FONTES, LUIZ SIMÕES LOPES, MAURÍCIO DE MEDEIROS, NELSON DANTAS, NELSON ROMERO, OSCAR TENÓRIO, RAUL BITTENCOURT, ROSALINA COELHO LISBOA LARRAGOITI, THEMISTOCLES CAVALCANTI.

## Diretor Executivo:

HENRIQUE VALLE

---

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219  
RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

**REVISTA BRASILEIRA DE  
POLÍTICA INTERNACIONAL**

A *Revista Brasileira de Política Internacional*, editada trimestralmente pelo *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

*Diretor:*

HENRIQUE VALLE

*Direção e Administração:*

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1.219 — Tel. 42-4553

RIO DE JANEIRO

---

Assinatura anual: Cr\$ 1.200,00. Número avulso: Cr\$ 350,00. Para o exterior: Cr\$ 1.500 ou US\$ 4.00 (Dois anos: US\$ 7.00)

# Revista Brasileira de Política Internacional

---

Ano VI

Dezembro

Págs. 563 a 674

---

## SUMÁRIO

Nota Liminar .....	567
Índice da Revista Brasileira de Política Internacional .....	568

## RESENHA

Desnuclearização da América Latina .....	620
Conferência da Associação Pró-Parlamento Mundial .....	622
Conferência das Nações Unidas sobre Cacau .....	622
Dia das Nações Unidas .....	624
Mensagem do Presidente Goulart ao Secretário-Geral da ONU, U Thant .....	625
Conferência do CIES .....	625
Declarações do Chanceler Araújo Castro sobre as reuniões do CIES .....	627
Convênio Cultural Brasil--Argentina .....	630
Queixa da Venezuela contra Cuba. Declaração de voto do representante do Brasil no Conselho da O.E.A. ....	631
Reconhecimento do Governo da República do Vietnam .....	632
Projeto brasileiro sobre a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento aprovado na Conferência da FAO	633
Importações polonesas de café .....	633



## REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

### DOCUMENTOS

Relatório sobre a Aliança para o Progresso apresentado à O.E.A. pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek .....	634
Comunicado Conjunto Brasil-Paraguai .....	650
A Questão do Salto Grande das Sete Quedas .....	650

### LIVROS

Livros recentes sobre problemas políticos regionais e inter- nacionais .....	660
---	-----

## NOTA LIMINAR

Eleito Diretor Executivo do IBRI em 25 de junho de 1964, encontrei a *Revista Brasileira de Política Internacional* em atraso desde o número 24, relativo ao mês de dezembro de 1963. Desejando pôr rapidamente em dia a publicação, decidi dedicar êste volume ao Índice dos 23 volumes anteriores, trabalho executado pela Bibliotecária Léa Motta Fernandes. Contando com a colaboração de estudiosos da matéria, já estão em preparo vários números que tratarão cada um, exclusivamente, de temas como os Problemas do Comércio Internacional dos Produtos de Base, Desarmamento, Descolonização, Desenvolvimento e Comércio, e Política Cultural Internacional, e nos quais será especialmente acentuada a atuação do Brasil nesses vários setores da vida internacional.

Setembro de 1964.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

# Índice da Revista Brasileira de Política Internacional

Vols. 1 a 6

Nos. 1 a 23

**SINAIS CONVENCIONAIS:**

a = Artigo

d = Documento

l = Livro comentado

r = Resenha

O primeiro algarismo refere-se ao volume da revista; o segundo, entre parêntesis, ao número da revista; os demais correspondem à paginação.

Abdulgani, Roeslan — Ideologia política indonésia	1(4):33-48	a
A.B.F. — Humanité et subsistances, par André Guerrin	1(4):227	l
Academia de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos	3(11):175	r
Academia de Direito Internacional, <i>Haia</i>	2(7):132-133	r
Accioly, Hildebrando — As Nações Unidas e as Organizações Regionais	2(6):5-25	a
— Tratado de Direito Internacional Público	1(2):279-284	l
Acôrdio Brasil-EURATOM	4(15):126-127	r
Acôrdio Cafeeiro Latino-Americano	1(1):191-193	d
Acôrdio Comercial Trienal Brasileiro-Soviético	4(15):116-117	r
Acôrdio Cultural Brasil-Estados Unidos da América	1(1):193-197	d
Acôrdio Cultural Brasil-Itália	1(4):203-205	d
Acôrdio de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a URSS	6(22):316-324	d
Acôrdio de Cooperação Atômica Brasil-França	5(18):355-356	r
Acôrdio de Cooperação para usos civis da Energia Atômica entre o Brasil e os Estados Unidos da América	1(2):266-273	d
Acôrdio de Migração e Colonização entre o Brasil e o Japão	4(13):145-152	d
Acôrdio de Unidade Econômica Árabe	5(19):572	r
Acôrdio entre o Brasil e a França sobre Cooperação Técnico-Administrativa	2(8):176-179	d
Acôrdio entre o Brasil e a Itália de Cooperação Nuclear	1(4):206-209	d
Acôrdio entre o Brasil e a Itália para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais	1(4):213	d
Acôrdio entre o Brasil e a Itália para evitar a bitributação em matéria de navegação marítima e aérea	1(1):189-190	d
Acôrdio entre o Brasil e a Itália relativo à instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural	1(4):209-211	d
Acôrdio entre o Brasil e a Itália sobre o Serviço Militar obrigatório	1(4):209-211	d
Acôrdio entre o Brasil e a República Federal da Alemanha para evitar a bitributação das empresas de navegação aérea	1(2):273-275	d
Acôrdio entre o Brasil e o Fundo Especial das Nações Unidas	3(12):168-169	r
	4(15):148-154	d
Acôrdio entre o Brasil e Portugal sobre Turismo	3(12):186-187	d

Acôrdio entre o Brasil e Portugal sôbre vistos em passaportes comuns	3(12):185-186	d
Acôrdio Financeiro Anglo-Egípcio	2(6):141	r
Acôrdio Geral de Tarifas e Comércio	1(2):185-191	r
	2(7):119-120	r
	5(17):132-133	r
Acôrdio Internacional do Café	3(12):156-161	r
Acôrdio sôbre a cessação das hostilidades na Ar- gélia	5(19):580-598	d
	6(21):135-155	d
Acôrdio sôbre as águas da Bacia do Indo	3(12):173-174	r
Acôrdio sôbre o Irian Ocidental	5(19):557	r
Acôrdio Tripartite para o aproveitamento das águas do Rio Uruguai	3(12):172-173	r
Acôrdos Brasil-Itália	1(4):203-213	d
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
— Ásia do Sul	3(11):132-158	a
— Brasil	5(18):318-323	a
	6(21):128-130	r
Adoção de nacionalidade no direito brasileiro, por Ilmar Penna Marinho	4(16):36-50	a
Affonso, Almino — Declaração de voto	6(22):330-331	d
—O Movimento operário e a Aliança para o Progresso	6(22):187-195	a
ÁFRICA — Brasil	2(8):5-23	a
	3(9):82-95	a
	5(18):263-278	a
	5(19):501-512	a
	6(22):209-222	a
	6(23):506-507	r
— Comunidade Econômica Européia	6(21):88-104	a
— Estados Independentes	1(3):163	r
	2(7):113-115	r
	2(8):167-168	r
	3(11):170-171	r
— Europa	6(21):70-85	a
	6(21):88-104	a
— França	2(5):20-43	a
— Seminário sôbre assuntos africanos	4(16):148	r
África — as raízes da revolta, por Jack Woddis	5(18):387-389	l
África, colonialismo e assistência econômica, por Ralph von Gersdorff	4(13):92-118	a
África — complemento da Europa, por Arthur Ce- zar Ferreira Reis	6(21):70-85	a
A África do Sul e a Comunidade	4(14):185-188	r
África e Brasil: relações e competições econômi- cas, por Arthur Cezar Ferreira Reis	6(22):209-222	a
A África na era do petróleo, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	1(2):45-73	a
Agência Internacional de Energia Atômica	1(1):160	r
Aggression and world order, por Julius Stone	1(2):238-254	d
A.G.Q. — El Brasil en el año de Brasília, por Alvaro Teixeira Soares	3(9):206-208	l
ALALC: realizações e perspectivas, por Henrique Valle	4(13):178	l
	6(23):413-427	a

A.L.A.L.C. <i>ver</i> Associação Latino-Americana de Livre Comércio		
ALASCA	2(5):131-132	r
ALEMANHA OCIDENTAL <i>ver</i> REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA		
ALEMANHA ORIENTAL <i>ver</i> REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ		
Alencastre, Amílcar — O Brasil e as relações com o Leste e a URSS	4(14):197-201	1
L'Algérie et la République, por Raymond Aron	2(7):183-188	1
ALGODÃO	2(7):120-123	r
Alguns aspectos das relações Brasil-Estados Unidos, por Henrique Valle	4(16):5-18	a
ALIANÇA ATLÂNTICA	3(9):16-40	a
A Aliança Atlântica e a solidariedade dos aliados, por Claude Delmas	3(9):16-40	a
ALIANÇA PARA O PROGRESSO	4(14):143-150	r
	4(16):157-169	d
	5(17):17-27	a
	6(21):127	r
	6(22):187-195	a
	6(22):328-331	d
Aliança para o Progresso, por Milton S. Eisenhower, <i>comment.</i> e outros	6(21):164-168	1
ALIMENTOS PARA A PAZ	4(14):171-172	r
Alkmin, José Maria — Discurso	1(1):115-120	r
	1(2):176-181	r
	1(2):186-191	r
	3(11):203-209	1
Allen, G. C. — Japan's economic recovery		
Almeida, Cândido Antônio Mendes de <i>ver</i> Mendes de Almeida, Cândido Antônio		
Almeida, Romulo — Discurso	1(1):137-148	r
Almeida, Sebastião Pais de <i>ver</i> Pais de Almeida, Sebastião Alves, Célio José		
— Las Naciones que surgen — su desarrollo y la política de los Estados Unidos, por F. M. Bator e outros	5(17):176	1
— La Situación de la Iglesia en Yougoslavia, por Rastko Vidic	6(22):353	1
A.M. — Aggression and world order, por Julius Stone	3(9):208	1
— Ásia Maior — o planêta China, por Maria Martins	1(4):230	1
— British policy in changing Africa, por Sir Andrew Cohen	3(11):217	1
— Communist China and Asia, por A. Doak Barnett	3(11):216	1
— La Era de Trujillo, por Jesus de Galindez	2(5):196	1
— Franklin D. Roosevelt's world order, por Willard Range	3(10):186	1
— O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial, por Ilmar Penna Marinho	2(8):207	1
	4(15):169	1

— História diplomática do Brasil, por Carlos Delgado de Carvalho	3(11):214	1
— Lord Aberdeen and the Americas, por Wilbur Devereux Jones	3(10):188	1
— Le Maroc à l'épreuve, por Jeanet Simone Lacouture	2(8):209	1
— O nacionalismo na atualidade brasileira, por Hélio Jaguaribe	2(7):183	1
— La Yougoslavie — démocratie socialiste, por Jovan Djordjevic	3(9):206	1
Amado, Gilberto — Presença na política	2(6):188-172	1
AMAZÔNIA	3(9):5-15	a
	3(10):80-92	a
	3(11):75-91	a
	3(12):12-29	a
Amazônia: imperativos da política de densificação econômica, por Álvaro Teixeira Soares	3(12):12-29	a
A Amazônia na conjuntura internacional (I), por Arthur Cezar Ferreira Reis	3(9):5-15	a
A Amazônia na conjuntura internacional (II), por Arthur Cezar Ferreira Reis	3(10):80-92	a
A Amazônia na conjuntura internacional (III), por Arthur Cezar Ferreira Reis	3(11):75-91	a
AMÉRICA LATINA — Estados Unidos	1(4):49-75	a
	2(5):5-19	a
	2(6):146-167	d
	2(8):24-40	a
	3(12):5-10	a
	4(13):17-26	a
	4(15):13-27	a
— Nacionalismo	5(20):673-689	a
— Política	5(17):89-110	a
— Zona de Livre Comércio	2(8):117-119	r
	3(10):109-111	r
	3(10):143-159	r
A América Latina e o impacto sócio-econômico da revolução cubana, por Pedro C. M. Teichert	5(17):89-110	a
A América Latina e o plano Eisenhower: posição da Venezuela, por Romulo Betancourt	3(12):5-10	a
América Latina: integração econômica e reintegração política, por Felipe Herrera	5(19):454-473	a
<i>The American Assembly — The United States and Latin America</i>	3(10):174-184	1
Amoroso Lima, Alceu — Os Estados Unidos e a América Latina	4(13):17-26	a
— A Posição do Brasil em Punta del Este	5(17):5-12	a
Anderson, Jack — U.S.A. — second-class power?	3(9):189-195	1
Andrade, Plauto de — Aliança para o Progresso, por Milton S. Eisenhower, coment., e outros	6(21):168	1
— O Brasil e as relações com o Leste e a URSS, por Amílcar Alencastre	4(14):201	1
— Communism in Guatemala, por Ronald M. Schneider	4(13):176	1
— Escucha, Janqui, por C. Wright Mills	4(15):162	1



— From empire to nation, por Rupert Emerson	3(12):213	1
— The Role of the military in underdeveloped countries, por John J. Johnson	5(19):602	1
Andrade, Plauto de — Rumos da educação, por Jacques Maritain	6(23):548	1
— Socialismo e guerra, por Edward Kardelj	4(16):189	1
André, A. N. — Suicídio ou sobrevivência do Ocidente? por L. J. Lebre	4(13):162	1
ANGOLA — Nacionalismo	6(23):457-478	a
— Nações Unidas	5(17):143-146	d
Aniversário das Nações Unidas	1(1):154-155	r
	2(8):149-154	r
	3(12):169-171	r
ANTÁRTIDA	1(3):41-58	a
	1(4):76-99	a
	2(5):78-89	a
	3(9):144	r
	3(9):170-174	d
	3(11):118-130	a
	4(15):85-100	a
	3(9):144	r
A Antártida na política internacional		
Antártida: o problema político, (I), por João Frank da Costa	1(3):41-58	a
Antártida: o problema político (II), por João Frank da Costa	1(4):76-99	a
Antártida: o problema político (III), por João Frank da Costa	2(5):78-89	a
Antártida: o problema político (IV), por João Frank da Costa	3(11):118-130	a
Antártida: o problema político (V), por João Frank da Costa	4(15):85-100	a
Aranha, Oswaldo — Discurso	1(1):120-124	r
— Relações diplomáticas com a União Soviética	1(2):18-28	a
Araújo Castro, João Augusto de — Discurso	6(23):509-516	d
	6(23):483-489	r
	6(23):518-535	d
Araújo, João Hermes Pereira de — A processualística dos atos internacionais	2(8):180-184	1
ARBITRAGEM INTERNACIONAL — Conferência	1(4):184-185	r
ARGÉLIA — França	2(8):161-167	r
	5(19):580-598	d
	6(21):135-155	d
ARGENTINA — Brasil	1(2):225	r
	2(8):119-120	r
	3(9):161-162	r
	3(9):175-178	d
	4(13):129	r
	4(14):141-142	r
	4(14):188-194	r
— Chile	3(13):165-166	r
— Independência	3(11):161-164	r
— Política Internacional	5(17):165-170	d

Arinos de Mello Franco, Affonso — Discurso	4(14):134-141	r
	5(17):143-146	d
	5(18):370-375	d
	5(19):573-579	d
— Um estadista da República	1(1):199-207	l
Arms and politics in Latin America, por Edwin Lieuwen	3(11):199-203	l
Aron, Raymond — L'Algérie et la République	2(7):183-188	l
— La Tragédie algérienne	2(7):183-188	l
ASCOFAM <i>ver</i> Associação Mundial de Luta Contra a Fome		
ÁSIA — Brasil	2(8):5-23	a
ÁSIA DO SUL — Administração Pública	3(11):132-158	a
Asia Maior — o planêta China, por Maria Martins	1(4):227-230	l
O Aspecto legal da coexistência, por Milan Bartos	4(14):87-96	a
Aspectos geopolíticos do Brasil, por Golbery do Couto e Silva	2(7):169-171	l
Assembléia Geral das Nações Unidas — XII	1(1):120	r
— XIII	1(4):178-182	r
	2(5):115-116	r
— XIV	2(8):124-133	r
	3(9):140-142	r
— XV	3(12):147-153	r
— XVI	4(16):126-132	r
ASSISTÊNCIA ECONÔMICA	2(7):45-52	a
	2(7):61-75	a
	4(13):92-118	a
	4(14):154-169	r
	4(15):120-126	r
Assistência econômica externa aos países subdesenvolvidos	4(15):120-126	r
Assistência econômica internacional, por B. K. Nehru	2(7):45-52	a
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2(5):132-136	r
	2(6):66-89	a
Associação Internacional de Desenvolvimento	3(10):67-77	a
	4(13):130	r
Associação Internacional de Desenvolvimento, por Cleantho de Paiva Leite	3(10):67-77	a
Associação Latino-Americana de Livre Comércio	3(10):109-111	r
	3(10):143-159	r
	6(21):5-15	a
	6(23):413-427	a
Associação Mundial de Luta Contra a Fome	2(7):134-135	r
Ata de Bogotá	3(12):188-194	d
Atlas de política mundial, por Andrew Boyd	3(10):189-191	l
Atlas de relações internacionais, por Carlos Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, <i>organizadores</i>	4(14):210-212	l
Atuação nas Nações Unidas	5(17):128-130	r
Auxílios internacionais para o financiamento do ensino primário na América Latina, por Abgar Renault	5(17):31-41	a
Ávila, Fernando Bastos de, S.J. — Uma política imigratória para América Latina	3(11):22-36	a

Ayala, Júlio César Turbay — Visita ao Brasil	3(9):164-166	r
Banco Interamericano de Desenvolvimento	2(6):26-43	a
	2(6):105-116	r
	2(7):138-169	d
	3(9):137-139	r
	3(12):167-168	r
	4(14):169-171	r
Banco Interamericano de Desenvolvimento, por Cleantho de Paiva Leite	2(6):26-43	a
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	2(5):116-117	r
	3(12):161-166	r
Banco Mundial, Fundo Monetário e Corporação Financeira Internacional	2(8):140-149	r
	3(12):161-166	r
Banco Mundial, Fundo Monetário e Sociedade Financeira Internacional	2(5):116-117	r
BANCOS CENTRAIS DA AMÉRICA LATINA — Reunião	2(5):123-127	r
Barbosa da Silva, Edmundo Penna — Missão à União Soviética	3(9):166-168	r
Barbosa Lima Sobrinho — O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras	5(18):244-257	a
Barnett, A. Doak — Communist China and Asia	3(11):214-216	1
Barreto Leite Filho, J. B. — A Nova classe, por Milovan Djilas	1(3):202	1
— OPA: Primeiro ano de discussões e negociações	2(5):44-77	a
— Presença na política, por Gilberto Amado	2(6):172	1
— Um estadista da República, por Affonso Arinos de Mello Franco	1(1):207	1
Bartos, Milan — O Aspecto legal da coexistência	4(14):87-96	a
Bastian Pinto, Luis — A Política exterior do Brasil na América Latina	2(8):51-64	a
Bator, F. M. — Las Naciones que surgen — su desarrollo y la politica de los Estados Unidos	5(17):171-176	1
Bauer, Carlos Garcia — Beliza, problema da América	4(13):29-33	a
Belaunde Terry, Fernando — Eleição	6(23):493-494	r
BÉLGICA — Brasil	3(9):166	r
	5(18):363-364	r
Belin, Jacqueline — A Suíça diante das Nações Unidas	1(3):68-112	a
Beliza, problema da América, por Carlos Garcia Bauer	4(13):29-33	a
BELIZA <i>ver também</i> HONDURAS BRITANICAS		
Benham, Frederic C. C. — Conferência	4(15):120-126	r
Berezowski, Cezary — Coexistência e integração, duas formas de cooperação internacional	4(16):82-106	a
Berle, Adolf A., Jr. — Tides of crisis	1(3):202-207	1
Bernardes, Carlos Alfredo — Cooperação internacional em energia atômica	4(13):61-68	a
Betancourt, Romulo — América Latina e o plano Eisenhower: posição da Venezuela	3(12):5-10	a

— Venezuela — política e petróleo	1(1):214	1
Beyond the welfare state, por Gunnar Myrdal	4(15):155-157	1
Bezerra de Menezes, Adolpho Justo		
— A África na era do petróleo	1(2):45-73	a
— O Brasil e o mundo ázio-africano	1(1):216-217	1
— O Colonialismo na conjuntura ázio-africana	3(12):44-60	a
— Subdesenvolvimento e política internacional	6(23):538-542	1
Bloco Ocidental: problemas políticos, econômicos e militares, por J. M. Villar de Queiroz	6(23):431-454	a
BOLÍVIA — Brasil	1(2):221-223	r
	1(2):275-278	d
	1(3):113-120	a
BOLSAS DE ESTUDO	1(3):164-165	r
Bosch, Juan — Deposição	6(23):494-496	r
Bowles, Chester — Reexame do problema da China Comunista	3(11):5-18	a
Boyd, Andrew — Atlas de política mundial	3(10):189-191	1
Bradesco, Fausto — O Problema do desarmamento	3(11):94-116	a
BRASIL — África	2(8):5-23	a
	3(9):82-95	a
	5(18):263-278	a
	5(19):501-512	a
	6(22):209-222	a
	6(23):506-507	r
— América Latina	2(8):51-64	a
— Argentina	1(2):225	r
	2(8):119-120	r
	3(9):161-162	r
	3(9):175-178	d
	4(13):129	r
	4(14):141-142	r
	4(14):188-194	r
— Ásia	2(8):5-23	a
— Bélgica	3(9):166	r
	5(18):363-364	r
— Bolívia	1(2):221-223	r
	1(2):275-278	d
	1(3):113-120	a
— Camboja	4(13):144	r
— Canadá	3(10):135-136	r
	5(17):141-142	r
— Chile	1(1):174-178	r
	6(22):276-284	r
— Colômbia	1(3):168-172	r
	1(4):144-151	r
	3(9):164-166	r
— Cuba	3(11):174	r
— Equador	1(2):218-221	r
	3(9):162-163	r
	4(13):135-136	r
— Estados Unidos	1(1):193-197	d
	1(2):266-273	d
	1(4):128-138	r
	3(10):111-122	r

## BRASIL — Estados Unidos

- Etiópia
- Europa Oriental
- Exportação e Importação
- França

- Guiana Francêsa
- Honduras
- Hungria
- Israel

- Itália

- Iugoslávia

- Japão

- México

## BRASIL — Ministério das Relações Exteriores

- Nações Unidas
- Paraguai

- Peru

- Política e Governo

3(10):127-134	r
4(13):29-33	a
4(13):137-141	r
4(13):152-158	r
4(15):13-27	a
4(15):115-116	r
4(16):5-18	a
5(18):326-335	r
6(21):109-117	r
4(13):126	r
5(18):227-239	a
5(17):141	r
1(4):151-152	r
2(8):120-124	r
2(8):176-179	d
5(18):355-356	r
6(21):119-121	r
3(10):137-139	r
1(3):172-175	r
6(21):126-127	r
2(7):130-131	r
5(18):346-348	r
6(21):121-122	r
1(4):158-172	r
1(4):203-213	d
4(14):142-143	r
5(18):357-363	r
6(23):489-491	r
1(3):175-178	r
2(7):128-130	r
4(13):145-152	d
5(18):352-354	r
3(9):147-161	r
3(9):178-180	d
5(17):138-139	r
5(18):335-340	r
1(3):145-153	r
2(8):98-101	r
4(16):139-142	r
6(21):106-108	r
6(22):271-275	r
6(23):483-489	r
5(17):128-130	r
1(1):170-173	r
1(2):5-17	a
1(4):138-144	r
2(7):131	r
3(9):60-81	a
3(10):134-135	r
4(14):150-151	r
6(23):504-506	r
1(1):179-184	r
1(1):197-198	d
5(19):559-561	r
5(18):285-297	a

— Política econômica	3 (9): 180-182	d
— Política Internacional	1 (2): 156-178	r
	2 (6): 90-105	r
	2 (8): 51-64	a
	3 (10): 94-109	r
	4 (16): 121-126	r
	4 (16): 150-156	d
	5 (17): 5-12	a
	5 (17): 116-127	r
	5 (18): 370-375	d
	5 (19): 553-554	r
	6 (21): 106-108	r
	6 (23): 519-535	d
— Polônia	4 (16): 133-137	r
	5 (18): 340-344	r
	6 (21): 123-124	r
BRASIL — Portugal	1 (1): 164-170	r
	3 (12): 131-138	r
	3 (12): 175-187	d
— República Democrática Alemã	5 (17): 45-85	a
— República Dominicana	3 (12): 161	r
— República Federal da Alemanha	1 (2): 273-275	d
	3 (12): 145-147	r
	5 (18): 345-346	r
— República Popular da China	4 (16): 138-139	r
— Serviço Diplomático e Consular	1 (3): 165-168	r
	2 (7): 115-118	r
	2 (8): 170	r
	3 (9): 168	r
	3 (10): 141-142	r
	4 (14): 151-153	r
	5 (18): 318-323	a
	6 (21): 128-130	r
— Tcheco-Eslováquia	5 (18): 364-365	r
— União Belgo-Luxemburguesa	4 (14): 109-122	a
— União Soviética	1 (2): 18-28	a
	3 (9): 166-168	r
	3 (11): 38-72	a
	3 (11): 174-175	r
	4 (15): 116-117	r
	4 (16): 23-32	a
	5 (18): 348-351	r
	6 (22): 316-328	d
— Uruguai	6 (22): 284-289	r
— Vaticano	5 (18): 346	r
— Venezuela	6 (21): 127-128	r
Brasil-Bolívia: interligação dos sistemas ferroviários, por Luiz Alberto Whately	1 (3): 113-120	a
O Brasil e a ALALC, por Henrique Valle	6 (21): 5-15	a
O Brasil e a Comissão Especial de Consulta sobre Segurança	6 (22): 289-292	r
O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras, por Barbosa Lima Sobrinho	5 (18): 244-257	a
O Brasil e a independência do Paraguai, por R. Antônio Ramos	3 (9): 60-81	a

O Brasil e a política interamericana	1(3):138-145	r
O Brasil e a política sanitária internacional, por Maurício de Medeiros	1(1):98-110	a
O Brasil e a questão de Angola na ONU	5(17):143-146	d
O Brasil e a 3. <sup>a</sup> Guerra Mundial, por Antônio de Sousa Júnior	2(8):201-206	l
O Brasil e a União Belgo-Luxemburguesa, por Roger G. C. Jamez	4(14):109-122	a
O Brasil e as experiências nucleares	5(18):351-352	r
	5(19):556-557	r
O Brasil e as relações com o Leste e a URSS, por Amílcar Alencastre	4(14):197-201	l
O Brasil e o desarmamento	5(19):573-579	d
	6(21):155-159	d
O Brasil e o Mercado Comum Europeu	1(2):185-191	r
O Brasil e o mundo ázio-africano, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	1(1):216-217	l
O Brasil e o princípio de não-intervenção	6(21):131-135	d
O Brasil e o problema das migrações	4(13):130-133	r
O Brasil e os organismos internacionais para as migrações, por Celso Antônio de Souza e Silva	1(2):144-155	a
El Brasil en el año de Brasília, por Álvaro Teixeira Soares	4(13):176-178	l
O Brasil na Comissão do Desarmamento	5(17):134-135	r
O Brasil na Presidência do Conselho da OEA	4(13):121-123	r
O Brasil no Conselho de Segurança da ONU	5(19):554-555	r
Brasil — Paraguai: uma experiência de cooperação administrativa, por Lúcio Meira	1(2):5-17	a
Brasil — Portugal: as Comemorações Henriquinas	3(12):131-138	r
Brasil — República Dominicana: ruptura de relações diplomáticas	3(12):161	r
Brasileiro candidato ao Prêmio Nobel da Paz	6(22):303-304	r
BRASÍLIA	3(10):136-137	r
Brentano, Heinrich von — Visita ao Brasil	3(12):145-147	r
Breve história de la revolución mexicana, por Jesus Silva Herzog	4(16):177-184	l
British policy in changing Africa, por Sir Andrew Cohen	3(11):216-217	l
Bryant, Arthur — The Turn of the tide	1(4):217-221	l
Butwell, Richard A. — Southeast Asia among world powers	1(2):287-288	l
CAFÉ — Acôrdio Cafeeiro Latino-Americano	1(1):191-193	d
— Acôrdio Internacional	3(12):156-161	r
— Conferência Internacional	1(2):173-185	r
— Convenção Internacional	2(8):172-176	d
	4(13):134	r
	4(15):110-112	r
— Organização Internacional	1(2):258-266	d
— República Popular da China	2(6):142-145	r
Camargo, Alberto Lleras <i>ver</i> Lleras Camargo, Alberto		
CAMARÕES <i>ver</i> REPÚBLICA FEDERAL DOS CAMARÕES		
CAMBOJA — Brasil	4(13):144	r

O caminho (socialista) da Iugoslávia, por Josip-Broz Tito	4(14):212-219	1
Campos, Roberto de Oliveira		
— Relações Estados Unidos—América Latina: uma interpretação	2(8):24-40	a
— Sobre o conceito de neutralismo	4(15):5-10	a
CANADA — América	4(15):31-52	a
— Brasil	3(10):135-136	r
	5(17):141-142	r
O Canadá, país da América, por Marcel Roussin	4(15):31-52	a
Cardoso, Silvano — Solidaridad o desintegración, por Gunnar Myrdal	6(22):341	1
Carneiro, Nélson — A Situação dos contratados das legações	5(18):318-323	a
Carneiro, Octavio Augusto Dias <i>ver</i> Dias Carneiro, Octavio Augusto		
Carta da Organização da Unidade Africana	6(22):310-316	d
Carta da União de Repúblicas da África	5(18):385-386	d
Carta de Casablanca e Protocolo Anexo	4(16):170-173	d
Carta de Punta del Este	4(16):157-169	d
Carvalho, Adhamar Soares de — Civilization and foreign policy, por Louis J. Halle	2(5):188	1
Castañeda, Jorge — Mexico y el orden internacional	1(1):220-222	1
— Pan-Americanismo: posição do México	1(3):5-40	a
Castro, Josué de — Prêmio Nobel da Paz	6(22):303-304	r
— Uma política de combate à fome na América Latina	4(14):70-84	a
Castro, Paulo de — Dois estudos: conflito judeu-árabe e coexistência pacífica	6(22):332-337	1
A Terceira força	3(10):163-174	1
Castro, Paulus da Silva — O Poder nacional e a política exterior	3(9):98-112	a
Castro, Therezinha de, <i>organizadora</i> — Atlas de relações internacionais	4(14):210-212	1
The causes of world war three, por C. Wright Mills	2(7):189-194	1
Cavalcanti, Geraldo — Missão no Togo	2(7):53-60	a
Cavalcanti, H. F. — Russia with your eyes open, por J. V. Davidson-Houston	6(22):342	1
C.E.N.T.O. <i>ver</i> Organização do Tratado Central		
<i>Centro de pesquisas em desenvolvimento econômico e mudanças culturais da Universidade de Washington</i> — United States—Latin America relations	4(16):174-177	1
Centro Latino-Americano de Física	5(18):368-369	r
Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais	1(2):254-258	d
Centro de Estudos de Ciências Sociais da UNESCO na América Latina	1(1):161	r
CEPAL <i>ver</i> Comissão Econômica para a América Latina		
CHILE — Argentina	3(13):165-166	r
— Brasil	1(1):174-178	r
	6(22):276-284	r



CHINA COMUNISTA *ver* REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

La China Popular y su economía, por T. J. Hughes e D. E. T. Luard	5(18):391-395	l
CHIPRE — Independência	2(6):136-138	r
CIÊNCIA POLÍTICA	3(9):98-112	a
CIÊNCIAS SOCIAIS — Estudo e ensino — América Latina	1(1):161	r
	1(2):254-258	d
	1(3):189-193	d

CIES *ver* Conselho Interamericano Econômico e Social

Civilization and foreign policy, por Louis J. Halle	2(5):174-188	l
C. L. — O Brasil e o mundo ázio-africano, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	1(1):217	l
— The democratic Roosevelt, por Rexford G. Tugwell	1(2):286	l
— Report on the world social situation — United Nations	1(1):220	l
— Tides of crisis, por Adolf A. Berle, Jr.	1(3):207	l

Clarke, Sir Ashley — Commonwealth ou colonialismo?	1(4):16-32	a
--	------------	---

COCAÍNA	3(10):137	r
---------	-----------	---

COEXISTÊNCIA	4(14):87-96	a
	4(16):82-106	a

Coexistência e integração, duas formas de cooperação internacional, por Cezary Berezowski	4(16):82-106	a
---	--------------	---

Cohen, Sir Andrew — British policy in changing Africa	3(11):216-217	l
---	---------------	---

COLÔMBIA — Brasil	1(3):168-172	r
-------------------	--------------	---

	1(4):144-151	r
--	--------------	---

	3(9):164-166	r
--	--------------	---

COLONIALISMO	1(4):5-15	a
--------------	-----------	---

	1(4):16-32	a
--	------------	---

	3(12):44-60	a
--	-------------	---

	4(13):92-118	a
--	--------------	---

	6(23):500-502	r
--	---------------	---

O colonialismo na conjuntura ázio-africana, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	3(12):44-60	a
--	-------------	---

Colóquio Brasil-África	6(23):506-507	r
------------------------	---------------	---

COLÔMBIA, RIO	4(14):186-187	r
---------------	---------------	---

Comemorações Henriquinas	3(9):146-147	r
--------------------------	--------------	---

	3(12):131-138	r
--	---------------	---

COMÉRCIO — Zona livre	2(8):117-119	r
-----------------------	--------------	---

	3(10):109-111	r
--	---------------	---

O comércio entre o Brasil e a Europa Oriental, por Octavio Augusto Dias Carneiro	5(18):227-239	a
--	---------------	---

O comércio entre países pobres e ricos como causa de tensões, por José Figueres	5(20):651-668	a
---	---------------	---

COMÉRCIO INTERNACIONAL	5(19):419-448	a
------------------------	---------------	---

	5(20):651-668	a
--	---------------	---

	6(23):18-57	a
--	-------------	---

O comércio internacional de produtos de base (I), por Octavio Augusto Dias Carneiro	5(19):419-448	a
---	---------------	---

O comércio internacional de produtos de base (II), por Octavio Augusto Dias Carneiro	6(21):18-57	a
--	-------------	---

Comissão brasileira da Operação Pan-Americana	2(5):90-93	r
Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior	3(9):180-182	d
Comissão de Relações Exteriores do Senado	6(21):109	r
Comissão Econômica para a América Latina	4(15):172	r
Comissão Especial dos 21	2(5):93-96	r
	2(7):76-77	r
	3(12):144-145	r
Comissão Internacional de Juristas —		
— Concurso	4(13):141-142	r
— Resolução sobre a Indonésia	1(2):213-214	r
Comissão Jurídica Interamericana	3(9):139	r
Comitê Consultivo Internacional do Algodão	2(7):120-123	r
Comitê Especial de Desarmamento	2(8):156-158	r
Commonwealth ou colonialismo?, por Sir Ashley Clarke	1(4):16-32	a
<i>Communauté Économique Européenne</i> — La Première étape du Marché Commun	6(22):342-347	l
Communism in Guatemala, por Ronald M. Schneider	4(13):168-176	l
Communist China and Asia, por A. Doak Barnett	3(11):214-216	l
Comunicado conjunto brasileiro-americano	5(18):328-330	r
Comunicado conjunto brasileiro-mexicano	5(18):336-338	r
Comunidade Econômica Européia — África	6(21):88-104	a
Comunidade Européia de Energia Atômica — Brasil	4(15):126-127	r
Conceitos de solidariedade continental, por José Carlos de Macedo Soares	3(9):183-188	l
Concurso ao prêmio "Pro Deo — América Latina"	4(15):118-119	r
Concurso da Comissão Internacional de Juristas	4(13):141-144	r
Concurso de ensaios sobre questões internacionais	2(7):135-137	r
	3(9):168-169	r
	4(16):142-145	r
	5(17):136-138	r
Concurso polonês de Direito Internacional	2(7):134	r
CONDIÇÕES SOCIAIS	1(2):191-200	r
CONFERÊNCIAS — Benham, Frederic C. C.	4(15):120-126	r
— Kubitschek de Oliveira, Juscelino	2(5):137-151	d
— Negrão de Lima, Francisco	1(4):139-144	r
— Prieto, Luis Beltrán	5(20):792-794	r
— Rockefeller, David	5(20):791-792	r
— Simonsen, Mário Henrique	5(20):794-796	r
— Smaele, A. de	5(20):790-791	r
— U Thant	5(18):375-382	d
CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS —		
— Conferência da Organização Internacional do Trabalho, 7. <sup>a</sup> . Buenos Aires, 1961.	4(14):178-179	r
— Conferência da Organização de Solidariedade dos povos Afro-Asiáticos, 3. <sup>a</sup> . <i>Tanganica</i> , 1963.	6(21):118-119	r
— Conferência da União Interparlamentar, 46. <sup>a</sup> . <i>Londres</i> , 1957.	1(1):125-129	r
— Conferência da União Interparlamentar, 47. <sup>a</sup> . <i>Rio de Janeiro</i> , 1958.	1(4):153-158	r
	1(4):198-203	d

Conferência das Nações Unidas para a aplicação da ciência e da tecnologia às áreas menos desenvolvidas. <i>Genebra</i> , 1963.	6(21):125-126	r
Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas. <i>Viena</i> , 1961.	5(19):476-496	a
Conferência de Belgrado dos países neutralistas, 1961	4(16):137-138 5(17):156-164	r d
Conferência de Bogotá, 1960	3(12):144-145	r
Conferência de Brazzaville, 1960	4(14):183	r
Conferência de Casablanca, 1961	4(14):183-184	r
Conferência de cúpula dos estados africanos. <i>Adis-Abeba</i> , 1963	6(23):509-516	d
Conferência de Genebra, 1959	2(7):133-134 2(8):155-156	r r
Conferência de Iaundé de estados africanos de língua francesa	4(14):185	r
Conferência de Tananarive de dirigentes congolezes	4(14):184	r
A Conferência de Viena sobre Relações e Imunidades Diplomáticas, por Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	5(19):476-496	a
Conferência dos estados africanos independentes. <i>Acra</i> , 1958	1(3):163	r
Conferência dos países exportadores de petróleo, 2. <sup>a</sup> . <i>Caracas</i> , 1961.	4(14):179-182	r
A Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, por Hermes Lima	1(1):111-113	a
Conferência Econômica e Comercial da Comunidade Britânica, <i>Montreal</i> , 1958	1(4):193-197	r
Conferência Econômica Interamericana. <i>Buenos Aires</i> , 1957	1(1):111-113 1(1):114-120 1(1):185-189	a r d
Conferência Econômica Interamericana. <i>Punta del Leste</i> , 1961	4(15):103-109	r
Conferência Interamericana, 11. <sup>a</sup> . <i>Quito</i> , 1961	2(8):115-116 3(9):121-124 3(10):127 4(13):141	r r r r
Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho sobre a Aliança para o Progresso. <i>Bogotá</i> , 1962	6(22):187-195 6(22):328-331	a d
Conferência Internacional do Café. <i>Rio de Janeiro</i> , 1958	1(2):173-185	r
Conferência Internacional sobre o uso pacífico da Energia Atômica, 2. <sup>a</sup> . <i>Genebra</i> , 1958	1(4):191-193	r
Conferência Latino-Americana sobre tensões no Hemisfério Ocidental. <i>Salvador</i> , 1962	5(20):770-789	d
Conferência Mundial das Organizações não Governamentais, 5. <sup>a</sup> . <i>Roma</i> , 1957	1(1):161-162	r
Conferência Pan-Africana. <i>Adis-Abeba</i> , 1963	6(22):307-308 6(22):310-316 6(23):509-516	r d d

Conferência Regional Africana dos países membros da Organização Internacional do Trabalho, 1. <sup>a</sup> , Lagos, 1960	4(14):185	r
Conferência sobre Arbitragem Internacional. <i>New York</i> , 1958	1(4):184-185	r
Conferência sobre novas fontes de energia. <i>Roma</i> , 1961	4(16):148-149	r
Conferência sobre o Direito do Mar, 1. <sup>a</sup> . <i>Genebra</i> , 1958	1(3):153-157	r
Conferência sobre o Direito do Mar, 2. <sup>a</sup> . <i>Genebra</i> , 1960	3(11):169	r
Conferência sobre os problemas do Desenvolvimento Econômico. <i>Cairo</i> , 1962	5(19):561-572	r
Conferência sobre Relações e Imunidades Diplomáticas. <i>Viena</i> , 1961	5(19):476-496	a
CONGRESSOS INTERNACIONAIS —		
— Congresso Atlântico. <i>Londres</i> , 1959	2(7):107-109	r
— Congresso dos Povos Africanos, 3. <sup>o</sup> . <i>Cairo</i> , 1961	5(18):383-385	d
— Congresso Internacional das Instituições de Controle das Finanças Públicas, 3. <sup>o</sup> . <i>Rio de Janeiro</i> , 1959	2(7):110-112	r
Conselho da Europa	2(8):158-161	r
Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	1(1):129-137	r
	1(3):157-158	r
Conselho Interamericano de Jurisconsultos	2(8):116-117	r
Conselho Interamericano Econômico e Social	4(13):123-125	r
Conselho Nórdico	3(9):144-146	r
Constituição da Tunísia	3(11):177-182	d
Constituição provisória do Iraque	2(5):172-173	d
Consulado Geral do Brasil em Jerusalém	1(3):165-168	r
Contemporary theory in international relations, por Stanley Hoffmann, ed.	3(12):203-206	l
Contrabando x Legislação, por Milton Faria	4(16):190	l
Contrôle de suspensão de testes nucleares	1(4):189-191	r
Contrôle internacional de matérias-primas, por Álvaro Barcelos Fagundes	1(2):122-143	a
Convenção cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia	5(18):361-363	r
Convenção entre o Brasil e Portugal sobre Assistência Judiciária Gratuita	3(12):184-185	d
Convenção entre o Brasil e Portugal sobre dupla nacionalidade	2(12):182	d
Convenção entre o Brasil e Portugal sobre Representação Diplomática e Consular	3(12):182-184	d
Convenção Internacional do Café	2(8):172-176	d
Convenção relativa à criação de uma Organização Intergovernamental Consultiva de Navegação Marítima	1(3):179-189	d
O convênio comercial Brasil-Alemanha Oriental e o problema germânico, por Oliver Onody	5(17):45-85	a
Convênio constitutivo da Organização Internacional do Café	1(2):258-265	d

Convênio constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento	2(7):138-169	d
Convênio de Amizade e Consulta entre o Brasil e a Argentina	4(14):188-189	d
Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Argentina	3(9):175-178	d
Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o México	3(9):178-180	d
Convênio Internacional do Café	4(13):134	r
	4(15):110-112	r
Convênio para a Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Peru	1(1):197-198	d
Convênio sobre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	4(15):131-138	d
Le convenzioni di Ginevra di Diritto del Mare — <i>Societade Italiana para Organizações Internacionais</i>	3(12):200-203	l
Cook, Robert C. — Latin America — a decade of decision	4(15):169-172	l
Cooper, Catherine — The Land of amanhã: the story of Brazil today; the country, the people, the fieriest spirit	2(6):176-177	l
Cooperação Brasil-Paraguai	2(7):131	r
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4(13):61-68	a
	4(16):82-106	a
	5(19):517-525	a
Cooperação internacional em energia atômica, por Carlos Alfredo Bernardes	4(13):61-68	a
Coordenação das atividades de imigração	6(21):122-123	r
Corporação Financeira Internacional	2(8):140-149	r
	3(12):161-166	r
Corwin, Edward S. — Libertad y gobierno	2(7):171-175	l
Costa, João Frank da — Antártida: o problema político		
— I	1(3):41-58	a
— II	1(4):76-99	a
— III	2(5):78-89	a
— IV	3(11):118-130	a
— V	4(15):85-100	a
Couto e Silva, Golbery do — Aspectos geopolíticos do Brasil	2(7):169-171	l
Craveiro Lopes, Francisco Higino — Discurso	1(1):167-169	r
Criação da Comissão Preparatória da Organização Internacional do Café	1(2):265-266	d
CRIANÇAS — Proteção	4(16):110-117	a
Crise Haiti — República Dominicana	6(22):297-301	r
CUBA — Brasil	3(11):174	r
Curso de Relações Internacionais	5(17):140	r
Cyprus — touchstone for democracy — <i>União dos jornalistas dos jornais diários de Atenas</i>	2(7):175-178	l
Dantas, Francisco Clementino de San Thiago ver San Thiago Dantas, Francisco Clementino de		
Dantas, João Ribeiro — Missão ao Leste Europeu	4(15):114-115	r
Davidson-Houston, J. V. — Russia with your eyes open	6(22):341-342	l

D.C.A. — Arms and politics in Latin America, por Edwin Lieuwen	3(11):203	1
— Five ideas that change the world, por Barbara Ward	2(6):174	1
— Globe and Hemisphere, por Fred Rippy	2(6):176	1
— The Land of amanhã: the story of Brazil today; the country, the people, the fiest spirit, por Catherine Cooper	2(6):177	1
De Gaulle, Charles — Discurso	2(8):162-167	r
De La Rue, Philippe Aubert — O Neutralismo iugoslavo	5(19):530-547	a
Debrun, Michel — A Nova constituição francesa e a África negra	2(5):20-43	a
Declaração conjunta Brasil — Argentina	3(9):161-162	r
Declaração conjunta Brasil — Chile	1(1):176-178	r
	6(22):280-284	r
Declaração conjunta Brasil — Colômbia	1(3):172	r
	3(9):164-166	r
Declaração conjunta Brasil — Equador	1(2):221	r
	3(9):163	r
Declaração conjunta Brasil — Estados Unidos	3(10):121-122	r
Declaração conjunta Brasil — México	3(9):159-161	r
Declaração conjunta Brasil — Portugal	1(1):169-170	r
Declaração conjunta Brasil — República Federal da Alemanha	3(12):146-147	r
Declaração conjunta de 30 de abril de 1963, dos presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México	6(22):310	d
Declaração conjunta sobre cooperação comercial entre o Brasil e a Argentina	4(14):191-192	d
Declaração conjunta sobre cooperação política entre o Brasil e a Argentina	4(14):190-191	d
Declaração de Brasília	1(4):135-137	r
Declaração de Genebra de membros da Comunidade Científica Internacional	6(21):125-126	r
Declaração de Santiago do Chile	2(8):171-172	d
Declaração de São Paulo	1(4):169-171	r
Declaração Econômica de Buenos Aires	1(1):185-189	d
Declaração sobre Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Argentina	4(14):192-194	d
Decreto de criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos	4(14):194-196	d
Delgado de Carvalho, Carlos		
— Atlas de relações internacionais	4(14):210-212	1
— História Diplomática do Brasil	3(11):213-214	1
Delmas, Claude — A Aliança Atlântica e a solidariedade dos aliados	3(9):16-40	a
Demain la République, por Maurice Duverger	2(8):197-201	1
The Democratic Roosevelt, por Rexford G. Tugwell	1(2):284-286	1
Deposição do presidente da República Dominicana	6(23):494-496	r
Derecho de asilo diplomático, por Manuel Adolfo Vieira	5(18):389-391	1

DESARMAMENTO	1(2):29-44	a
	1(3):59-67	a
	2(8):156-158	r
	3(9):124-137	r
	3(11):94-116	a
	4(14):5-40	a
	5(17):134-135	r
	5(19):573-579	d
	6(21):155-159	d
	5(19):573-579	d
— Conferência de Genebra, 1962.		
O desarmamento como fator de desenvolvimento econômico na América Latina, por Gonzalo J. Fácio	1(2):29-44	a
Desarmamento dos países latino-americanos, por Rafael Garcia Velasco	1(3):59-67	a
Desarmamento na América Latina	3(9):124-137	r
El desarrollo económico y America Latina, por Howard S. Ellis, ed.	4(14):205-210	l
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5(19):517-525	a
	5(20):691-719	a
	6(21):60-68	a
— América Latina	5(19):454-473	a
	5(20):741-763	a
— Colônias	2(6):123-135	r
O desenvolvimento econômico dos territórios não autônomos	2(6):123-135	r
Desenvolvimento econômico e cooperação internacional, por José Antônio Mayobre	5(19):517-525	a
Desnuclearização da América Latina	6(22):301-302	r
	6(22):309-310	d
Development banks, por William Diamond	1(3):207-211	l
Dia Pan-Americano	4(14):172-178	r
Diamond, William — Development banks	1(3):207-211	l
Diário dos acontecimentos mundiais (Outubro-Dezembro 1962)	5(20):764-769	r
Dias Carneiro, Octavio Augusto —		
— O Comércio entre o Brasil e a Europa Oriental	5(18):227-239	a
— O Comércio internacional de produtos de base, I	5(19):419-448	a
— O Comércio internacional de produtos de base, II	6(21):18-57	a
— Discurso	1(1):148-154	r
— Interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na América Latina	1(4):49-75	a
— Organização econômica nacional e economia internacional	2(8):65-93	a
Dicionário de direito internacional público, por Rubens Ferreira de Mello	6(21):160-161	l
Diégues Júnior, Manoel —		
— George Canning e o Brasil, por Caio de Freitas	2(8):186	l
— O Gigante e o rio: ação de Mauá no Uruguai e na Argentina, por Alvaro Teixeira Soares	1(4):216	l

La diplomacia en torno al Canal de Panama, por Lilia P. Claret de Woogd	4(14):202-205	l
O direito do espaço interplanetário, por Haroldo Valladão	2(7):24-44	a
DIREITO DO MAR <i>ver</i> MAR (DIREITO INTER- NACIONAL)		
DIREITO INTERPLANETÁRIO	2(7):24-44	a
DIREITOS HUMANOS	1(1):5-31	a
	2(8):154-155	r
	3(11):182-198	d
Os Direitos Humanos como fundamento da ordem jurídica e política, por Vicente Rão	1(1):5-31	a
DISCRIMINAÇÃO RACIAL	3(9):142-143	r
	3(11):164-165	r
	5(18):365-368	r
	6(23):503	r
A discriminação racial na África do Sul	3(9):142-143	r
DISCURSOS — Alkmin, José Maria	1(1):115-120	r
—	1(2):176-181	r
— Almeida, Rômulo	1(2):186-191	r
— Aranha, Oswaldo	1(1):137-148	r
— Araújo Castro, João Augusto de	1(1):120-124	r
	6(23):483-489	r
	6(23):509-516	d
	6(23):518-535	d
— Arinos de Mello Franco, Affonso	4(14):134-141	r
	5(17):143-146	d
	5(18):370-375	d
	5(19):573-579	d
— Craveiro Lopes, Francisco Higino	1(1):167-169	r
— De Gaulle, Charles	2(8):162-167	r
— Dias Carneiro, Octavio Augusto	1(1):148-154	r
— Dulles, John Foster	1(4):131-133	r
— Eisenhower, Dwight D.	3(10):117-121	r
— Freitas Valle, Ciro de	1(4):173-176	r
— Frondizi, Arturo	1(2):230-237	r
— Goulart, João	5(17):116-127	r
	5(18):330-335	r
	5(18):338-340	r
— Gronchi, Giovanni	1(4):165-169	r
— Hammarskjöld, Dag	2(8):137-139	r
— Joffily, José	2(6):123-135	r
— Kennedy, John Fitzgerald	4(14):143-150	r
— Kubitschek de Oliveira, Juscelino	1(1):164-166	r
	1(1):171-172	r
	1(2):174-176	r
	1(2):226-230	r
	1(3):141-145	r
	1(3):173-178	r
	1(4):133-135	r
	1(4):154-157	r
	1(4):160-165	r
	2(5):90-93	r
	2(6):108-111	r



	2(6):116-123	r
	2(7):85-92	r
	2(7):123-126	r
	3(9):116-121	r
	3(9):148-154	r
	3(10):112-116	r
	3(11):162-164	r
	3(12):134-138	r
— Lafer, Horácio	2(8):98-101	r
	2(8):104-107	r
	2(8):121-123	r
	2(8):133-137	r
	3(10):123-127	r
	3(12):149-153	r
— Lins, Evandro	6(22):271-275	r
— Lôbo, Fernando	4(13):121-123	r
— Lopes, Lucas	2(5):124-127	r
— López Mateos, Adolfo	3(9):154-161	r
— Macedo Soares, José Carlos de	1(1):174-176	r
	1(1):183-184	r
	1(2):219-220	r
	1(2):223-225	r
	1(3):146-149	r
	1(3):168-171	r
— Mora, José A.	1(2):181-185	r
— Moreira Salles, Walter	3(10):128-134	r
— Negrão de Lima, Francisco	1(1):156-160	r
	1(3):149-153	r
	1(4):129-130	r
	1(4):178-182	r
	2(6):111-116	r
	2(7):92-94	r
— Pais de Almeida, Sebastião	2(8):141-149	r
	3(12):157-166	r
— Penna Marinho, Ilmar	6(21):131-135	d
— Prado, Manuel	1(1):179-182	r
— Ranieri Mazzilli, Paschoal	1(4):157-158	r
— San Thiago Dantas, Francisco Clementino de	2(8):107-115	r
	3(9):127-137	r
	4(16):121-126	r
	6(21):155-195	d
— Santamaria, Carlos Sanz de	2(7):98-107	r
— Schmidt, Augusto Frederico	1(5):97-115	r
	2(7):77-84	r
	2(7):94-98	r
	2(8):126-133	r
— Silos, Geraldo de Carvalho	6(22):299-301	r
— Sousa Gomes, Henrique de	1(1):130-137	r
— Stroessner, Alfredo	1(1):172-173	r
— Sukarno	2(7):126-128	r
— Takahito Mikasa, <i>príncipe</i>	1(3):175-176	r
— Thomaz, Américo	3(12):132-135	r
— Torres, José Garrido	2(5):117-123	r
Djilas, Milovan — A Nova Classe	1(3):194-202	l

Djordjevic, Jovan — La Yougoslavie — démocratie socialiste	3(9):203-206	1
Os dois Brasis, por Jacques Lambert	5(19):607-610	1
Dois estudos: conflito judeu-árabe e coexistência pacífica, por Paulo de Castro	6(22):332-337	1
Dorticós, Oswaldo — Visita ao Brasil	3(11):174	r
Dulles, John Foster — Discurso	1(4):131-133	r
Duverger, Maurice — Demain la République	2(8):197-201	1
ECONOMIA INTERNACIONAL	2(8):65-93	a
	6(22):253-268	a
A economia internacional no século XX, por José Maria Gouveia Vieira	6(22):253-268	a
Economic survey of Latin America, 1957 — <i>United Nations. Economic Commission for Latin America</i>	2(7):194-196	1
ECOSOC ver Conselho Econômico e Social das Nações Unidas		
EDUCAÇÃO — América Latina	5(20):637-648	a
Efeitos da radiação atômica	1(4):185-188	r
Eichmann, Adolf — Julgamento	4(15):138-147	d
Eisenhower, Dwight D. — Carta ao presidente Juscelino Kubitschek	1(3):140	r
— Discurso	3(10):117-121	r
Eisenhower, Milton S. — Aliança para o Progresso (coment.)	6(21):164-168	1
— Os Estados Unidos e a América Latina; relatório	2(6):146-167	d
ELEIÇÕES — África do Sul	4(13):144	r
— Chile	6(22):293-294	r
— Itália	6(22):292-293	r
As eleições municipais do Chile	6(22):293-294	r
Eleições na Itália	6(22):292-293	r
Ellis, Howard S. — El Desarrollo económico y América Latina	4(14):205-210	1
Emerson, Rupert — From empire to nation	3(12):206-213	1
— Interesses americanos na África	2(6):43-65	a
EMIGRAÇÃO ver MIGRAÇÕES		
En retard d'une paix, por Jules Moch	1(4):230-233	1
ENCAMPAÇÃO DE CONCESSIONARIAS ESTRANGEIRAS	5(18):244-257	a
Encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina	4(14):141-142	r
Encontro entre os presidentes do Brasil e da Itália	4(14):142-143	r
ENERGIA	4(16):148-149	r
ENERGIA ATÔMICA — Acôrdio entre o Brasil e a França	5(18):355-356	r
— Acôrdio entre o Brasil e os Estados Unidos	1(2):266-273	d
— Agência Internacional	1(1):160	r
	1(2):238-254	d
— Conferência internacional para uso pacífico, 2. <sup>a</sup> Genebra, 1958	1(4):191-193	r
— Cooperação internacional	4(13):61-68	a
— Experiências nucleares	1(4):189-191	r
	5(18):351-352	r
	5(19):556-557	r

	6(22):301-302	r
	6(22):309-310	r
— Radiação atômica	1(4):185-188	r
ENERGIA ELÉTRICA — Seminário sobre Coope-		
rativas de Eletrificação Rural. Recife, 1957.	1(1):162-164	r
Ensino de Relações Internacionais no Brasil	2(7):133	r
ENSINO PRIMARIO — América Latina	5(17):31-41	a
EQUADOR — Brasil	1(2):218-221	r
	3(9):162-163	r
	4(13):135-136	r
La era de Trujillo, por Jesus de Galindez	2(5):191-196	l
Escucha, ianqui, por C. Wright Mills	4(15):157-162	l
Espirito Santo, Newton do — Os Movimentos na-		
cionalistas angolanos	6(23):457-478	a
Estado de Madagascar	2(5):130-131	r
Estado do Alasca	2(5):131-132	r
Estado do Havai	2(6):139-140	r
Estados africanos independentes	2(8):167-168	r
Estados Árabes Unidos	1(2):216-217	r
ESTADOS UNIDOS — África	2(6):43-65	a
— América Latina	1(4):49-75	a
	2(5):5-19	a
	2(6):146-167	d
	2(8):24-40	a
	3(12):5-10	a
	4(13):17-26	a
	4(15):13-27	a
— Brasil	1(1):193-197	d
	1(2):266-273	d
	1(4):128-138	r
	3(10):111-122	r
	3(10):127-134	r
	4(13):29-33	a
	4(13):137-141	r
	4(13):152-158	d
	4(15):13-27	a
	4(15):115-116	r
	4(16):5-18	a
	5(18):326-335	r
	6(21):109-117	r
— Japão	3(10):139-140	r
— Política internacional	3(10):5-30	a
— Programa de ajuda ao exterior	4(14):154-169	r
— República Popular da China	3(11):5-18	a
Os Estados Unidos e a América Latina, por Alceu		
Amoroso Lima	4(13):17-26	a
Os Estados Unidos e a América Latina; relatório,		
por Milton S. Eisenhower	2(6):146-167	d
Os Estados Unidos no cenário mundial, por Adlai		
Stevenson	3(10):5-30	a
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atô-		
mica	1(2):238-254	d
Estatutos da Faculdade Latino-Americana de Ciên-		
cias Sociais	1(3):189-193	d
Estatutos do Centro Latino-Americano de Pesqui-		
sas em Ciências Sociais	1(2):255-258	d

ESTRADAS DE FERRO	1(3):113-120	a
ESTRADAS DE RODAGEM	3(10):140	r
Estudantes estrangeiros no Brasil	5(17):139-140	r
Estudo sôbre a relação jurídica entre o respeito dos direitos humanos e o exercício da democracia	3(11):182-198	d
ETIÓPIA — Brasil	4(13):126	r
EURATOM <i>ver</i> Comunidade Européia de Energia Atômica		
EUROPA — África	6(21):70-85	a
	6(21):88-104	a
	5(18):227-239	a
EUROPA ORIENTAL — Brasil		
L'Europe devant l'Amérique Latine, por Hendrick Riemens	5(19):602-605	l
EXPERIÊNCIAS NUCLEARES <i>ver</i> ENERGIA ATÔMICA		
Exportações brasileiras	5(17):141	r
A extradição do ex-presidente Pérez Jimenez	6(23):507-508	r
Fácio, J. Gonzalo — O Desarmamento como fator de desenvolvimento econômico na América Latina	1(2):29-44	a
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	1(3):189-193	d
Fagundes, Alvaro Barcelos — Contrôlo internacional de matérias-primas	1(2):122-143	a
Faria, Milton — Contrabando X Legislação	4(16):190	l
Faure, Edgard — Le Serpent et la tortue	1(3):211-215	l
Federação da Malásia	6(23):496-497	r
A Federação da Malásia, por Oswaldo Trigueiro	1(3):121-137	a
Federação das Índias Ocidentais	1(3):160-163	r
	4(14):153-154	r
	4(16):146-147	r
	2(6):138-139	r
Federação dos Emirados Árabes do Sul		
Fernandes, Raul — O Malôgro da segurança pela união das nações e a liderança americana	1(1):32-75	a
Ferreira de Souza, José — Porto Rico — estado livre associado	1(4):5-15	a
FRONTEIRAS <i>ver</i> LIMITES E FRONTEIRAS		
Figueres, José — O comércio entre países pobres e ricos como causa de tensões	5(20):651-668	a
FINANÇAS — Brasil	4(15):114	r
FINANCIAMENTO INTERNACIONAL	2(7):61-75	a
Fischlowitz, Estanislau —		
— Beyond the welfare state, por Gunnar Myrdal	4(15):157	l
— Internacionalização da política social	6(22):225-250	a
— Latin America — a decade of decision, por Robert C. Cook	4(15):172	l
— Política social internacional	4(13):72-89	a
— Saint-Germain ou la négociation, por Francis Walder	2(8):189	l
— Subsídios para a "Doutrina Africana" do Brasil	3(9):82-95	a
— United States — Latin America relations — Centro de pesquisas em desenvolvimento econômico e mudanças culturais da Universidade de Washington	4(16):177	l

FISI ver Fundo das Nações Unidas para a Infância		
Five ideas that change the world, por Barbara Ward	2(6):172-174	1
FOME	2(7):134-135	q
	4(14):70-84	a
Fontaine, Françoise — A Integração européia e o retrocesso dos nacionalismos	5(20):722-738	a
Fontes de financiamento internacional, por Victor A. Pane	2(7):61-75	a
Fôrça atômica da OTAN	6(22):302-303	r
FRANÇA — África	2(5):20-43	a
— Argélia	2(8):161-167	r
	5(19):580-598	d
	6(21):135-155	d
— Brasil	1(4):151-152	r
	2(8):120-124	r
	2(8):176-179	d
	5(18):355-356	r
FRANÇA — Brasil	6(21):119-121	r
— Constituição, 1958	2(5):20-43	a
	2(5):128-129	r
	2(5):158-171	d
França — A Quinta República	2(5):128-129	r
France, troubled ally, por Edgar S. Furniss, Jr.	3(11):209-212	1
Franklin D. Roosevelt's world order, por Willard Range	3(10):184-186	1
Frei, Eduardo — Tendências e perspectivas inter-americanas	2(5):5-19	a
Freitas, Caio de — George Canning e o Brasil	2(8):184-186	1
Freitas Valle, Ciro de — Discurso	1(4):173-176	r
Freyre, Gilberto — Idéias errôneas sobre o Brasil	5(18):285-297	a
— Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje	4(13):163-168	1
From empire to nation, por Rupert Emerson	3(12):206-213	1
Frondizi, Arturo — Discurso	1(2):230-237	r
Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa	3(10):137-139	r
FRONTEIRAS ver LIMITES E FRONTEIRAS		
O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial, por Ilmar Penna Marinho	2(8):206-207	1
	4(15):167-169	1
Fundo das Nações Unidas para a Infância	4(16):110-117	a
Fundo Monetário Internacional	2(5):116-117	r
	2(8):140-149	r
	3(12):161-166	r
Furniss, Edgar S., Jr. — France, troubled ally	3(11):209-212	1
O futuro da liberdade e a "Aliança para o Progresso", por Richard Goodwin	5(17):17-27	a
Galindez, Jesus de — La Era de Trujillo	2(5):191-196	1
Garaicoa, Teodoro Alvarado — Plataforma submarina e mar territorial	2(8):41-50	a
Gardner, Richard N. — Sterling dollar diplomacy	1(3):215-217	1

Garrido, Luis Alvarado — A Peruanidade de Tumbes, Jaén e Maynas, e o protocolo do Rio de Janeiro de 1942	4(14):43-55	a
O GATT e o Mercado Comum Sul-Americano	2(7):119-120	r
GATT <i>ver</i> Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio		
G.D.L. — Atlas de política mundial, por Andrew Boyd	3(10):191	1
— O Brasil e a 3. <sup>a</sup> Guerra Mundial, por Antonio de Sousa Júnior	2(8):206	1
— The causes of world war three, por C. Wright Mills	2(7):194	1
— Contemporary theory in international relations, por Stanley Hoffmann	3(12):206	1
— International and interregional economics, por Seymour E. Harris	3(9):211	1
— Traité et documents diplomatiques, por Paul Reuter e André Gross	3(12):215	1
— Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje, por Gilberto Freyre	4(13):168	1
G.E.N.S. — Contrabando X Legislação, por Milton Faria	4(16):190	1
George Canning e o Brasil, por Caio de Freitas	2(8):184-186	1
Gersdorff, Ralph von — África, colonialismo e assistência econômica	4(13):92-118	a
O gigante e o rio — Ação de Mauá no Uruguai e na Argentina (1851-1878) por Álvaro Teixeira Soares	1(4):214-216	1
Globe and Hemisphere, por Fred Rippey	2(6):174-176	1
Gomes, Henrique de Sousa <i>ver</i> Sousa Gomes, Henrique de		
Gondim, Hugo Gouthier de Oliveira <i>ver</i> Gouthier, Hugo		
Goodwin, Richard — O futuro da liberdade e a "Aliança para o Progresso"	5(17):17-27	a
Gordon, Lincoln — Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil	4(15):13-27	a
Goulart, João — Discurso	5(17):116-127	r
	5(18):330-335	r
	5(18):338-340	r
Gouthier, Hugo — Missão ao Sudeste da Ásia	2(7):115-118	r
Governo de coalisão no Laos	5(19):558-559	r
GRÁ-BRETANHA — Colônias	1(4):16-32	a
— República Árabe Unida	2(6):141	r
Gronchi, Giovanni — Discurso	1(4):165-169	r
Gros, André — Traité et documents diplomatiques	3(12):213-215	1
GUERRA (DIREITO INTERNACIONAL)	3(12):77-91	a
A guerra e o Direito Internacional, por Heitor A. Herrera	3(12):77-91	a
Guerrin, André — Humanité et subsistances	1(4):221-227	1
GUIANA BRITÂNICA — Independência	3(11):166-167	r
GUIANA FRANCESA — Brasil	3(10):137-139	r
GUINÉ FRANCESA — Independência	2(5):129-130	r
GUINÉ OCIDENTAL	1(2):209-214	r
Haedo, Victor — Visita ao Brasil	5(17):133-134	r
HAITI — República Dominicana	6(22):297-301	r

Halle, Louis J. — Civilization and foreign policy	2(5):174-188	1
Hammarskjöld, Dag — Discurso	2(8):137-139	r
— Morte	4(16):133	r
Harris, Seymour E. — International and interregional economics	3(9):208-211	1
HAVAI	2(6):139-140	r
Herrera, Felipe — América Latina: integração econômica e reintegração política	5(19):454-473	a
Herrera, Heitor A. — A guerra e o Direito Internacional	3(12):77-91	a
Herzog, Jesus Silva — Breve história de la revolución mexicana	4(16):177-184	1
História diplomática do Brasil, por Carlos Delgado de Carvalho	3(11):213-214	1
Hoffmann, Stanley, ed. — Contemporary theory in international relations	3(12):203-206	1
HONDURAS — Brasil	1(3):172-175	1
HONDURAS BRITÂNICAS	4(13):29-33	a
	4(15):55-68	a
As Honduras Britânicas e a reivindicação guatemalteca, por D. A. G. Waddell	4(15):55-68	a
Houston, John A. — Latin America in the United Nations	2(8):190-197	1
Hughes, T. J. — La China Popular y su economía	5(18):391-395	1
Humanité et subsistances, por André Guerrin	1(4):221-227	1
HUNGRIA — Brasil	6(21):126-127	r
I.D.A. <i>ver</i> Associação Internacional de Desenvolvimento		
Idéias errôneas sobre o Brasil, por Gilberto Freyre	5(18):285-297	a
Ideologia política indonésia, por Roeslan Abdulgani	1(4):33-48	a
Iliá, Arturo — Eleição	6(23):491-493	r
I.M.C.O. <i>ver</i> Organização Intergovernamental Consultiva de Navegação Marítima		
IMIGRAÇÃO <i>ver</i> MIGRAÇÕES		
IMPOSTOS <i>ver</i> TRIBUTAÇÃO		
Incidente nas relações Brasil — França	6(21):119-121	r
Independência da Guiana Britânica	3(11):166-167	r
Independência da Guiné Francesa	2(5):129-130	r
A Independência da Nigéria, por Godwin Alaoma Onyegbula	3(12):63-74	a
Independência de Chipre	2(6):136-138	r
Independência de Tanganica	4(14):186	r
ÍNDIA — Política internacional	6(22):199-206	a
— Portugal	3(11):167-169	r
ÍNDIAS OCIDENTAIS <i>ver</i> Federação das Índias Ocidentais		
INDO, RIO	2(8):168-169	r
	3(10):141	r
	3(12):173-174	r
INDONÉSIA — Nova Guiné Ocidental	1(2):209-214	r
— Política e Governo	1(4):33-48	a
A Indonésia e a Nova Guiné Ocidental	1(2):209-214	r
INFORMAÇÃO — América Latina	4(15):128-130	r

Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro	4(14):194-196	d
Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro — Concurso	2(7):135-137	r
	3(9):168-169	r
	4(16):142-145	r
	5(17):136-138	r
— Curso	5(17):140	r
Instituto Internacional de Civilizações Diferentes, Bruxelas	3(11):175-176	r
Instituto Polonês de Assuntos Internacionais, Varsóvia — Concurso	2(7):134	r
Instrumentos firmados entre o Brasil e a Argentina	4(14):188-194	d
Instrumentos firmados entre o Brasil e Portugal	3(12):175-187	d
A integração europeia e o retrocesso dos nacionalismos, por Max Kohnstamm e François Fontaine	5(20):722-738	a
Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética, por Paulo Leão de Moura	4(16):23-32	a
Interesses americanos na África, por Rupert Emerson	2(6):43-65	a
Interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na América Latina, por Octavio Augusto Dias Carneiro	1(4):49-75	a
Internacionalização da Política Social, por Stanislaw Fischlowitz	6(22):225-250	a
International and interregional economics, por Seymour E. Harris	3(9):208-211	l
International Bank for Reconstruction and Development. Fourteenth annual report 1958-1959	2(8):209-210	l
Investigação da morte de Patrice Lumumba	4(15):117-118	r
INVESTIMENTOS	4(15):72-81	a
IRAQUE	1(2):217-218	r
— Constituição	2(5):172-173	d
IRIAN OCIDENTAL	5(19):557	r
ISRAEL — Brasil	2(7):130-131	r
	5(18):346-348	r
	6(21):121-122	r
ITALIA — Brasil	1(4):158-172	r
	1(4):203-213	d
	4(14):142-143	r
IUGOSLAVIA — Brasil	5(18):357-363	r
	6(23):489-491	r
— Política Internacional	5(19):530-547	a
Jaguaribe, Hélio — O nacionalismo na atualidade brasileira	2(7):178-183	l
James, Roger G. C. — O Brasil e a União Belgo-Luxemburguesa	4(14):109-122	a
Japan's economic recovery, por G. C. Allen	3(11):203-209	l
JAPÃO — Brasil	1(3):175-178	r
	2(7):128-130	r
	4(13):145-152	d
	5(18):352-354	r
JAPÃO — Estados Unidos	3(10):139-140	r



J.B.G. — El desarrollo económico y América Latina, por Howard S. Ellis	4(14):210	1
JERUSALÉM — Consulado Geral do Brasil	1(3):165-168	r
Jimenez, Marcos Perez <i>ver</i> Perez Jimenez, Marcos		
J.J. — Venezuela — Política e petróleo, por Romulo Betancourt	1(1):216	1
J.M.S. — Sterling dollar diplomacy, por Richard N. Gardner	1(3):217	1
João XXIII — Morte	6(22):304-307	r
Joffily, José — Discurso	2(6):123-135	r
Johnson, John J. — The role of the military in underdeveloped countries	5(19):599-602	1
Johnson, Paul — The Suez war	1(1):211-214	1
Jones, Wilbur Devereux — Lord Aberdeen and the Americas	3(10):187-188	1
JORDANIA	1(2):217-218	r
Kahuda Frankvsek — Visita ao Brasil	5(18):364-365	r
Kardelj, Edward — Socialismo e guerra	4(16):185-189	1
Karukanaran, K. P. — A política exterior da Índia e a pressão da direita	6(22):199-206	a
Kennedy, John Fitzgerald — Discurso	4(14):143-150	r
— Mensagem ao Congresso Americano	4(14):154-169	r
Kohnstamm, Max — A integração europeia e o retrocesso dos nacionalismos	5(20):722-738	a
Kubitschek de Oliveira, Juscelino		
— Carta ao presidente Alberto Lleras Camargo	1(4):145-147	r
— Carta ao presidente Dwight D. Eisenhower	1(3):138-140	r
— Conferência	2(5):137-151	d
— Discurso	1(1):164-166	r
	1(1):171-172	r
	1(2):174-176	r
	1(2):226-230	r
	1(3):141-145	r
	1(3):173-178	r
	1(4):133-135	r
	1(4):154-157	r
	1(4):160-165	r
	2(5):90-93	r
	2(6):108-111	r
	2(6):116-123	r
	2(7):85-92	r
	2(7):123-126	r
	3(9):116-121	r
	3(9):148-154	r
	3(10):112-116	r
	3(11):162-164	r
	3(12):134-138	r
— Exposição às Classes Armadas	1(4):101-112	r
— Mensagem à ONU	1(1):155-156	r
— Mensagem ao Congresso Nacional	1(2):156-173	r
	2(6):90-105	r
	3(10):94-109	r
O Kuwait na ONU	6(22):304	r
Lacouture, Jean — Le Maroc à l'épreuve	2(8):207-209	1

Lacouture, Simonne — Le Maroc à l'épreuve	2(8):207-209	1
Láfer, Horácio — Discurso	2(8):98-101	r
	2(8):104-107	r
	2(8):121-123	r
	2(8):133-137	r
	3(10):123-127	r
	3(12):149-153	r
	5(19):607-610	1
Lambert, Jacques — Os dois Brasis		
The Land of amanhã: the story of Brazil today; the country, the people, the fiest spirit, por Catherine Cooper	2(6):176-177	1
Landau, Georges Daniel — Política internacional e assistência técnica	2(6):66-89	a
— The United States and Latin America — <i>The American Assembly</i>	3(10):184	1
LAOS — Política e Governo	5(19):558-559	r
Latin America — a decade of decision, por Robert C. Cook	4(15):169-172	1
Latin America in the United Nations, por John A. Houston	2(8):190-197	1
Law and politics in inter-american diplomacy, por C. Neale Ronning	6(23):548-549	1
L.C. — Latin America in the United Nations, por John A. Houston	2(8):197	1
Leão de Moura, Paulo — Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética	4(16):23-32	a
Lebret, L. J. — Suicídio ou sobrevivência do Oci- dente?	4(13):159-162	1
Leite, Cleantho de Paiva — Associação Interna- cional de Desenvolvimento	3(10):67-77	a
— Banco Interamericano de Desenvolvimento	2(6):26-43	a
— United States — Latin America relations	3(10):163	1
Leite Filho, J. B. Barreto <i>ver</i> Barreto Leite Fi- lho, J. B.		
Lengyel, Peter — Pluralismo e dualismo na Ásia do Sul	3(11):132-158	a
Lewis, W. Arthur — Problemas econômicos do desenvolvimento	5(20):691-719	a
Libertad y gobierno, por Edward S. Corwin	2(7):171-175	1
Lieuwen, Edwin — Arms and politics in Latin America	3(11):199-203	1
Lima, Francisco Negrão de <i>ver</i> Negrão de Lima, Francisco		
Lima, Hermes — A Conferência econômica da Organização dos Estados Americanos	1(1):111-113	a
LIMITES E FRONTEIRAS	3(10):137-139	r
	3(11):165-166	r
	4(14):43-55	a
	6(22):271-275	r
Lins, Evandro — Discurso		
Lippman, Walter — Partes de um todo: Brasil, hemisfério e comunidade oceânica	4(13):29-33	a
Liutenant en Algérie, por Jean-Jacques Servan- -Schreiber	2(5):188-191	1
Lleras Camargo, Alberto — Carta ao presidente Juscelino Kubitschek	1(4):147-151	r

— Posição da Colômbia no sistema jurídico interamericano	4(13):5-13	a
Lôbo, Fernando — Discurso	4(13):121-123	r
Lopes, Francisco Higino Craveiro <i>ver</i> Craveiro Lopes, Francisco Higino		
Lopes, Lucas — Discurso	2(5):124-127	r
López Mateos, Adolfo — Discurso	3(9):154-161	r
Lord Aberdeen and the Americas, Por Wilbur Devereux Jones	3(10):187-188	l
Lordello de Mello, Diogo — África — as raízes da revolta	5(18):389	l
Luard, D. E. T. — La China Popular y su economía	5(18):391-395	l
Lumumba, Patrice — Morte	4(15):117-118	r
Lutz, Gertrude — As Nações Unidas e a criança na sociedade contemporânea	4(16):110-117	a
M.A. — Política externa independente, por Francisco Clementino de San Thiago Dantas	5(19):606	l
MACAU — República Popular da China	3(10):51-64	a
Macedo Soares, José Carlos de		
— Conceito de solidariedade continental	3(9):183-188	l
— Discurso	1(1):174-176	r
	1(1):183-184	r
	1(2):219-220	r
	1(2):223-225	r
	1(3):146-149	r
	1(3):168-171	r
MADAGASCAR	2(5):130-131	r
MALÁSIA	1(3):121-137	a
O malôgro da segurança pela união das nações e a liderança americana, por Raul Fernandes	1(1):32-75	a
Mauraux, André — Visita ao Brasil	2(8):120-124	r
MAR (DIREITO INTERNACIONAL)	1(3):149-153	r
	2(8):41-50	a
	3(11):169	r
Marinho, Ilmar Penna <i>ver</i> Penna Marinho, Ilmar		
Maritain, Jacques — Rumos da educação	6(23):542-548	l
Le Maroc à l'épreuve, por Jean e Simonne Lacouture	2(8):207-209	l
Martins, Maria — Ásia Maior — o planêta China	1(4):227-230	l
Mateos, Adolfo López <i>ver</i> López Mateos, Adolfo		
MATÉRIAS-PRIMAS	1(2):122-143	a
	5(19):419-448	a
	6(21):18-57	a
Mathias, Hélio — La China Popular y su economía, por T. J. Hughes e D. E. T. Luard	5(18):395	l
— Dois estudos: conflito judeu-árabe e coexistência pacífica, por Paulo de Castro	6(22):337	l
— Subdesenvolvimento e política internacional, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	6(23):542	l
— Viabilidad económica de América Latina, por Victor L. Urquidí	6(21):172	l
Matos, Juan M. Martín — A neutralidade espanhola durante a segunda Guerra Mundial	3(12):94-126	a

Mattos Peixoto, José Carlos de — Tratado de Direito Internacional Público, por Hildebrando Accioly	1(2):284	l
Maurell Filho, Emilio — O problema do desenvolvimento	4(14):5-40	a
Mayobe, José Antônio — Desenvolvimento econômico e cooperação internacional	5(19):517-525	a
Mazrui, Ali A. — As reações africanas à Comunidade Econômica Européia	6(21):88-104	a
Mazzili, Paschoal Ranieri <i>ver</i> Ranieri Mazzili, Paschoal		
Medeiros, Mauricio de — O Brasil e a política sanitária internacional	1(1):98-110	a
Meira, Lúcio — Brasil-Paraguai: uma experiência de cooperação administrativa	1(2):5-17	a
Mello, Diogo Lordello de <i>ver</i> Lordello de Mello, Diogo		
Mello Franco, Affonso Arinos de <i>ver</i> Arinos de Mello Franco, Affonso		
Mello, Rubens Ferreira de — Dicionário de Direito Internacional Público	6(21):160-161	l
Memorando do governo brasileiro à Comunidade Econômica Européia	3(12):194-199	d
Mendes de Almeida, Cândido Antônio — Perspectiva atual da América Latina	3(9):196-200	l
Mendes Viana, Antônio — O mundo afro-asiático — sua significação para o Brasil	2(8):5-23	a
Menezes, Adolpho Justo Bezerra de <i>ver</i> Bezerra de Menezes, Adolpho Justo		--
Mensagem do presidente Juscelino Kubitschek	1(1):155-156	r
Mercado Comum Africano	5(18):364	r
Mercado Comum Atlântico	3(12):33-41	a
Mercado Comum Centro-Americano	1(4):182-184	r
Mercado Comum Europeu — Brasil	1(2):185-191	r
	3(12):194-199	d
Mercado Comum Sul-Americano	2(7):119-120	r
Mercado Regional Latino-Americano	1(1):188-189	d
	1(2):74-121	a
MÉXICO — Brasil	3(9):147-161	r
	3(9):178-180	d
	5(17):138-139	r
	5(18):335-340	r
Mexico y el orden internacional, por Jorge Castañeda	1(1):220-222	l
M.H.C. — U.S.A. — second-class power? por Drew Pearson e Jack Andrew	3(9):195	l
MIGRAÇÕES	1(2):144-155	a
	3(11):22-36	a
	4(13):130-133	r
	6(21):122-123	r
Millikan, Max F. — A proposal: key to an effective foreign policy	1(1):207-211	l
Mills, C. Wright — The causes of world war three — Escucha, ianqui	2(7):189-194	l
	4(15):157-162	l
MINAS E MINERAIS — Brasil	4(16):54-77	a

MIRIM, LAGOA	6 (22): 331-332	r
Missão "Alimentos para a Paz"	4 (14): 171-172	r
Missão brasileira nos Estados Unidos	6 (21): 110-117	r
Missão comercial à República Popular da China	4 (16): 138-139	r
Missão comercial à União Soviética	3 (9): 166-168	r
Missão especial ao Leste europeu	4 (15): 114-115	r
Missão especial ao Sudeste da Ásia	2 (7): 115-118	r
Missão especial do governo brasileiro à Bolívia	1 (2): 221-225	r
Missão especial dos E.U.A.	4 (15): 115-116	r
Missão no Togo, por Geraldo Cavalcanti	2 (7): 53-60	a
M.L.F. — Development banks, por William Diamond	1 (3): 211	l
Moch, Jules — En retard d'une paix	1 (4): 230-233	l
Monge, Luís Alberto — O movimento trabalhista e os programas de desenvolvimento econômico	5 (20): 741-761	a
Moore, Ben T. — NATO and the future of Europe	2 (5): 196-199	l
Mora, José A. — Discurso	1 (2): 181-185	r
— Secretário-Geral da OEA	1 (3): 163-164	r
Moreira Salles, Walter — Discurso	3 (10): 128-134	r
Morray, J. F. — Origens da guerra fria	5 (17): 176-185	l
Morte do Secretário-Geral da ONU	4 (16): 133	r
Moseley, George V. H. — A nova China e o velho Macáu	3 (10): 51-64	a
Moura, Paulo Leão de <i>ver</i> Leão de Moura, Paulo		
Moussa, Pierre — Les nations prolétaires	3 (9): 200-203	l
O movimento operário e a Aliança para o Progresso, por Almino Affonso	6 (22): 187-195	a
O movimento trabalhista e os programas de desenvolvimento econômico, por Luís Alberto Monge	5 (20): 741-761	a
Os movimentos nacionalistas angolanos, por Newton do Espírito Santo	6 (23): 457-478	a
O mundo afro-asiático — sua significação para o Brasil, por Antônio Mendes Viana	2 (8): 5-23	a
Muniz, João Carlos — O significado da Operação Pan-Americana	2 (7): 5-23	a
Myrdal, Gunnar — Beyond the welfare state	4 (15): 155-157	l
— Solidaridad o desintegración	6 (22): 337-341	l
NACIONALIDADE	4 (16): 36-50	a
NACIONALISMO	5 (20): 673-689	a
	5 (20): 722-738	a
Nacionalismo e desenvolvimento, por Daniel Cosío Villegas	5 (20): 673-689	a
O nacionalismo na atualidade brasileira, por Hélio Jaguaribe	2 (7): 178-183	l
Las naciones que surgen — su desarrollo y la política de los Estados Unidos, por F. M. Ba-tor e outros	5 (17): 171-176	l
Nações Unidas — Angola	5 (17): 143-146	d
— Aniversário	1 (1): 154-155	r
	2 (8): 149-154	r
	3 (12): 169-171	r

Nações Unidas — Assembléia-Geral — XII	1(1):120	r
— XIII	1(4):178-182	r
	2(5):115-116	r
— XIV	2(8):124-133	r
	3(9):140-142	r
— XV	3(12):147-153	r
— XVI	4(16):126-132	r
— Brasil	4(15):148-154	d
	5(17):128-130	r
— Conferência sôbre Relações e Imunidades Diplomáticas. Viena, 1961	5(19):476-496	a
— Conselho de Segurança	5(19):554-555	r
— Conselho Econômico e Social	1(1):129-137	r
	1(3):157-158	r
— Kwait	6(22):304	r
— Oriente Médio	1(4):173-177	r
— Seminário sôbre Direitos Humanos	2(8):154-155	r
— Suíça	1(3):68-112	a
— Togo	2(7):53-60	a
As Nações Unidas e a criança na sociedade contemporânea, por Gertrude Lutz	4(16):110-117	a
As Nações Unidas e as Organizações Regionais, por Hildebrando Accioly	2(6):5-25	a
Nascimento e Silva, José Eulálio do		
— Conceito de solidariedade continental, por José Carlos de Macedo Soares	3(9):188	l
— A Conferência de Viena sôbre Relações e Imunidades Diplomáticas	5(19):476-496	a
— Le Convenzioni di Ginevra di diritto del mare — <i>Sociedade italiana para organizações internacionais</i>	3(12):203	l
— Derecho de asilo diplomático, por Manuel Adolfo Vieira	5(18):391	l
— Dicionário de Direito Internacional Público, por Rubens Ferreira de Mello	6(21):161	l
— O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial, por Ilmar Penna Marinho	2(8):207	l
	4(15):169	l
— La procédure de conclusion des accords internationaux au Brésil, por Vicente Martotta Rangel	4(16):185	l
— A processualística dos atos internacionais, por João Hermes Pereira de Araujo	2(8):184	l
— Tratado sôbre a nacionalidade, por Ilmar Penna Marinho	5(17):193	l
— Tratados e atos internacionais, Brasil-Portugal	5(18):396	l
Les nations prolétaires, por Pierre Moussa	3(9):200-203	l
NATO and the future of Europe, por Ben T. Moore	2(5):196-199	l
NATO ver Organização do Tratado do Atlântico Norte		
NATURALIZAÇÃO	5(18):318-323	a
NAVEGAÇÃO AÉREA	4(14):99-106	a

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA	1(3):158-160	r
Nawz, Mohammad — O Uso da força nas relações internacionais	1(3):179-189	d
Negociações financeiras do Brasil	5(18):303-312	a
As negociações sobre a nova RAU	4(15):114	r
Negrão de Lima, Francisco — Conferência	6(23):499-500	r
— Discurso	1(4):139-144	r
	1(1):156-160	r
	1(3):149-153	r
	1(4):129-130	r
	1(4):178-182	r
	2(6):111-116	r
	2(7):92-94	r
Nehru, B. K. — Assistência econômica internacional	2(7):45-52	a
A neutralidade espanhola durante a Segunda Guerra Mundial, por Juan M. Martín Matos	3(12):94-126	a
NEUTRALISMO	3(12):94-126	a
	4(15):5-10	a
	4(15):113-114	r
	5(19):530-547	a
O neutralismo iugoslavo, por Philippe Aubert De La Rue	5(19):530-547	a
NIGÉRIA — Independência	3(12):63-74	a
Nkrumah, Kwame — Un líder y su pueblo	6(21):161-163	l
IX — Período de sessões plenárias da CEPAL	4(15):127	r
Nota conjunta Brasil — Itália	1(4):171-172	r
Nota reversal sobre o aproveitamento do petróleo boliviano	1(2):275-278	d
A nova capital do Brasil	3(10):136	r
A nova China e o velho Macáu, por George V. H. Moseley	3(10):51-64	a
A nova classe, por Milovan Djilas	1(3):194-202	l
A nova constituição da França	2(5):158-171	d
A nova constituição francesa e a África negra, por Michel Debrun	2(5):20-43	a
Nova designação para o Pacto de Bagdá	2(8):169-170	r
NOVA GUINÉ OCIDENTAL — Indonésia	1(2):209-214	r
Nova missão diplomática do Brasil	3(9):168	r
	3(10):141-142	r
Nova política externa do Brasil, por Jânio Quadros	4(16):150-156	d
A Nova RAU	6(22):294-297	r
Novas missões diplomáticas do Brasil	2(7):118-119	r
	2(8):170	r
	4(14):151-153	r
	3(11):170-171	r
As novas nações independentes da África	4(15):72-81	a
Nôvo ambiente para investimento privado internacional, por Clifford Frank Owen	1(3):145-153	r
Nôvo Ministro das Relações Exteriores	2(8):98-101	r
	4(14):134-141	r
	6(21):106-108	r
	6(22):271-275	r
	6(23):483-489	r

Nôvo Presidente da Argentina	6(23):491-493	r
Nôvo Presidente do Brasil	3(12):129-130	r
Nôvo Presidente do Peru	6(23):493-494	r
OEА ver Organização dos Estados Americanos		
OECD ver Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico		
OIT ver Organização Internacional do Trabalho		
Ónody, Oliver — O convênio comercial Brasil-Alemanha Oriental e o problema germânico	5(17):45-85	a
— Relações comerciais do Brasil com o bloco soviético	3(11):38-72	a
ONU — A crise no Oriente Médio	1(4):173-177	r
A ONU condena o colonialismo português	6(23):500-502	r
A ONU e o <i>apartheid</i> sul-africano	6(23):503	r
ONU ver Nações Unidas		
Onyegbula, Godwin Alaoma — A independência da Nigéria	3(12):63-74	a
OPA: Primeiro ano de discussões e negociações, por Barreto Leite Filho, J. B.	2(5):44-77	a
OPERAÇÃO PAN-AMERICANA	1(3):138	r
	1(4):100-128	r
	1(4):139-144	r
	2(5):44-77	a
	2(5):90-93	r
	2(5):137-158	d
	2(6):105	r
	2(7):5-23	a
	2(7):76-107	r
	3(9):41-59	a
	3(9):113-121	r
	3(10):33-48	a
	3(10):123-127	r
	3(11):160-161	r
	3(12):144-145	r
	3(12):188-199	d
	4(14):58-66	a
Operação Pan-Americana antecedentes e perspectivas, por Celso Antônio de Souza e Silva	3(9):41-59	a
Operação Pan-Americana — o catalisador oculto? por T. Graydon Upton	4(14):58-66	a
Operação Pan-Americana: uma política a formular, por José Garrido Tôrres	3(10):33-48	a
Organização da Unidade Africana	6(22):310-316	d
Organização das Caraíbas	4(16):147	r
Organização de solidariedade dos povos afro-asiáticos — Conferência	6(21):118-119	r
Organização do Caribe	3(12):153-154	r
Organização do Tratado Central	2(8):169-170	r
Organização do Tratado do Atlântico Norte	1(2):200-209	r
	2(7):107-109	r
	3(9):16-40	a
	6(22):302-303	r
Organização dos Estados Americanos —		
— Bolsas de estudo	1(3):164-165	r
— Comissão de consulta sobre segurança	6(22):289-292	r



— Comissão especial dos 21	2(5):93-96	r
	2(7):76-77	r
	3(12):144-145	r
— Conferência Econômica Interamericana. <i>Buenos Aires</i> , 1957	1(1):111-113	a
	1(1):114-120	r
	1(1):185-189	d
— Conferência Econômica Interamericana. <i>Punta del Este</i> , 1961	4(15):103-109	r
— Presidência do Conselho	4(13):121-123	r
— Secretário-Geral José A. Mora	1(3):163-164	r
Organização dos países exportadores de petróleo	4(14):179-182	r
Organização econômica nacional e economia inter- nacional, por Octavio Augusto Dias Carneiro	2(8):65-93	a
Organização Intergovernamental Consultiva de Na- vegação Marítima	1(1):76-97	a
	1(3):158-160	r
	1(3):179-189	d
A Organização Intergovernamental Consultiva de Navegação Marítima, por Jayme Magrassi de Sá	1(1):76-97	a
Organização Internacional do Café	1(2):258-266	d
Organização Internacional do Trabalho		
— Conferência, 7. <sup>a</sup> <i>Buenos Aires</i> , 1961	4(14):178-179	r
— Conferência regional africana, 1. <sup>a</sup> <i>Lagos</i> , 1960	4(14):185	r
Organização Mundial de Saúde	1(1):98-113	a
Organização para a Cooperação e o Desenvolvi- mento Econômico	3(12):154-156	r
	4(15):131-138	d
	4(16):145-146	r
Organizações não governamentais — Conferência, 5. <sup>a</sup> <i>Roma</i> , 1957	1(1):161-162	r
ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	2(6):5-25	a
Origens da guerra fria, por J. F. Morray	5(17):176-185	l
El oro y la crisis del dollar, por R. Triffin	6(23):536-538	l
OSPAA <i>ver</i> Organização de Solidariedade dos Po- vos Afro-Asiáticos		
O.T. — L'Algérie et la République, por Raymond Aron	2(7):188	l
— Demain la République, por Maurice Du- verger	2(8):201	l
— En retard d'une paix, por Jules Moch	1(4):233	l
— Mexico y el orden internacional, por Jorge Castañeda	1(1):222	l
— Les nations prolétaires, por Pierre Moussa	3(9):203	l
— NATO and the future of Europe, por Ben T. Moore	2(5):199	l
— Le serpent et la tortue, por Edgard Faure	1(3):215	l
— La tragédie algérienne, por Raymond Aron	2(7):188	l
OTAN <i>ver</i> Organização do Tratado do Atlântico Norte		
Owen, Clifford Frank — Novo ambiente para in- vestimento privado internacional	4(15):72-81	a

P.A. — O caminho (socialista) da Iugoslávia, por Josip Broz Tito	4(14):219	l
— Os dois Brasis, por Jacques Lambert	5(19):610	l
— France, troubled ally, por Edgar S. Furniss, Jr.	3(11):212	l
Pacto de Bagdá <i>ver</i> Organização do Tratado Central		
Pactos de segurança no Oriente Médio	2(6):140-141	r
Pais de Almeida, Sebastião — Discurso	2(8):141-149	r
	3(12):157-161	r
	3(12):162-166	r
Paiva, Glycon de — Problemática mineral brasileira	4(16):54-77	a
PAN-AMERICANISMO	1(3):5-40	a
	1(3):138	r
	2(8):24-40	a
	4(13):5-13	a
	4(14):172-178	r
Pan-Americanismo: posição do México, por Jorge Castañeda	1(3):5-40	a
Pane, Victor A. — Fontes de financiamento internacional	2(7):61-75	a
PARAGUAI — Brasil	1(1):170-173	r
	1(2):5-17	a
	1(4):138-144	r
	2(7):131	r
	3(9):60-81	a
	3(10):134-135	r
	4(14):150-151	r
	6(23):504-506	r
— Independência	3(9):60-81	a
Pares, C. N. O. — Atlas de relações internacionais, por Carlos Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, organizadores	4(14):212	l
Partes de um todo: Brasil, hemisfério e comunidade oceânica, por Walter Lippman	4(13):29-33	a
Pearson, Drew — U.S.A. — second-class power?	3(9):189-195	l
Penna Marinho, Ilmar		
— Adoção de nacionalidade no direito brasileiro	4(16):36-50	a
— Declaração de voto na OEA	6(22):291-292	r
— Discurso	6(21):131-135	d
— O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial	2(8):206-207	l
	4(15):167-169	l
— Tratado sobre a nacionalidade	5(17):191-193	l
Perez Jimenez, Marcos — Extradicação	6(23):507-508	r
Perspectiva atual da América Latina, por Cândido Antônio Mendes de Almeida	3(9):196-200	l
PERU — Brasil	1(1):179-184	r
	1(1):197-198	d
	5(19):559-561	r
A peruanidade de Tumbes, Jaén e Maynas, e o protocolo do Rio de Janeiro de 1942, por Luís Alvarado Garrido	4(14):43-55	a

PETRÓLEO — África	1(2):45-73	a
— Bolívia	1(2):275-278	d
— Conferência dos países exportadores, 2. <sup>a</sup> Caracas, 1961	4(14):179-182	r
Pinay, Antoine — Visita ao Brasil	2(8):120-124	r
Pinto, Luís Bastian <i>ver</i> Bastian Pinto, Luís		
Plano de partilha das águas da bacia do Indo	2(8):168-169	r
	3(10):141	r
Planos para a Rodovia Asiática	3(10):140	r
Plantações de café na China Comunista	2(6):142-145	r
A plataforma continental, por Raphael Valentino Sobrinho	6(23):375-409	a
Plataforma submarina e mar territorial, por Teo- doro Alvarado Garaicoa	2(8):41-50	a
Plaza, Galo — Problemas da educação na América Latina	5(20):637-648	a
Pluralismo e dualismo na Ásia do Sul, por Peter Lengyel	3(11):132-158	a
O poder nacional e a política externa, por Paulus da Silva Castro	3(9):98-112	a
POLÍTICA EXTERIOR <i>ver</i> POLÍTICA INTERNA- CIONAL		
A política exterior da Índia e a pressão da direita, por K. P. Karukanaran	6(22):199-206	a
A política exterior do Brasil em 1957	1(2):156-178	r
A política exterior do Brasil em 1958	2(6):90-105	r
A política exterior do Brasil em 1959	3(10):94-109	r
A política exterior do Brasil em 1960	4(14):125-133	r
	4(15):121-126	r
A política exterior do Brasil em 1961	5(17):116-127	r
A política exterior do Brasil em 1962	5(19):553-554	r
A política exterior do Brasil em 1963	6(21):106-108	r
A política exterior do Brasil na América Latina, por Luís Bastian Pinto	2(8):51-64	a
Política externa independente, por Francisco Cle- mentino de San Thiago Dantas	5(19):605-606	l
Política interna e relações internacionais, por João Camilo de Oliveira Tôrres	2(8):94-97	a
POLÍTICA INTERNACIONAL	2(6):66-89	a
	3(11):5-18	a
	5(18):375-382	d
— Argentina	5(17):165-170	d
— Brasil	1(2):156-178	r
	2(6):90-105	r
	2(8):51-64	a
	3(10):94-109	r
	4(16):121-126	r
	4(16):150-156	d
	5(17):5-12	a
	5(17):116-127	r
	5(18):370-375	d
	5(19):553-554	r
	6(21):106-108	r
	6(23):518-535	d
— Estados Unidos	3(10):5-30	a

— Índia	6(22):199-206	a
— Iugoslávia	5(19):530-547	a
Política internacional e assistência técnica, por Georges Daniel Landau	2(6):66-89	a
POLÍTICA SOCIAL	4(13):72-89	a
	6(22):225-250	a
Política social internacional, por Estanislau Fisch- lowitz	4(13):72-89	a
Pololitchev, Nicolai S. — Visita ao Brasil	5(18):348-351	r
POLÔNIA — Brasil	4(16):133-137	r
	5(18):340-344	r
	6(21):123-124	r
Ponte internacional Quaraí-Artigas e melhora- mento da bacia da Lagoa Mirim	6(22):331-332	d
Popovitch, Kotcha — Visita ao Brasil	5(18):357-363	r
Por que um Mercado Regional Latino-Americano?, por José Garrido Tórres	1(2):74-121	a
PÓRTO RICO	1(4):5-15	a
Pôrto Rico — Estado livre associado, por José Fer- reira de Souza	1(4):5-15	a
PORTUGAL — Brasil	1(1):164-170	r
	3(12):131-138	r
	3(12):175-187	d
— Colônias	6(23):500-502	r
— Índia	3(11):167-169	r
Portugal <i>versus</i> Índia	3(11):167-169	r
Posição da Colômbia no sistema jurídico intera- mericano, por Alberto Lleras Camargo	4(13):5-13	a
A posição do Brasil em Punta del Este	5(18):370-375	d
A posição do Brasil em Punta del Este, por Alceu Amoroso Lima	5(17):5-12	a
A posição do Brasil nas questões do desarmamento, desenvolvimento e descolonização	6(23):518-535	d
Prado, Manuel — Discurso	1(1):179-182	r
La première étape du Marche Commun — <i>Com- munauté Économique Européenne</i>	6(22):342-347	l
PRÊMIO NOBEL DA PAZ	6(22):303-304	r
Presença na política, por Gilberto Amado	2(6):168-172	l
O presente e o futuro das relações africano-brasi- leiras, I, por José Honório Rodrigues	5(18):263-278	a
O presente e o futuro das relações africano-brasi- leiras, II, por José Honório Rodrigues	5(19):501-512	a
Prieto, Luís Beltrán — Conferência	5(20):792-794	r
Primeiro aniversário da Operação Pan-Americana	2(7):84-107	r
Prioridade para projetos da "Aliança para o Pro- gresso"	6(21):127	r
O problema da Argélia	2(8):161-167	r
O problema das relações Brasil-Estados Unidos	4(13):137-141	r
O problema do desarmamento, por Emílio Maurell Filho	4(14):5-40	a
O problema do desarmamento, por Fausto Bra- desco	3(11):94-116	a
O problema dos quadros nos países tropicais	3(11):175-176	r
Problemas da educação na América Latina, por Galo Plaza	5(20):637-648	a

Os problemas de desenvolvimento vistos da Europa, por A. de Smaele	6(21):60-68	a
Problemas econômicos do desenvolvimento, por W. Arthur Lewis	5(20):691-719	a
Problemática mineral brasileira, por Glycon de Paiva	4(16):54-77	a
La procédure de conclusion des accords internationaux au Brésil, por Vicente Marotta Rangel	4(16):184-185	l
Processo Eichmann: texto completo das acusações	4(15):138-147	d
A processualística dos atos internacionais, por João Hermes Pereira de Araújo	2(8):180-184	l
PRODUTOS PRIMÁRIOS <i>ver</i> MATÉRIAS-PRIMAS		
O programa de ajuda ao exterior dos Estados Unidos da América	4(14):154-169	r
Programa de bolsas de estudo da OEA	1(3):164-165	r
Projeto de resolução sobre desnuclearização da América Latina	6(22):309-310	d
Projeto de túnel no Canal da Mancha	3(11):171-173	r
Projeto do rio Cúmbia	4(14):186-187	r
Projeto do rio Volta	3(12):171-172	r
A proposal: key to an effective foreign policy, por Max F. Millikan e W. W. Rostow	1(1):207-211	l
Proposta brasileira contra a discriminação racial	3(11):164-165	r
Protocolo comercial Brasil-URSS	6(22):324-328	d
Pulchério, Maria Luíza — La Première étape du Marche Commun — <i>Communauté Économique Européenne</i>	6(22):347	l
Quadros, Jânio — Eleição	3(12):129-130	r
— Mensagem ao Congresso Nacional	4(14):125-133	r
— Nova política externa do Brasil	4(16):150-156	d
Queiroz, Alvaro G. de —		
— Breve historia de la revolución mexicana, por Jesus Silva Herzog	4(16):184	l
— L'Europe devant l'Amérique Latine, por Hendrick Riemens	5(19):605	l
— El reto de Africa, por Ndabani Sithole	5(17):191	l
— Sociedad, cultura y personalidad, por Pitirín A. Sorokin	4(15):167	l
Queiroz, J. M. Villar de — Bloco Ocidental: problemas políticos, econômicos e militares	6(23):431-454	a
Questões de limites entre a Argentina e o Chile	3(11):165-166	r
Ramos, R. Antônio — O Brasil e a Independência do Paraguai	3(9):60-81	a
Range, Willard — Franklin D. Roosevelt's world order	3(10):184-186	l
Rangel, Vicente Marotta — La procédure de conclusion des accords internationaux au Brésil	4(16):184-185	l
Rão, Vicente — Os Direitos Humanos como fundamento da ordem jurídica e política	1(1):5-31	a
Rapacki, Adam — Entrevista	4(16):133-137	r
As reações africanas à Comunidade Econômica Européia, por Ali A. Mazrui	6(21):88-104	a
Recentes conferências africanas	4(14):183-185	r

Recomendações sôbre Mercado Regional Latino-Americano	1(1):188-189	d
Reexame da situação dos servidores em missão no exterior	6(21):128-130	r
Reexame do problema da China Comunista, por Chester Bowles	3(11):5-18	a
O Referendum da África do Sul	4(13):144	r
A reforma do Itamaraty	4(16):139-142	r
Reis, Arthur Cezar Ferreira —		
— África — Complemento da Europa	6(21):70-85	a
— África e Brasil: relações e competições econômicas	6(22):209-222	a
— A Amazônia na conjunt. internacional (I)	3(9):5-15	a
— A Amazônia na conjunt. internacional (II)	3(10):80-92	a
— A Amazônia na conjunt. internacional (III)	3(11):75-91	a
Relações comerciais Brasil-Argentina	4(13):129	r
Relações comerciais do Brasil com o bloco soviético, por Oliver Ónody	3(11):38-72	a
Relações diplomáticas Brasil-Camboja	4(13):144	r
Relações diplomáticas com a União Soviética, por Oswaldo Aranha	1(2):18-28	a
Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil, por Lincoln Gordon	4(15):13-27	a
Relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos	3(10):127-134	r
Relações Estados Unidos-América Latina: uma interpretação, por Roberto de Oliveira Campos	2(8):24-40	a
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2(8):94-97	a
	3(11):175-176	r
	5(18):303-312	a
— Estudo e Ensino	2(7):133	r
	5(17):140	r
RELAÇÕES INTERNACIONAIS <i>ver também</i> POLÍTICA INTERNACIONAL		
Relatório da UNESCO sôbre meios de informação na América Latina	4(15):128-130	r
Renato, Paulo — Law and politics in inter-american diplomacy, por C. Neale Ronning	6(23):549	l
Renault, Abgar — Auxílios internacionais para o financiamento do ensino primário na América Latina	5(17):31-41	a
Report on the world social situation — <i>United Nations</i>	1(1):217-220	l
REPÚBLICA ARABE UNIDA	1(2):214-216	r
	6(22):294-297	r
	6(23):499-500	r
— Grã-Bretanha	2(6):141	r
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ — Brasil	5(17):45-85	a
REPÚBLICA DOMINICANA — Brasil	3(12):161	r
— Haiti	6(22):297-301	r
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA — Brasil	1(2):273-275	d
	3(12):145-147	r
	5(18):345-346	r

REPÚBLICA FEDERAL DOS CAMARÕES	4(16):145	r
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA — Brasil	4(16):138-139	r
— Estados Unidos	3(11):5-18	a
— Macau	3(10):51-64	a
Resolução sobre discriminação racial em territórios não autônomos	5(18):365-368	r
Resoluções da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres americanos	5(17):146-156	d
Resoluções do terceiro Congresso dos povos africanos	5(18):383-385	d
El reto de Africa, por Ndabaning Sithole	5(17):185-191	l
Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos — 5. <sup>a</sup>	2(8):101-115	r
— 6. <sup>a</sup>	2(8):171-172	d
— 7. <sup>a</sup>	3(12):138-141	r
— 8. <sup>a</sup>	3(12):141-144	r
	5(17):130-132	r
	5(17):146-156	d
Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, Santiago, 1959	2(8):116-117	r
Reunião dos Bancos Centrais da América Latina, Rio de Janeiro, 1958	2(5):123-127	r
Reunião interamericana de combate ao tráfico de cocaína, 1. <sup>a</sup> Rio de Janeiro, 1960	3(10):137	r
Reuniões internacionais sobre o café	4(13):134	r
Reuter, Paul — Traités et documents diplomatiques	3(12):213-215	l
Riemens, Hendrick — L'Europe devant l'Amérique Latine	5(19):602-605	l
Rigueira, Arnaldo — Cyprus — touchstone for democracy — <i>União dos jornalistas dos jornais diários de Atenas</i>	2(7):178	l
— La diplomacia en torno al canal de Panamá, por Lilia P. Claret de Woogd	4(14):205	l
— Japan's economic recovery, por G. C. Allen	3(11):209	l
— Libertad y gobierno, por Edward S. Corwin	2(7):175	l
— Perspectiva atual da América Latina, por Cândido Antônio Mendes de Almeida	3(9):200	l
— A Terceira Força, por Paulo de Castro	3(10):174	l
Rippy, Fred — Globe and hemisphere	2(6):174-176	l
Rockefeller, David — Conferência	5(20):791-792	r
Rodrigues, José Honório —		
— O presente e o futuro das relações africano-brasileiras (I)	5(18):263-278	a
— O presente e o futuro das relações africano-brasileiras (II)	5(19):501-512	a
The role of the military in underdeveloped countries, por John J. Johnson e outros	5(19):599-602	l
Ronning, C. Neale — Law and politics in inter-american diplomacy	6(23):548-549	l
Rostow, W. W. — A proposal: key to an effective foreign policy	1(1):207-211	l
Rouanet, Sérgio Paulo — A proposal, key to an effective policy, por Max F. Millikan e W. W. Rostow	1(1):211	l

Roussin, Marcel — O Canadá, país da América	4(15):31-52	a
Rumos da educação, por Jacques Maritain	6(23):542-548	l
Rumos de ação diplomática	2(6):116-123	r
Russia with your eyes open, por J. V. Davidson-Houston	6(22):341-342	l
Sá, Jayme Magrassi de — A Organização Intergovernamental Consultiva de Navegação Marítima	1(1):76-97	a
Saint-Germain ou la négociation, por Francis Walder	2(8):186-189	l
Salles, Walter Moreira <i>ver</i> Moreira Salles, Walter		
San Thiago Dantas, Francisco Clementino de — Discurso	2(8):107-115	r
	3(9):127-137	r
	4(16):121-126	r
	6(21):155-159	d
— Política externa independente	5(19):605-606	l
Santamaria, Carlos Sanz de — Discurso	2(7):98-107	r
Santos, Renato Rocha	5(18):285-297	a
SAÚDE PÚBLICA	1(1):98-113	r
Schmidt, Augusto Frederico — Discurso	1(5):97-115	r
	2(7):77-84	r
	2(7):94-98	r
	2(8):126-133	r
Schneider, Ronald M. — Communism in Guatemala	4(13):168-176	l
Seabra, Epitácio Pimentel — El oro y la crisis del dolar, por R. Triffin	6(23):538	l
SEGURANÇA INTERNACIONAL	1(1):32-75	a
Selassié, Hailé — Visita ao Brasil	4(13):126	r
Seminário Interamericano sobre Cooperativas de Eletrificação Rural, Recife, 1957	1(1):162-164	r
Seminário Regional da ONU sobre Direitos Humanos, Buenos Aires, 1959	2(8):154-155	r
Seminário sobre assuntos africanos	4(16):148	r
Le serpent et la tortue, por Edgard Faure	1(3):211-215	l
Servan-Schreiber, Jean-Jacques — Lieutenant en Algérie	2(5):188-191	l
SERVIDORES PÚBLICOS <i>ver</i> ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
Sesquicentenário da Independência da Argentina	3(11):161-164	r
O significado da Operação Pan-Americana, por João Carlos Muniz	2(7):5-23	a
Silos, Geraldo de Carvalho — Discurso	6(22):299-301	r
Silva, Carmen da — Un lider y su pueblo, por Kwame Nkrumah	6(21):163	l
Silva, Edmundo Penna Barbosa da <i>ver</i> Barbosa da Silva, Edmundo Penna		
Silva, João Mendes da — A vida nacional e a aeronáutica de transporte no Brasil	4(14):99-106	a
Simonsen, Mário Henrique — Conferência	5(20):794-796	r
Sithole, Ndabaning — El reto de Africa	5(17):185-191	l
SINDICATOS	6(22):187-195	a
A situação dos contratados das legações, por Nelson Carneiro	5(18):318-323	a
Situação social do mundo	1(2):191-200	r



La situación de la Iglesia en Yougoslavia, por Rastko Vidic	6(22):347-353	l
Smaele, A. de — Conferência	5(20):790-791	r
— Os problemas de desenvolvimento vistos da Europa	6(21):60-68	a
Small, Ronald — The turn of the tide, por Arthur Bryant	1(4):221	l
Soares, Alvaro Teixeira —		
— Amazônia: imperativo da política de densificação econômica	3(12):12-29	a
— El Brasil en el año de Brasília	4(13):176-178	l
— O gigante e o rio — ação de Mauá no Uruguai e na Argentina (1851-1878)	1(4):214-216	l
Soares, José Carlos de Macedo <i>ver</i> Macedo Soares, José Carlos de		
SOBERANIA	6(21):131-135	d
Sobre o conceito de neutralismo, por Roberto de Oliveira Campos	4(15):5-10	a
Socialismo e guerra, por Edward Kardelj	4(16):185-189	l
Sociedad, cultura y personalidad, por Pitirin A. Sorokin	4(15):162-167	l
Sociedade Financeira Internacional	2(5):116-117	r
<i>Societade Italiana para Organizações Internacionais</i> — Le Convenzioni di Ginevra di diritto del mare	3(12):200-203	l
Solidaridad o desintegración, por Gunnar Myrdal	6(22):337-341	l
Sorokin, Pitirin A. — Sociedad, cultura y personalidad	4(15):162-167	l
Sousa Gomes, Henrique de — Discurso	1(1):130-137	r
Sousa Júnior, Antônio de — O Brasil e a 3. <sup>a</sup> Guerra Mundial	2(8):201-206	l
Southeast Asia among the world powers, por Amry Vandenbosch e Richard A. Butwell	1(2):287-288	l
Souza e Silva, Celso Antônio de —		
— O Brasil e os organismos internacionais para as migrações	1(2):144-155	a
— Operação Pan-Americana antecedentes e perspectivas	3(9):41-59	a
Souza, José Ferreira de <i>ver</i> Ferreira de Souza, José		
Sterling dollar diplomacy, por Richard N. Gardner	1(3):215-217	l
Stevenson, Adlai — Os Estados Unidos no cenário mundial	3(10):5-30	a
Stone, Julius — Aggression and world order	3(9):206-208	l
Stroessner, Alfredo — Discurso	1(1):172-173	r
Subdesenvolvimento e política internacional, por Adolpho Justo Bezerra de Menezes	6(23):538-542	l
Subsídios para a "Doutrina Africana" do Brasil, por Estanislau Fischlowitz	3(9):82-95	a
The Suez war, por Paul Johnson	1(1):211-214	l
SUIÇA — Nações Unidas	1(3):68-112	a
A Suíça diante das Nações Unidas, por Jacqueline Belin	1(3):68-112	a

Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?, por L. J. Lebret	4(13):159-162	l
Sukarno — Discurso	2(7):126-128	r
Taboada, Diógenes — Visita ao Brasil	2(8):119-120	r
Takahito Mikasa — Discurso	1(3):175-176	r
TANGANICA — Independência	4(14):186	r
TCHECO-ESLOVÁQUIA — Brasil	5(18):364-365	r
Teichert, Pedro C. M. — A América Latina e o impacto sócio-econômico da revolução cubana	5(17):89-110	a
Tendências e perspectivas interamericanas, por Eduardo Frei	2(5):5-19	a
A Terceira Fôrça, por Paulo de Castro	3(10):163-174	l
Terry, Fernando Belaunde <i>ver</i> Belaunde Terry, Fernando		
Texto de convênio e instrumentos complementares	4(15):131-138	r
Thomaz, Américo — Discurso	3(12):132-134	r
Tides of crisis, por Adolf A. Berle Jr.	1(3):202-207	l
Tinker, Hugh — The Union of Burma	1(2):288-289	l
Tito, Josip-Broz — O caminho (socialista) da Iugoslávia	4(14):212-219	l
— Visita ao Brasil	6(23):489-491	r
TOGO	2(7):53-60	a
Tôrres, João Camillo de Oliveira —		
— Aspectos geopolíticos do Brasil, por Golbery do Couto e Silva	2(7):171	l
— Política interna e relações internacionais	2(8):94-97	a
Tôrres, José Garrido —		
— Discurso	2(5):117-123	r
— Operação Pan-Americana: uma política a formular	3(10):33-48	a
— Por que um Mercado Regional Latino-Americano?	1(2):74-121	a
TRABALHO E TRABALHADORES — América Latina	5(20):741-761	a
	6(22):187-195	a
La tragédie algérienne, por Raymond Aron	2(7):183-188	l
Traités et documents diplomatiques, por Paul Reuter e André Gros	3(12):213-215	l
Tratado da Antártida	3(9):170-174	d
Tratado de amizade e consulta entre o Brasil e Portugal	3(12):175-176	d
Tratado de Direito Internacional Público, por Hildebrando Accioly	1(2):279-284	l
Tratado de extradição e cooperação judiciária em matéria penal entre o Brasil e Portugal	3(12):176-177	d
Tratado de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos	4(13):152-158	d
Tratado de Montevideu, 1960	3(10):143-159	d
Tratado de proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água, Moscou, 1963	6(23):497-499	r
	6(23):516-518	d
Tratado de segurança entre o Japão e os Estados Unidos	3(10):139-140	r

Tratado sobre a nacionalidade, por Ilmar Penna Marinho	5(17):191-193	l
Tratados e atos internacionais, Brasil-Portugal	5(18):395-396	l
TRIBUTAÇÃO	1(1):189-190	d
	1(2):273-275	d
Triffin, R. — El Oro y la crisis del dollar	6(23):536-538	l
Trigueiro, Oswaldo — A Federação da Malásia	1(3):121-137	a
Tugwell, Rexford G. — The democratic Roosevelt	1(2):284-286	l
TÚNEIS	3(11):171-173	r
TUNÍSIA — Constituição, 1959	3(11):177-182	r
The turn of the tide, por Arthur Bryant	1(4):217-221	l
U Thant — Conferência	5(18):375-382	d
— Visita ao Brasil	5(19):555-556	r
Um estadista da República, por Affonso Arinos de Mello Franco	1(1):199-207	l
Um Mercado Comum Atlântico?, por Paul van Zeeland	3(12):33-41	a
Uma política de combate à fome na América La- tina, por Josué de Castro	4(14):70-84	a
Uma política imigratória para a América Latina, por Fernando Bastos de Ávila, S. J.	3(11):22-36	a
Uma política transnacional de cultura para o Bra- sil de hoje, por Gilberto Freyre	4(13):163-168	l
Un líder y su pueblo, por Kwame Nkrumah	6(21):161-163	l
União Árabe	1(2):217-218	r
UNIÃO BELGO-LUXEMBURGUESA — Brasil	4(14):109-122	a
União de Repúblicas da África	5(18):385-386	d
União do Iraque e da Jordânia	1(2):217-218	r
União dos Estados Africanos Independentes	2(7):113-115	r
União dos jornalistas dos jornais diários de Ate- nas — Cyprus — touchstone for democracy	2(7):175-178	l
União Interparlamentar — Conferência, Londres, 1957	1(1):124-129	r
— Conferência, Rio de Janeiro, 1958	1(4):153-158	r
	1(4):198-203	d
União Latina	3(11):173-174	r
UNIÃO SOVIÉTICA — Brasil	1(2):18-28	a
	3(9):166-168	r
	3(11):38-72	a
	3(11):174-175	r
	4(15):116-117	r
	4(16):23-32	a
	5(18):348-351	r
	6(22):316-328	d
UNICEF ver Fundo das Nações Unidas para a Infância		
The Union of Burma, por Hugh Tinker	1(2):288-289	l
United Nations. Economic commission for Latin America — Economic survey of Latin America, 1957	2(7):194-196	l
United Nations — Report on the world social si- tuation	1(1):217-220	l
The United States and Latin America — The Ame- rican Assembly	3(10):174-184	l

United States — Latin American relations — Committee on Foreign Relations of the Uni- ted States Senate	3(10):160-163	l
United States — Latin American relations — Centro de pesquisas em desenvolvimento eco- nômico e mudanças culturais da Universidade de Washington	4(16):174-177	l
Universidade Internacional de Estudos Sociais, Roma — Concurso	4(15):118-119	r
Upton, T. Graydon — Operação Pan-Americana — o catalisador oculto?	4(14):58-66	a
Urquidí, Víctor L. — Viabilidad económica de América Latina	6(21):168-172	l
URUGUAI — Brasil	6(22):284-289	r
URUGUAI, RIO	3(12):172-173	r
U.S.A. — Second-class power?, por Drew Pear- son e Jack Anderson	3(9):189-195	l
O uso da força nas relações internacionais, por Mohammad Nawz	5(18):303-312	a
Valentino Sobrinho, Rafael — A plataforma con- tinenta	6(23):375-409	a
Valladão, Haroldo — O direito do espaço inter- planetário	2(7):24-44	a
Valle, Ciro de Freitas <i>ver</i> Freitas Valle, Ciro de Valle Henrique — ALALC: realizações e perspec- tivas	6(23):413-427	a
— Alguns aspectos das relações Brasil-Estados Unidos	4(16):5-18	a
— O Brasil e a ALALC	6(21):5-15	a
Vandenbosch, Amry — Southeast Asia among the world powers	1(2):287-288	l
VATICANO — Brasil	5(18):346	r
Velasco, Rafael Garcia — Desarmamento dos países latino-americanos	1(3):59-67	a
VENEZUELA — Brasil	6(21):127-128	r
Venezuela — Política y petróleo, por Romulo Be- tancourt	1(1):214-216	l
Viabilidad económica de América Latina, por Vic- tor L. Urquidí	6(21):168-172	l
Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Horácio Lafer	4(13):127-129	r
Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Sr. San Thiago Dantas	5(18):340-348	r
Viana, Antônio Mendes <i>ver</i> Mendes Viana, Antônio A vida nacional e a aeronáutica de transporte do Brasil, por João Mendes da Silva	4(14):99-106	a
Vidic, Rastko — La situación de la Iglesia en You- goslavia	6(22):347-353	l
Vieira, José Maria Gouveia — A economia inter- nacional no século XX	6(22):253-268	a
Vieira, Manuel Adolfo — Derecho de asilo diplo- mático	5(18):389-391	l
Villegas, Daniel Cosío — Nacionalismo e desenvol- vimento	5(20):673-689	a
Visita de governadores norte-americanos	4(13):136	r

Visita de Sukarno ao Brasil	4(15):113	r
Visita do Imperador da Etiópia	4(13):126	r
Visita do Ministro da Educação da Tcheco-Eslováquia ao Brasil	5(18):364-365	r
Visita do Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França	2(8):120-124	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia	3(9):164-166	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia	5(18):357-361	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores da Polônia	4(16):133-137	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Argentina	3(9):161-162	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Israel	5(18):346-348	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Polônia	5(18):340-344	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à República Federal da Alemanha	5(18):345-346	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Papa João XXIII	5(18):346	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Paraguai	3(10):134-135	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Equador	3(9):162-163	r
Visita do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina	1(8):119-120	r
Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros da Bélgica	3(9):166	r
Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros de Israel	2(7):130-131	r
Visita do Ministro do Comércio Exterior da União Soviética	5(18):348-351	r
Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha	3(12):145-147	r
Visita do Ministro para Assuntos Culturais da França	2(8):120-124	r
Visita do Presidente da Argentina	1(2):225-237	r
Visita do Presidente da Indonésia	2(7):123-126	r
	4(15):113	r
Visita do Presidente da Itália	1(4):158-172	r
Visita do Presidente da Iugoslávia	6(23):489-491	r
Visita do Presidente de Cuba	3(11):174	r
Visita do Presidente de Portugal	1(1):164-170	r
Visita do Presidente do México	3(9):147-161	r
Visita do Presidente do Paraguai	1(1):170-173	r
Visita do Presidente dos Estados Unidos da América	3(10):111-122	r
Visita do Presidente João Goulart ao Chile	6(22):276-284	r
Visita do Presidente João Goulart ao México	5(18):335-340	r
Visita do Presidente João Goulart ao Uruguai	6(22):284-289	r
Visita do Presidente João Goulart aos Estados Unidos	5(18):326-335	r
Visita do Presidente uruguaio	5(17):133-134	r

Visita do Primeiro Ministro do Japão	2(7):128-130	r
Visita do Príncipe Philip	5(17):135-136	i
Visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos	1(4):128-138	r
Visita do Secretário-Geral das Nações Unidas	2(8):133-139	r
	5(19):555-556	r
Visita do Subsecretário Adjunto de Estado dos Estados Unidos	6(21):109	r
VOLTA, RIO	3(12):171-172	i
Waddell, D. A. G. — As Honduras Britânicas e a reivindicação guatemalteca	4(15):55-68	a
Walder, Francis — Saint-Germain ou la négociation	2(8):186-189	i
Ward, Barbara — Five ideas that change the world	2(6):172-174	i
Watson, Sérgio da Veiga —		
— Lieutenant en Algérie, por Jean-Jacques Servan-Schreiber	2(5):191	i
— The Suez war, por Paul Johnson	1(1):214	i
Whately, Luis Alberto — Brasil-Bolívia: interligação dos sistemas ferroviários	1(3):113-120	a
Wigny, Pierre — Visita ao Brasil	3(9):166	r
Woddis, Jack — África — as raízes da revolta	5(18):387-389	i
Woogd, Lilia P. Claret de — La Diplomacia en torno al canal de Panama	4(14):202-205	i
La Yougoslavie — démocratie socialiste, por Jo- van Djordjevic	3(9):203-206	i
Zeeland, Paul van — Um Mercado Comum Atlân- tico?	3(12):33-41	a
Zaldumbide, Carlos Tobar — Visita ao Brasil	3(9):162-163	r
Zona de livre comércio na América Latina	2(8):117-119	r
	3(10):109-111	r

# RESENHA

## DESNUCLEARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (\*)

A pedido do Brasil o item intitulado "Desnuclearização da América Latina" foi incluído na Agenda da XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas. O Embaixador C. A. Bernardes ao discursar na Primeira Comissão da Assembléia Geral teceu os seguintes comentários sobre certos pontos específicos do projeto de transformar a América Latina em uma zona livre de armas nucleares:

Em Genebra e na atual Sessão da Assembléia ficou estabelecido que a criação de zonas desnuclearizadas devia subordinar-se sempre aos seguintes princípios:

- 1) a área deve estar fora da zona de confrontação das grandes potências e não deve perturbar o equilíbrio global da balança de poderes;
- 2) a decisão da desnuclearização de determinada zona deve ser livremente tomada por todos os países que nela se encontram;
- 3) o acôrdo de desnuclearização deve conter medidas adequadas de controle e verificação.

A desnuclearização da América Latina satisfaz plenamente esses 3 pontos. De fato, estamos convencidos de que, quanto ao primeiro deles, o equilíbrio de poderes do mundo só lucrará com a desnuclearização da América Latina. A crise de Cuba, em outubro de 1962, demonstrou plenamente que esse equilíbrio pode ser perigosamente afetado por qualquer tentativa de introdução de armas nucleares em zonas até então livres delas.

Assim sendo, o perigo pode potencialmente advir, não de uma América Latina desnuclearizada, mas de uma América Latina desprotegida que seja transformada, de um momento para outro, em depósito daquelas armas. Quanto ao segundo ponto, quero deixar bem claro que o Brasil se coloca na vanguarda dos que defendem o princípio da livre adesão. A desnuclearização de nossos países será uma afirmação de nossas respectivas soberanias. Ela nunca nos poderá ser imposta. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no discurso inaugural dos debates da XVIII Sessão, o deixou bem claro ao afirmar:

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— 11 de novembro de 1963.

"No tocante à desnuclearização da América Latina, minha Delegação, que submeteu um item específico à Assembléia Geral, deseja frisar não estar propondo que a América Latina seja declarada desnuclearizada pela Assembléia Geral. O Brasil está propondo, isso sim, que as nações latino-americanas, como nações soberanas, considerem, através dos meios e canais mais apropriados, a conveniência de concluir um tratado pelo qual se obriguem a não fabricar, armazenar ou experimentar armas nucleares. É este o sentido da proposta dos cinco países latino-americanos, recentemente reafirmada na Declaração Conjunta de 29 de abril, assinada pelos Presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México."

Nenhum projeto de Resolução sobre esse assunto deve ser interpretado como um meio de pressão exercido pelas Nações Unidas sobre os países latino-americanos ou como uma interferência externa nos assuntos do nosso continente. A Assembléia Geral não nos diz: "tendes o dever de estabelecer uma zona desnuclearizada" nem estamos nós aqui para obter uma decisão da Assembléia Geral, mas tão-somente para conhecer o pensamento e obter o incentivo da comunidade das nações. Quanto ao último dos 3 pontos, creio ser consenso geral que a desnuclearização da América Latina só pode ser completada com o estabelecimento de um sistema efetivo de controle e inspeção.

A Delegação do Brasil quer também chamar a atenção para o fato de que nossa iniciativa se encaixa com admirável justeza na lógica do processo de desarmamento e das medidas que a êle conduzem. Devemos, enquanto prosseguem as negociações cuja meta é o desarmamento, lutar para impedir que a corrida armamentista atinja zonas que ainda estão fora de sua influência.

Do acôrdo a ser concluído poderia constar uma ressalva estabelecendo um período limitado de validade de, digamos, cinco, sete ou dez anos, ao fim dos quais as partes contratantes teriam liberdade para rever sua política armamentista à luz da situação internacional e das negociações realizadas sobre desarmamento geral e completo. Além disso, o acôrdo poderia conter uma cláusula que permitisse sua denúncia caso houvesse surgido algum novo fato prejudicial à segurança das partes interessadas.

Senhor Presidente:

Há um ano atrás vencemos uma terrível crise e, a duras penas, conseguimos atravessar um longo e tenebroso túnel. A desnuclearização da América Latina foi então por todos reconhecida como solução adequada para o problema em que as nações se viram envolvidas naqueles dias de medo e incerteza. Felizmente, daquela vez, o problema foi resolvido e um holocausto nuclear evitado. Mas, por estarmos liberados do medo, não devemos enfraquecer nossa determinação de destruir as raízes das crises.



## CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ- -PARLAMENTO MUNDIAL (\*)

Tendo como temário o desarmamento e o desenvolvimento econômico mundial, inaugurou-se no dia 18 de outubro, em Genebra, a Conferência da Associação Pró-Parlamento Mundial. Presidida pelo Embaixador Josué de Castro, a Conferência contou com a participação de representantes de Organismos Internacionais e de personalidades do mundo político, diplomático e social.

Usaram da palavra, na sessão inaugural, o Dr. Frederick Wahlen, Conselheiro Federal da Suíça, Lord Clement Attlee, ex-Primeiro Ministro britânico e Lord Silkin. Todos destacaram os benefícios incalculáveis que a criação de um Parlamento mundial viria a significar para o futuro da humanidade.

Foram recebidas várias mensagens de Chefes de Estado e Ministros das Relações Exteriores, inclusive do Primeiro Ministro da Índia e de Lord Home, da Grã-Bretanha, apoiando entusiasticamente os esforços da Associação Pró-Parlamento Mundial tendo sido a reunião encerrada com um discurso vivamente aplaudido, do Embaixador Josué de Castro.

## CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE CACAU (\*\*)

De 25 de setembro a 24 de outubro realizou-se em Genebra a Conferência das Nações Unidas sobre Cacao, a qual reuniu países produtores e consumidores a fim de examinar a possibilidade de concluir um Acordo Internacional destinado a estabilizar o mercado do produto, garantir e mesmo aumentar a receita em divisas dos países produtores e fomentar o consumo do cacao.

O Brasil, como terceiro produtor mundial, enviou uma Delegação chefiada pelo Embaixador Arnaldo Vasconcellos e composta por representantes do Banco do Brasil, Itamaraty e Comissão do Comércio de Cacao da Bahia. A Delegação do Brasil teve atuação destacada na Conferência, havendo sido o Embaixador Vasconcellos eleito para a Presidência do Comitê Administrativo e Legal e o Brasil escolhido para integrar os sete Grupos de Trabalho formados durante a Conferência.

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— 18 de outubro de 1963.

(\*\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— Divisão de Informações.

Esta trabalhou sobre um projeto de Acôrdo preparado pelo Grupo de Estudos do Cacau da FAO, no qual o Brasil estêve representado.

Embora o projeto de Acôrdo fôsse do tipo tradicional em matéria de produtos de base, isto é, tivesse a preocupação primordial de evitar preços prejudiciais aos produtores sem interferir, contudo, em demasia no mercado, os países produtores, por inspiração do Brasil, abriram a Conferência pedindo um Acôrdo de tipo nôvo, condizente com as declarações recentemente feitas em diversos foros internacionais pelos representantes das potências desenvolvidas; sugeriram um Acôrdo pelo qual fôsse pago um preço subsidiado, a fim de auxiliar os esforços dos países em desenvolvimento. O Chefe da Delegação do Brasil disse, a respeito: "As reuniões do Comitê Preparatório da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento levaram a um exame amplo e vigoroso dos problemas que afligem aos países menos desenvolvidos, bem como da necessidade de começar a trabalhar eficazmente para a solução daqueles problemas num futuro próximo. Seja-me permitido repetir, neste recinto, que o Govêrno brasileiro dá a maior importância e tem a maior confiança nas declarações feitas naquelas oportunidades pelos Governos dos países altamente industrializados. Esperamos que tais declarações sejam seguidas por ação imediata, se possível nesta Conferência, a qual constituiria então uma prova das verdadeiras intenções daqueles Governos."

Não obstante os países consumidores recusaram adotar o ponto de vista dos produtores, baseando-se em que em 1964 haverá negociações tarifárias, no GATT (Kennedy round) e a já citada Conferência de Comércio e Desenvolvimento, as quais seriam o fôro adequado para discutir problemas como a retirada de barreiras ao comércio e a utilização do comércio internacional como instrumento de incentivo ao desenvolvimento econômico. Os consumidores tomaram, assim, numa oportunidade que se lhes oferecia para provar sua sinceridade, posição que contraria a confiança depositada pelos países subdesenvolvidos nos esforços de cooperação internacional no âmbito da ONU, bem como as declarações e promessas que formularam, anteriormente, no GATT.

A Conferência passou a ser realizada, a partir daquele ponto, nos moldes previstos pelo projeto de Acôrdo, havendo afinal chegado a um impasse na questão de preço de defesa do cacau. O projeto previa a defesa dos preços do cacau através da retenção de parte das exportações dos produtores, quando o preço chegasse a um determinado nível, a fim de criar uma situação de restrição da oferta, com o que o preço deveria subir. Em Genebra, contudo, houve bastante divergência quanto ao preço em que as quotas de vendas deveriam entrar em vigor para defender os preços; os países consumidores queriam a defesa a um nível bastante baixo, a fim de diminuir as possibilidades de interferência no mercado, enquanto os produtores se batiam por

um preço de defesa que tivesse efeito psicológico favorável sobre o mercado de cacau. Não havendo possibilidade de se alcançar um entendimento sobre este ponto vital, os participantes resolveram adiar a Conferência até um momento mais propício à conclusão do Acôrdo.

Todavia, sobre diversos outros pontos do projeto fêz-se progresso. Ao mesmo tempo, pequenos e grandes produtores, que a princípio se consideravam praticamente em campos opostos, ao final da Conferência agiam como um bloco, cientes todos da identidade de seus interesses. Assim é que, ao ficar assentada a suspensão da Conferência, o Brasil lançou a idéia de um Acôrdo apenas entre Produtores, idéia que encontrou bastante receptividade entre os demais interessados, a ponto de ser mencionada na declaração final conjunta dos países produtores.

Do ponto de vista do mercado de cacau o adiamento das negociações não deverá ter conseqüências maiores, pois há meses o preço se acha firme, em face da posição estatística favorável. Adicionando-se a isso a perspectiva de um Acôrdo de Produtores, a suspensão das negociações de Genebra perde todo qualquer efeito deprimente que poderia ter.

## DIA DAS NAÇÕES UNIDAS

Por ocasião do transcurso do "Dia das Nações Unidas", o Chanceler Araújo Castro prestou as seguintes declarações:

"No dia em que as Nações Unidas comemoram o 18.<sup>o</sup> aniversário da assinatura da Carta de São Francisco, é justo que recordemos, todos os brasileiros, o admirável trabalho desenvolvido pela Organização — algumas vezes em situações verdadeiramente dramáticas para o próprio destino da Humanidade — em favor da paz, da justiça social e da compreensão entre os homens.

Hoje, quando as intransigências e as paixões ideológicas começam a ceder o passo, no cenário mundial, ao diálogo franco e às soluções construtivas — hoje mais do que nunca se encontram as Nações Unidas aparelhadas para desempenhar a sua missão talvez mais nobre e significativa, como o grande fóro internacional para as reivindicações dos pequenos e médios países, em torno das metas do Desenvolvimento Econômico, da Descolonização e da Desnuclearização.

Não creio exagerar quando afirmo que essas metas — escoimadas de qualquer conotação ideológica, mas que têm a fortalecê-las a irreversível aspiração dos povos por um Mundo econômica e socialmente mais justo — constituem o grande tema da XVIII sessão da Assembléia

Geral, cujos trabalhos ora se desenrolam, levando assim a todos os Estados Membros e à própria Humanidade uma nova e poderosa mensagem de esperança.

A ONU não é uma academia de direito internacional nem uma sociedade platônica de debates. É um espelho do mundo de nossos dias, com todos os seus problemas, suas crises e também as suas esperanças. É nessa representatividade e autenticidade que reside sua força e sua importância.

A ONU é hoje um instrumento precioso de ação dos pequenos e médios países na linha pelo atendimento de seus anseios e reivindicações de progresso e de liberdade.

O Brasil considera assim, o 24 de outubro, um dia dedicado à grande causa da liberdade humana, em seu sentido mais amplo e generoso."

### MENSAGEM DO PRESIDENTE GOULART AO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, U THANT

O Presidente João Goulart enviou, ao Secretário-Geral da ONU, U Thant, a seguinte mensagem:

"Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência e com todos os Estados Membros na oportunidade do décimo-oitavo aniversário das Nações Unidas e reafirmar a nossa confiança na Organização como instrumento de uma cooperação internacional mais eficaz. É nossa convicção que o futuro da paz mundial e a realização da justiça econômica e do progresso social da Humanidade estão mais do que nunca associados ao futuro das Nações Unidas. Ao congratular-me com Vossa Excelência pelo valioso trabalho que tem realizado como Secretário-Geral, peço-lhe aceitar os protestos da minha mais alta consideração.

(a) JOÃO GOULART, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil."

### CONFERÊNCIA DO CIES (\*)

Os problemas do comércio exterior da América Latina e sua projeção sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento constituíram um dos principais pontos do projeto de

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações — 10 de outubro de 1963.

temário das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social, que se reuniu em São Paulo de 29 de outubro a 9 de novembro, em Nível de Técnicos, e de 11 a 16 de novembro, em Nível Ministerial.

O projeto de temário, submetido à aprovação da Conferência do CIES, é o seguinte:

### EXAME ANUAL PRELIMINAR DA MARCHA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

#### TEMA I — Planificação, Reformas e Financiamento

##### A — Consideração sobre a situação econômica e social da América Latina.

- 1) Tendências recentes do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos.
- 2) Programação para o desenvolvimento.
- 3) Recursos públicos e privados para o desenvolvimento.
  - a — Internos.
  - b — Externos (inclusive recursos financeiros e assistência técnica fornecidos por países latino-americanos).
- 4) Informação pública.

##### B — Aspectos específicos do desenvolvimento econômico e social.

- 1) Política e administrações fiscais;
- 2) Administração pública;
- 3) Desenvolvimento agrícola e reforma agrária;
- 4) Desenvolvimento industrial;
- 5) Habitação;
- 6) Desenvolvimento da comunidade;
- 7) Educação e treinamento;
- 8) Saúde e demografia; e
- 9) Assuntos trabalhistas.

##### C — Mecanismo da Aliança — Relatórios dos ex-Presidentes Lleras Camargo e Juscelino Kubitschek sobre "Procedimentos para ajustar o Sistema Interamericano à dinâmica da Aliança para o Progresso.

#### TEMA II — Problemas do comércio exterior da América Latina e sua projeção sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

- 1) Considerações sobre os progressos realizados na preparação da Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU — Coordenação das Políticas Comerciais.

- 2) Conjuntura do Comércio Exterior da América Latina.
- 3) Atividades dos Grupos de Ação de Produtos Básicos.
- 4) Problemas de diversificação das exportações: produtos manufaturados e semi-manufaturados.
- 5) Mecanismo de financiamento compensatório das flutuações das receitas de exportação.
- 6) Políticas comerciais da Comunidade Econômica Européia.
- 7) Políticas comerciais formuladas no GATT.

#### TEMA III — Integração regional

- 1) Atividades da ALALC e do Mercado Comum Centro-Americano.
- 2) Considerações gerais sobre as possibilidades de acelerar e ampliar o processo de integração econômica latino-americana.  
A — Assistência Técnica e estudos necessários.  
B — Outros requisitos para acelerar o processo de integração.

#### TEMA IV — Programas e orçamento.

- A — Programa e orçamento da UPA na esfera de competência do CIES.
- B — Programa de atividades e Orçamento do Plano de Cooperação Técnica — 1964.
- C — Relatórios de Conferências e Organismos Especializados Interamericanos.

## DECLARAÇÕES DO CHANCELER ARAÚJO CASTRO SÔBRE AS REUNIÕES DO CIES (\*)

O Embaixador João Augusto de Araújo Castro, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, fez no dia 4 de novembro, declarações especiais à imprensa comentando pontos do temário e as atividades do CIES.

Respondendo inicialmente a uma pergunta sobre o tema central do seu discurso, com que deu por aberta a reunião no nível técnico, declarou o Chanceler brasileiro: "Minha primeira preocupação foi a de assinalar a responsabilidade que recai sobre a presente geração de dirigentes das Américas, no atendimento das legítimas aspirações de bem-estar econômico e justiça social de nossos povos. Na verdade,

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— 4 de novembro de 1963.

já não podemos hoje justificar nossos erros pela mera ignorância do problema com que nos defrontamos. No passado, embora não desconhecêssemos o pauperismo, a subnutrição, o analfabetismo, enfim todos os males que impedem o pleno aproveitamento do potencial humano da América Latina, éramos obrigados a recorrer às interpretações fatalistas em que nossa pobreza aparecia como um imperativo histórico. Mas, dessa concepção estática e passiva, passamos para uma visão essencialmente dinâmica do problema do subdesenvolvimento, entendido como produto da interpenetração de causas e feitos racionalmente identificáveis. Em outras palavras, já sabemos hoje porque agir, onde agir e para que agir. E o que é mais importante: devemos ter a consciência precisa que, da determinação política que imprimirmos agora a cada uma de nossas ações, dependerá substancialmente a forma de evolução futura de nossos povos."

Perguntado, em seguida, sobre qual seria em sua opinião, a principal tarefa do CIES, o Chanceler Araújo Castro assim se expressou: "Diante dessa necessidade de ação pronta e eficaz em prol da redenção dos povos latino-americanos, ficou patente nos últimos anos o despreparo do sistema interamericano para lidar com a complexa problemática do desenvolvimento econômico e social. Mais ainda, tornou-se matéria de preocupação geral a discrepância entre o elevado grau de coordenação político-jurídica das nações do hemisfério, e a precariedade das bases para a cooperação no terreno econômico. A primeira manifestação articulada da necessidade de um entrosamento continental na superação do subdesenvolvimento foi, sem dúvida, a Operação Pan-Americana. Nessa iniciativa brasileira já estava consubstanciada a responsabilidade de cada nação do continente pelo êxito do esforço conjunto que nos exigia o momento histórico, afastando, assim, o caráter assistencialista e unilateral de certas tentativas anteriores de cooperação econômica. Em etapa seguinte, assistimos à elaboração da Carta de Punta del Este, a qual representou um significativo progresso conceitual no aprofundamento dessa questão, ao equacionar a colaboração econômica interamericana como elemento supletivo dos esforços internos que cada país devia desempenhar. Em seus dois anos de funcionamento, entretanto, a Aliança para o Progresso ficou muito aquém de satisfazer as expectativas legitimamente criadas em Punta del Este. Daí estarmos reunidos hoje, em São Paulo, com o propósito de reexaminar a totalidade do programa, unidos pelo desejo sincero de corrigir suas deficiências. Para tal fim contaremos, em particular, com os relatórios dos presidentes Juscelino Kubitschek e Lleras Camargo, encarregados que foram, por decisão das reuniões do ano passado, no México, de sugerir medidas capazes de imprimir maior eficácia à Aliança para o Progresso."

A pergunta de como tal objetivo poderia ser alcançado, assim respondeu o Ministro das Relações Exteriores do Brasil: "Embora este

tema ocupe um lugar de grande relevância em nossos futuros debates, atribuímos alta significação às demais matérias cobertas pelos temários das presentes reuniões do CIES. Nesse sentido, bastaria acentuar o interesse geral pela análise das tendências recentes do desenvolvimento econômico e social da América Latina, pois estamos certos de que os raros elementos positivos da conjuntura do ano que passou, não chegam a iluminar o quadro sombrio em que se vem desenrolando os esforços de crescimento econômico dos países latino-americanos. Dêsse exame, devemos esperar que decorram novas meditações e diretrizes sobre os problemas de planejamento e reformas de base, hoje unanimemente reconhecidos como elementos-chave para o êxito de nossos esforços internos. Finalmente, o Governo brasileiro empresta muita importância à oportunidade que teremos em São Paulo de debater os problemas de comércio exterior da América Latina, em sua projeção na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, marcada para março do ano próximo. Dada a estreita correlação que existe entre o comércio internacional — fonte de recursos externos, suplemento de nossa insuficiente poupança interna — e o crescimento econômico, justifica-se perfeitamente a apreensão da América Latina diante do agravamento de seus problemas no intercâmbio mundial. A implacável deterioração de nossos termos de intercâmbio, os efeitos negativos dos tratamentos discriminatórios aplicados aos produtos latino-americanos, enfim, todas as condições adversas de nossas trocas se refletem nas crises sucessivas de balanço de pagamentos, levando-nos a recorrer, seguidamente, a instituições internacionais de crédito e a governos de países desenvolvidos. É inegável que, a persistirem as condições atualmente prevalecentes, o comércio internacional poderá representar um ponto de estrangulamento em nosso processo de emancipação econômica e social, com graves repercussões internas."

Ao mencionarem, os entrevistadores, terem notado, através do discurso do Chanceler Araújo Castro, a grande importância que o Brasil atribui à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, assim se pronunciou o Ministro de Estado das Relações Exteriores: "Efetivamente assim é, pois sob o patrocínio das Nações Unidas poderemos rever o mecanismo das trocas internacionais em função precisamente de nossas necessidades de desenvolvimento. Nesse momento, e como consequência mesmo da identidade dos problemas de comércio exterior dos países latino-americanos, devemos poder apresentar uma frente coesa e efetiva na defesa de nossos interesses. E é por isso que esperamos que os debates a serem realizados em São Paulo constituam um progresso na identificação desses problemas e permitam a crescente coordenação dos países da América Latina, na apresentação de seus requisitos e de suas reivindicações, elemento essencial para seu atendimento na referida Conferência."



**CONVÊNIO CULTURAL BRASIL—ARGENTINA (\*)**

Realizou-se no dia 4 de novembro, às 12 horas, no Itamaraty, a troca dos instrumentos de ratificação do Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre o Brasil e a Argentina, em 25 de novembro de 1959, e aprovado pelo Congresso Nacional em maio deste ano.

A Argentina foi representada na cerimônia, que marca a entrada em vigor do Convênio, pelo seu Embaixador, Senhor Carlos Alberto Fernandez, enquanto o Chanceler Araújo Castro representou o Brasil.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO CHANCELER ARAÚJO CASTRO,  
EM 4 DE NOVEMBRO DE 1963, DURANTE A CERIMÔNIA DE TROCA  
DE RATIFICAÇÕES DO CONVÊNIO CULTURAL  
BRASIL-ARGENTINA**

Senhor Embaixador,

Esta cerimônia, da qual tive a honra de participar em nome do Governo brasileiro, reveste-se de especial significado para os nossos povos. Na verdade, a troca das ratificações do Convênio Cultural de 1959 exprime fielmente, e acima de tudo, o propósito de argentinos e brasileiros de se conhecerem ainda mais e melhor, através de uma fecunda e sempre crescente integração no domínio da ciência, das artes e das letras.

Muito já fizeram os nossos dois Governos, no sentido de atender a essa enorme curiosidade intelectual que argentinos e brasileiros sentimos, espontânea e instintivamente, uns pelos outros. No entanto — e vejo nesse fenômeno um sintoma dos mais auspiciosos — devemos reconhecer que as solicitações de nossos dois povos são tão diversificadas e de tal maneira crescentes que, muitas vezes, ultrapassam os mais otimistas programas de cooperação, tornando insuficiente, em prazo relativamente curto, a própria estrutura criada para servir a tão nobre causa. Creio bem, Senhor Embaixador, ser êsse o generoso desafio com que se defrontam, hoje, as nossas Chancelarias.

Nessa ordem de idéias, e para citar apenas um exemplo do muito que temos a realizar, basta recordar o próprio intercâmbio de notícias para os órgãos de divulgação. Não se veja nessa observação qualquer intuito de crítica às fontes de informação existentes, cujo trabalho reputo não apenas útil mas necessário à formação da opinião pública. Penso todavia que, ao lado do noticiário tópico, além do fato quotidiano,

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— 4 de novembro de 1963.

do assunto pitoresco ou meramente episódico, deveria o leitor brasileiro receber uma outra corrente de informações, que o familiarizasse com os aspectos mais válidos e autênticos da realidade argentina. Reconheçamos que essa realidade — as admiráveis conquistas de todo um grande povo nos campos da tecnologia, da ciência pura, das letras e das artes — nem sempre é afluída na massa de notícias que nos chegam de Buenos Aires, suplantada quase sempre pela informação adjetiva. Essa constatação não é menos válida no que respeita à conjuntura brasileira e à maneira com que, por vêzes, é a mesma interpretada e apresentada à opinião pública argentina.

Creio em resumo, Senhor Embaixador, que a cooperação argentino-brasileira poderá e deverá estender-se um dia a êsse importantíssimo setor de nossas relações, convencido que estou de que nós mesmos, argentinos e brasileiros, com a sensibilidade adquirida na vivência dos próprios problemas, devemos ser os porta-vozes de nossas realizações, de nossas eventuais frustrações, e, sobretudo, de nossas grandes esperanças. Juntos, poderemos mostrar à opinião mundial a verdadeira face da América Latina — talvez menos pitoresca, talvez menos exótica do que se crê — mas já consciente de si mesma e do papel que lhe está destinado no concerto das Nações.

Senhor Embaixador: Desejo manifestar o nosso grande interesse — mais do que isso: o nosso vivo empenho — em receber entre nós, como irmãos (pois assim os consideramos realmente), aos representantes da cultura argentina em todos os seus múltiplos aspectos. Mandem-nos, cada vez mais, os seus cientistas e educadores; os seus homens de imprensa, do teatro e do cinema; os representantes da nova e pujante geração de escritores; e os seus admiráveis artistas, músicos e desportistas. Com todos teremos o que aprender e a todos, talvez, algo que oferecer. E através desse diálogo sempre renovado entre duas culturas autônomas, porém forjadas nas mesmas tradições e no mesmo e entranhado apêgo à liberdade, estaremos consolidando um patrimônio inestimável, que não pertencerá apenas a argentinos e brasileiros, mas sim e indistintamente a todos os povos da América Latina.

## QUEIXA DA VENEZUELA CONTRA CUBA. DECLARAÇÃO DE VOTO DO REPRESENTANTE DO BRASIL NO CONSELHO DA O. E. A. (\*)

Na sessão do dia 3 de dezembro, do Conselho da OEA, o Embaixador Ilmar Penna Marinho, Representante do Brasil, fez a seguinte de-

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações  
— 3 de dezembro de 1963.

claração de voto sôbre o pedido de convocação imediata do Órgão de Consulta:

*"O Brasil, tanto no sistema interamericano quanto no sistema das Nações Unidas, jamais negou seu voto a um Estado que pede uma investigação, porquanto entende que só mediante amplo conhecimento dos problemas será possível encontrar uma solução adequada e justa para solvê-los. Dentro do sistema interamericano, sempre reconhecemos a qualquer Estado que se sinta atingido por atos de agressão, armada ou não, o direito de invocar o Tratado de Assistência Recíproca, com base em seus artigos correlatos, e pleitear a nomeação de uma Comissão de Investigação destinada a proporcionar aos órgãos do sistema todos os elementos de julgamento. Assim sendo, a Delegação do Brasil votará favoravelmente à Convocação do Órgão de Consulta e à constituição de uma Comissão de Investigação, solicitadas pelo Governo da Venezuela. Releva, porém, a Delegação Brasileira que o seu voto não se refere ao fundo do problema, nem constitui um prejulgamento das conclusões a que chegará sôbre a matéria a Comissão Investigadora. Uma vez conhecido o Relatório da Comissão Investigadora, examinados os fatos alegados, estudados os resultados obtidos e apreciadas as conclusões finais, o Brasil emitirá, então, o seu voto sôbre o mérito mesmo do problema. Nosso voto de hoje, portanto, é única e exclusivamente a favor da convocação do Órgão de Consulta e da constituição de uma Comissão Investigadora. Por isso, considera a Delegação do Brasil que a investigação a ser feita deverá ser a mais ampla possível, abrangendo averiguações, tanto na Venezuela quanto em Cuba, e facilitando-se a este último Estado tôdas as oportunidades de defesa, para o que a Comissão poderá, a nosso ver, pedir licença para ir a Cuba e ouvir, também, a respeito, o Governo Cubano."*

## RECONHECIMENTO DO GOVÊRNO DA REPÚBLICA DO VIETNAM (\*)

O Govêrno brasileiro reconheceu no dia 5 de dezembro o nôvo Govêrno da República do Vietnam.

O Embaixador Araújo Castro, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, enviou ontem ao Senhor M. Pham Dang Lam, Chanceler vietnamita, um telegrama, pelo qual manifestou a decisão do Govêrno brasileiro reconhecendo o nôvo Govêrno instituído na República do Vietnam em outubro último.

---

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações — 8 de dezembro de 1963.

## PROJETO BRASILEIRO SÔBRE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO APROVADO NA CONFERÊNCIA DA FAO (\*)

Foi aprovado a 5 de dezembro de 1963, por unanimidade, na 13.<sup>a</sup> Sessão Plenária da XII Conferência Geral da FAO, o projeto brasileiro sôbre a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, que se realizará no início do próximo ano em Genebra.

A resolução brasileira chama a atenção dos Governos que participarão daquela Conferência para a necessidade da inclusão de especialistas em problemas agrícolas em suas delegações, já que existe estreito vínculo entre os problemas de comércio e desenvolvimento e o de fome e má alimentação.

Recomenda ainda que o Diretor Geral da FAO dê prioridade aos trabalhos preparatórios da Conferência, enfatizando os aspectos agrícolas dos itens incluídos na agenda, bem como colocando à disposição da Conferência toda a experiência da FAO com relação aos fatores que dificultam os fluxos de comércio entre os países. Visará esta ação a aumentar a eficiência da produção e distribuição de todos os produtos alimentícios e agrícolas; a melhorar as condições das populações rurais e a reduzir o imenso desnível entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

## IMPORTAÇÕES POLONESAS DE CAFÉ (\*\*)

O Brasil forneceu com exclusividade, até o ano de 1959, inclusive, todo o café que a Polônia consumiu. No ano de 1960, a Polônia importou 838 toneladas de café da Colômbia. No ano seguinte, a totalidade das importações polonesas provieram do Brasil, com exclusão de 19 toneladas de café indiano. Em 1962, a Polônia importou oficialmente do Brasil apenas 1 367,1 toneladas. Nesse ano contudo, sabe-se, grandes compras de café brasileiro foram feitas em outros mercados por falta de meios no nosso balanço de pagamentos. Até setembro de 1963, as compras polonesas no mercado mundial atingiram um total de 6 182,5 toneladas, das quais 3 783,3 procederam do Brasil, ou seja apenas 61 por cento. Portugal vendeu 200 toneladas, a Índia 525 e Chipre 1 700 toneladas.

(\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações — 6 de dezembro de 1963.

(\*\*) Ministério das Relações Exteriores — Departamento Cultural e de Informações — 20 de dezembro de 1963.

# DOCUMENTOS

## RELATÓRIO SOBRE A ALIANÇA PARA O PROGRESSO APRESENTADO À OEA PELO EX-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE

Conforme mandato que lhe foi conferido e ao ex-Presidente Alberto Lleras Camargo, em outubro de 1962, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek apresentou à OEA em junho último relatório de 57 páginas sobre os problemas e perspectivas da Aliança para o Progresso. Esse documento se compõe de uma parte introdutória, de uma análise da Aliança (1 — deficiências institucionais; 2 — problemas nos Estados Unidos; 3 — problemas na América Latina; 4 — mecanismo de execução; 5 — Aliança em cifras; 6 — enquadramento da Aliança) e das recomendações e conclusões que abaixo transcrevemos tal como sumarizadas pelo Senador Juscelino Kubitschek:

### CONCLUSÕES

Do exposto pode-se chegar à conclusão de que a Aliança requer:

1) reformulação nos Estados Unidos, dos aspectos conceituais, legais, administrativos e financeiros do programa, que permita o aperfeiçoamento e o fortalecimento do mecanismo de coordenação da Aliança para o Progresso, através da criação de um órgão autô-

nomo, com direto acesso ao Presidente da República e autorizado a coordenar todas as atividades das diversas agências financeiras assim como dos representantes norte-americanos nos organismos internacionais em assuntos relativos à assistência financeira e técnica para a América Latina;

2) organização, nos países latino-americanos, de caráter administrativo, técnico e político;

3) montagem de um sistema operacional que conjugue os países latino-americanos entre si, que os coordene em conjunto e cada um de per si com os Estados Unidos, em matéria de execução;

4) valorização do caráter dinâmico progressivo do programa;

5) imediato exame, com todo o relevo e toda a prioridade, do problema de perda de substância do comércio exterior da América Latina, causa primeira de todos os males que afligem o Continente.

### RECOMENDAÇÕES

#### A) DE ÂMBITO NACIONAL

1) *Ao Governo norte-americano*  
Conforme se assinalou anteriormente, a redução nas dimensões

financeiras da Aliança para o Progresso é agravada pela circunstância de que o financiamento específico desse programa, através da AID, determinou uma retração das fontes de recursos que operavam anteriormente com a América Latina, com o Eximbank. Estima o signatário que os recursos fornecidos pela AID não devem substituir os fundos provenientes de fontes preexistentes de financiamento, mas acrescentar-se aos mesmos. Seria conveniente e necessário que os métodos e processos de financiamento de origem norte-americana fossem revistos, de modo a não justificar a impressão desagradável que vai ganhando terreno na América Latina e segundo a qual a "Aliança para o Progresso" não significaria muito mais do que uma etiqueta nova destinada a dar unidade e prestígio às formas e volumes tradicionais de ajuda financeira dos Estados Unidos às demais Repúblicas do Continente.

No que se refere propriamente à participação dos órgãos do Governo norte-americano neste esforço comum, parece ao signatário indispensável aperfeiçoar e fortalecer o mecanismo de coordenação da Aliança para o Progresso, mediante a criação de um órgão autônomo de estrutura técnica e administrativa própria, com acesso direto ao Presidente da República e capaz de efetivamente coordenar todas as atividades das diversas agências financeiras e técnicas, assim como dos delegados dos Estados Unidos junto aos organismos internacionais que atuam na

América Latina, em problemas de financiamento e assessoramento técnico. A nova coordenação da Aliança teria poderes amplos para exercer sua tarefa unificadora e para harmonizar os esforços internos com os desenvolvidos pelas agências financeiras internacionais, como o BID, o FMI, o BIRD. Estabeleceria, também, programas internos de ação e escalas de prioridade para orientar a atividade dos órgãos norte-americanos, sobretudo a AID, como a principal agência financiadora da Aliança. Caber-lhe-ia, finalmente, a missão essencial de conceber e levar a efeito um *streamlining* do mecanismo de concessão dos fundos, formulando critérios dinâmicos e flexíveis para disciplinar e acelerar os desembolsos, simplificar ao máximo a tramitação dos planos e projetos e adaptar os processos de análise de tais planos e programas às necessidades reais do desenvolvimento econômico acelerado dos países latino-americanos. Neste particular, parece ao signatário que seria conveniente reduzir substancialmente as exigências formais e técnicas para a aprovação dos projetos, tendo em vista que os critérios atualmente adotados são demasiadamente severos para as condições da região e dificultam sobremodo a tarefa dos planejadores nacionais.

Acredita o signatário que uma coordenação do esforço norte-americano para a Aliança, nas bases acima apontadas, contribuiria de modo eficaz para acelerar a marcha da nossa empresa comum e permitiria a formação, na opinião

pública e nos governos da América Latina, de um estado de espírito mais confiante no que diz respeito à vontade de colaborar das agências do Governo dos Estados Unidos.

É verdade que uma mudança radical do presente estado de coisas exigiria, além da reforma institucional já apontada, uma revisão do "Act for International Development", de modo a eliminar desse estatuto legal uma série de dispositivos de caráter limitativo e protecionista, que subordinam a concessão da ajuda e dos financiamentos a condições estranhas à finalidade principal da contribuição norte-americana, limitando, por tal forma, o alcance e a eficácia dessa contribuição.

O signatário está convencido de que a política da atual administração dos Estados Unidos poderá ser levada a considerar o desenvolvimento latino-americano como uma tarefa da maior importância, merecedora de sua atenção prioritária e justifica o emprêgo de recursos técnicos e financeiros em proporções dantes não ensaiadas. Essa nova e ousada política poderá ser um dos fatores neste decênio. Torna-se, porém, necessário que tal política se traduza, na atuação dos responsáveis norte-americanos pelos diversos aspectos da "Aliança para o Progresso", por um propósito corajoso de afrontar certos riscos calculados, sobretudo nesta primeira fase do programa. Os recursos de que necessitam os países latino-americanos empenhados no esforço da

"Aliança" devem ser-lhes proporcionados com grande rapidez e sem exigências excessivas, abrindo-se aos órgãos nacionais maior crédito de confiança para a aplicação dos financiamentos concedidos. Seria particularmente aconselhável, sem prejuízo da execução dos programas e dos projetos específicos, que se adotasse a prática da concessão de empréstimos globais em favor de entidades financeiras idôneas dos países interessados, a fim de que estas pudessem levar a efeito uma política sistemática de fornecimento de créditos para dinamizar a atividade das empresas privadas, agrícolas e industriais. A verificação do repasse de tais empréstimos globais poderia ser feita *a posteriori*, no fim de cada exercício, pelas agências financiadoras, que se reservariam eventualmente o direito de não prosseguir nessa política em relação aos estabelecimentos financeiros privados que, no repasse do crédito, não revelassem orientação realmente útil ao desenvolvimento de seu país.

## 2) *Aos Governos dos países latino-americanos*

O êxito de um empreendimento da envergadura da "Aliança para o Progresso" está na dependência da criação de um clima de compreensão dos seus propósitos e de confiança na possibilidade de resultados concretos em prazo razoavelmente curto. Infelizmente, a maneira por que foi lançada a "Aliança", através de pronuncia-

mentos governamentais nos Estados Unidos e de propaganda norte-americana, deu margem a que surgisse e ganhasse corpo, no resto do Continente, a impressão de que a Aliança é uma iniciativa política de origem puramente norte-americana, destinada a restaurar o prestígio dos Estados Unidos num Continente ameaçado pela infiltração ideológica, um precipitado da guerra fria. O funcionamento da Aliança nos primeiros dois anos veio favorecer o aparecimento de uma segunda impressão: a de que os Estados Unidos consideram possível levar adiante o movimento sem real disposição de contribuir com recursos financeiros adicionais em escala suficientemente ampla e sem introduzir transformações importantes na política comercial e nos mecanismos de desembolso.

Nessas condições, ao ser feito um esforço conjunto para imprimir à Aliança o dinamismo e a eficácia de que está a carecer, é absolutamente necessário que os Governos latino-americanos se inspirem nos princípios que informaram a Carta de Punta del Este e tomem tôdas as medidas a seu alcance para criar, nos seus países, uma nova e fiel imagem da Aliança. Em primeiro lugar, deve ser pôsto em evidência o seu traço fundamental, de movimento conjunto dos povos e dos Governos do Continente, em prol do seu desenvolvimento econômico acelerado, dentro do quadro da democracia representativa. Já se proclamou que a Operação Pan-Americana não é programa limitado no

tempo, mas tôda uma política continental de caráter definitivo. É dentro dessa política que cumpre situar o esforço da "Aliança para o Progresso" no presente decênio. Não sòmente por palavras, mas através de atos e realizações, deve transformar em realidade a imagem de duas dezenas de povos soberanos e irmãos, empenhados numa tarefa redentora. Avulta, para o pleno sucesso dêsse empreendimento, a necessidade de uma determinação firme e de uma vontade política dos Governos orientada para a realização dos autênticos objetivos da Aliança. Embora não tenha sido objeto de formalização jurídica e de ratificação parlamentar, que lhe desse fôrça de lei interna, a Carta de Punta del Este traduz as aspirações dos povos e representa, pelo menos, um compromisso moral dos Governos. Cabe a êstes tirar, de tal premissa, conclusões adequadas no campo da ação interna, sob pena de cristalizar-se a idéia deformada da Aliança, como outorga unilateral norte-americana, concepção que acarretaria a inglória redução do movimento a uma simples manobra de propaganda.

A realidade fundamental é a capacidade de realizar e o desejo de progresso dos povos latino-americanos. Apesar das enormes dificuldades próprias do estágio de subdesenvolvimento, a América Latina apresenta índices de crescimento e de evolução social que demonstram o firme propósito de seus povos de romper o círculo vicioso que caracteriza as econo-



mias incipientes. É necessário, porém, reconhecer que um esforço de tal monta tem reclamado sacrifícios crescentes das populações latino-americanas, cujos padrões de consumo não têm crescido em ritmo comparável ao de outras áreas. Ninguém poderá duvidar de que a América Latina prosseguirá nessa marcha para o desenvolvimento, sejam quais forem os obstáculos. Mas é igualmente indiscutível que tal marcha será tanto mais rápida e menos difícil, quanto maior a disponibilidade de recursos externos de que dispuser para atender aos investimentos sem obstáculos a uma elevação satisfatória dos padrões de vida.

O signatário está convencido de que, neste ponto, se situa a responsabilidade primordial dos Governos latino-americanos. O destino da Aliança e, com ela, a possibilidade de concretização mais perfeita e rápida daqueles anseios está, em boa parte, nas mãos dos governantes latino-americanos, na proporção em que aceitem ou não o desafio dessa empresa comum. Aceitá-lo importa em transportar, para o plano das realizações internas, os fundamentos da Carta de Punta del Este. Essa obra pressupõe, necessariamente, a criação de órgãos nacionais de execução do programa da Aliança, no mais alto escalão administrativo e com estrutura que lhes faculte as atribuições seguintes: a) coordenar os programas ou projetos nacionais, de âmbito federal, estadual e municipal, pretendentes ao auxílio da Aliança,

julgando de sua compatibilidade com os planos globais existentes; b) prestar assistência técnica às entidades cujos projetos ou programas aspiram à ajuda financeira da Aliança; c) acompanhar a aplicação dos recursos postos à disposição pela Aliança; d) ordenar, no país, as aplicações da Aliança, coordenando as aplicações provenientes das diversas fontes supridoras de recursos (Alimentos para a Paz, Lei 480, entidades financeiras, etc.); e) tratar com o Comitê Interamericano de Desenvolvimento (CID) e com os órgãos externos que, efetivamente, apliquem recursos no país no âmbito da Aliança; f) informar às autoridades locais sobre as decisões e recomendações do CID e transmitir a esse organismo informações no tocante à execução da Aliança no país; g) elaborar relatórios periódicos sobre a marcha da Aliança no país e formular as sugestões cabíveis para acelerar a execução do programa.

## B) DE ÂMBITO INTERAMERICANO

### *Criação do Comitê Interamericano de Desenvolvimento*

#### 1) *Fundamentos*

O funcionamento da Aliança, nesta primeira fase de execução do programa, caracterizou-se por grande falta de organicidade e completa ausência de uma orientação sistemática. Considera o signatário imprescindível a criação de um organismo central, que se incumba de coordenar os es-

forços dos Governos e entidades empenhados na realização das metas de Punta del Este. Para manter-se fiel ao espírito da Operação Pan-Americana e aos princípios da Carta de Punta del Este, a obra da Aliança requer deliberações e decisões conjuntas dos países participantes, tendo-se em vista as realidades, as necessidades e as aspirações da América Latina como um todo econômico e social em processo de desenvolvimento.

A latinização da Aliança, isto é, a participação, em instância decisória, dos países latino-americanos de uma direção centralizada, dinâmica e atuante se nos afigura como o primeiro grande passo para a correção dos males presentes, que tanto embaraçam a execução do programa.

Por outro lado, a América Latina, resolvida a superar o estágio de atraso em que se encontra, vem dando demonstrações de acentuado dinamismo econômico e social e passando por mudanças sensíveis e rápidas, quer na estrutura econômica, quer no comportamento das diversas classes sociais. Tornam-se, dessa forma, indispensáveis uma observação quotidiana e uma análise permanente, que permitam a interpretação adequada das mudanças estruturais e de conjuntura na região.

## 2) O Comitê Interamericano de Desenvolvimento

Propõe, assim, o signatário seja criado um órgão coletivo permanente, capaz de traçar diretrizes

no âmbito de execução da Aliança, bem como de exercer funções suscetíveis de imprimir às tarefas comuns o dinamismo e a eficiência de que estão carecendo.

Subordinado a diretrizes elaboradas pelo CIES em Nivel Ministerial — isto é, pelos Governos dos Estados Membros — o novo órgão deve caracterizar-se pelo seu cunho representativo dos interesses comuns, pela imparcialidade e pelo sentido multilateral das decisões, dentro do espírito da Carta de Punta del Este.

O signatário recomenda, dessarte, que os Estados Membros disponham sobre a criação do "Comitê Interamericano de Desenvolvimento" (CID), órgão do Conselho Interamericano Econômico e Social, permanentemente dedicado a tomar as deliberações de decisões necessárias à execução dinâmica e eficaz da Aliança para o Progresso.

Cada Governo participante da OEA designará um membro do CID. Não obstante, para que o novo órgão permanente seja uma verdadeira junta deliberativa e executiva, compacta e pouco numerosa, o Comitê Interamericano de Desenvolvimento funcionará sempre com a participação de, apenas, seis "membros em exercício", sendo cinco latino-americanos e um norte-americano. O membro norte-americano terá exercício permanente no Comitê, de modo a que a sua posição minoritária eventual possa ser compensada por uma constante presença e atuação.

A investidura dos membros latino-americanos no exercício de suas funções no seio do Comitê, por um período de seis meses cada um, obedecerá a um sistema de rodízio.

Para êsse fim exclusivo, os membros considerar-se-ão distribuídos em cinco grupos, correspondentes à sua origem geográfica: a) grupo da Área A (três membros, designados, respectivamente, pelos Governos de República Dominicana, Haiti e México); b) grupo da Área B (cinco membros, designados, respectivamente, pelos Governos da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua); c) grupo da Área C (quatro membros, designados, respectivamente, pelos Governos da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela); d) grupo da Área D (três membros, designados, respectivamente, pelos Governos da Bolívia, Chile e Peru); e) grupo da Área E (quatro membros, designados, respectivamente, pelos Governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). O Comitê funcionará sempre com cinco membros latino-americanos, sendo um de cada grupo em cada turno de seis meses.

O CID terá, como Secretário-Executivo, o Secretário-Executivo do próprio CIES, o que assegurará íntimo contato com o Conselho e com a Secretaria Geral da O.E.A., da qual receberá o pessoal técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento, sem prejuízo, porém, da assistência que possa receber dos orga-

nismos que atuarão como seus assessôres técnicos e que, nessa condição, poderão participar de seus trabalhos:

a) Junta Consultiva de Técnicos de Alto Nível, constituída segundo o item 2, do Capítulo V, do Título Segundo da Carta de Punta del Este; b) o Banco Interamericano de Desenvolvimento; c) a Comissão Econômica para a América Latina; e d) a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

O CID poderá convidar representantes de entidades ou organismos continentais ou extracontinentais, governamentais ou não-governamentais, para assistirem às suas reuniões, na qualidade de observadores.

As atividades do CID ficarão sujeitas ao exame e orientação do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial, devendo obedecer às diretrizes que, na Reunião Anual do CIES, os Ministros traçarão, usando de atribuições especiais conferidas pelos respectivos governos. Tais diretrizes serão apresentadas pelo CIES ao Conselho da OEA, que delas tomará conhecimento e as aprovará com a maior brevidade.

Um dos fatores que contribuem para reduzir a eficácia dos órgãos executivos da Aliança para o Progresso é a localização, nos Estados Unidos, do centro de decisões sobre financiamento, assistência técnica e cooperação econômica em geral. O fato de estarem em

Washington o Grupo dos Nove, o Banco Interamericano e os órgãos da OEA que exercem atividades relacionadas com os problemas econômicos, sociais e de cooperação técnica, contribui para reduzir as características multilaterais desses organismos e gera desconfiança e suspeita acerca de sua fidelidade aos verdadeiros interesses da América Latina.

Com o tempo, deveria o CID, com os elementos de secretaria e de assessoramento de que venha a dispor, inclusive o BID e o Grupo dos Nove, mudar sua sede permanente para um país da América Latina assegurando, dessa forma, mais outro passo no sentido da latinização da Aliança, e permitindo a coordenação mais efetiva de trabalho com outros órgãos regionais, como a ALALC, a CEPAL, e a Secretaria Permanente do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA).

De conformidade com as diretrizes recebidos do CIES, o CID terá, *inter alia*, as seguintes atribuições:

1. Em cada exercício da Aliança, dosar a distribuição ou fixar critérios de rateio dos fundos disponíveis, por países, áreas ou setores, levando em conta: a) a capacidade de absorção do país, área ou setor interessado; b) a existência de projetos e programas correspondentes às exigências da Carta de Punta del Este; c) as necessidades efetivas; d) a situação de equilíbrio ou desequilíbrio econômico e social existente; e) os esforços de integração econômica em curso na região.
2. Traçar normas e fazer recomendações para dar maior flexibilidade ao sistema de desembolsos da Aliança.
3. Submeter ao CIES um relatório anual sobre a execução do programa da Aliança, indicando as modificações de estrutura econômica e social na América Latina e apontando as tendências do seu crescimento.
4. Recomendar ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, quando o julgue necessário, a convocação de reuniões extraordinárias do CIES, inclusive no Nível Ministerial, para a elaboração de novas diretrizes sobre assuntos urgentes.
5. Recomendar aos Governos interessados as providências requeridas para a plena execução do programa da Aliança, apontando as omissões verificadas e eventuais obstáculos opostos ao fluxo normal de recursos financeiros, ou à satisfatória execução de projetos ou programas.
6. Recomendar aos Governos interessados providências pertinentes a questões correlatas à execução da Aliança, tais como assistência técnica, defesa do mercado dos produtos básicos de exportação e coordenação de suas representações em organismos internacionais de natureza econômico-financeira.
7. Estabelecer um sistema de convocação da cooperação de países extracontinentais para a realização dos objetivos da Aliança,

de acôrdo com a Carta de Punta del Este e as Resoluções sôbre o assunto no âmbito da Operação Pan-Americana.

8. Incentivar a realização de reuniões de elementos da iniciativa particular com vistas a articular e desenvolver as atividades do setor privado com os esforços da Aliança.

9. Divulgar os objetivos e as finalidades da Aliança de modo a recolher as reações e anseios das classes trabalhadoras do Hemisfério, visando à maior eficácia do Programa.

O Conselho da OEA, conjuntamente com o orçamento da Secretaria Geral, aprovará as disposições orçamentárias indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do CID.

A fim de que o estabelecimento do novo órgão seja solenemente sancionado pelos Podêres constitucionais e pela opinião pública dos países participantes, recomenda-se que o CID seja criado por Protocolo, a ser ratificado de acôrdo com os procedimentos constitucionais em vigor nos países signatários, sendo as Cartas de Ratificação depositadas na União Pan-Americana. O Protocolo entrará em vigor imediatamente após a assinatura, devendo as formalidades acima mencionadas ter cumprimento tão logo quanto possível.

Ao Relatório está anexado um organograma do Comitê cuja criação se recomenda e bem assim um

anteprojeto de Protocolo Constitutivo do CID, que especifica, em 29 artigos, a constituição, a vinculação, o funcionamento, as atribuições e outros pormenores de operação.

### 3) O funcionamento do CID

A Aliança para o Progresso é, nos termos da Carta de Punta del Este e em consonância com seus propósitos e objetivos, um programa multilateral por definição e dinâmico por natureza.

Exige, dessa forma, simultaneamente: a coordenação entre os países latino-americanos, a coordenação do conjunto desses países com os Estados Unidos e o entendimento direto de cada um desses países com os Estados Unidos.

A comunhão de responsabilidades na execução da Aliança e a pluralidade de pontos de vista no seio do novo Comitê Interamericano de Desenvolvimento permitirão que a marcha normal do programa se ligue intimamente à evolução econômica e social da América Latina, que a própria Aliança visa a impulsionar.

Convém salientar, em seguida, alguns pontos básicos, capazes de justificar a existência do novo órgão e orientar-lhe o funcionamento.

i) *Condições relativas aos planos e às reformas* — Seria desejável que a marcha dos desembolsos, sob a égide da Aliança, não fôsse retardada pela rigorosa observância das exigências de apre-

sentação de planos globais *técnicamente perfeitos* e de reformas básicas *ultimadas*. Não apenas as próprias condições da América Latina dificultam, no estágio atual, a elaboração rápida de planos globais de fomento com o rigor técnico normalmente exigido, como também tais planos têm, eminentemente, para a Aliança, valor de orientação e de ordenação, permanecendo a necessidade de projetos específicos para os desembolsos efetivos.

Cumpre, portanto, evitar se emperre o fluxo de recursos para a América Latina, aceitando-se, para orientação das Agências financiadoras, alguns princípios norteadores da assistência financeira na fase inicial da Aliança:

a) aceitação, para efeito de desembolsos, e enquanto se elaboram planos globais, de projetos específicos, correspondentes a setores abrangidos pela Carta de Punta del Este e componentes necessários de qualquer plano global de desenvolvimento;

b) adoção de critérios menos rígidos quanto a minúcias técnicas de programas ou projetos, bastando que estes contenham os elementos essenciais de viabilidade técnica, econômica e financeira;

c) aceitação do princípio de que todo plano, programa ou projeto que se enquadre na letra e no espírito da Carta de Punta del Este merece o amparo da Aliança, obtendo liminarmente, na pior das hipóteses, a assistência técnica necessária à correção de suas falhas;

d) atenção prioritária para o grave problema da perda de capacidade de importar da região, como consequência precípua da deterioração de suas relações de trocas. Nesse sentido, devem ser estimulados os estudos em curso sobre a estabilização dos preços dos produtos primários e mecanismos de compensação das quedas de receitas de exportação dos países latino-americanos, procurando-se meios eficazes de transformar em realidade os objetivos do Título Quarto da Carta de Punta del Este.

Deveria ser reconhecido o princípio de que, para a execução da Aliança, as reformas de base são encaradas como indispensáveis processos de evolução paralela à execução do programa, que as favorecerá direta e indiretamente: de modo direto, aumentando a disponibilidade de recursos da região; de modo indireto, criando ou fortalecendo as condições para que tais reformas possam surgir com a maior rapidez e o maior grau de perfeição possível.

ii) *A auto-evolução* — Cumpre, por outro lado, reconhecer que a Aliança é um programa capaz de gerar condições para o seu próprio desenvolvimento, uma vez convenientemente encaminhadas as operações iniciais. A satisfatória execução de um primeiro conjunto de medidas e a sedimentação de critérios consagrados pela prática propiciarão uma firme e segura evolução posterior. Na fase inicial de sua execução ordenada e orgânica, há que admitir,

como fato natural, a existência de lacunas e insuficiências na estrutura econômica e social da região. Os impecilhos à perfeita realização do programa, daí decorrentes, serão gradativamente removidos pela própria assistência da Aliança aos países da área.

O lançamento do programa não deve ser prejudicado por concepções estereotipadas que tentam impor a adoção rígida e brusca, pelos países latino-americanos, de sistemas, padrões e normas de comportamento econômico e social mais adequados a outros tipos diferentes de organização social e econômica do mundo livre.

iii) *Adaptação às necessidades regionais* — Um programa como o previsto pela Carta de Punta del Este deve atender às peculiaridades da região a que pretende servir. Não deve cingir-se aos critérios nacionais de um só dos participantes; não pode, igualmente, divorciar-se das realidades continentais, nem pautar-se pela experiência de outras áreas com outros níveis de renda, diversos padrões sociais, níveis culturais e instituições políticas diferentes. Cite-se, por exemplo, o importante efeito promocional que têm, em muitos casos, os investimentos do setor público na América Latina, ante às próprias realidades, quer em função do vulto das inversões exigidas por determinados problemas, quer pelo caráter pioneiro de determinadas iniciativas. Não podem, assim, as atividades do setor público na região serem comparadas com as que se verificam

em outras latitudes; fazem jus, por suas próprias funções promocionais, a uma consideração especial, sobretudo quando se examina o processo de desenvolvimento econômico da América Latina. Esse aspecto relevante não mereceu, infelizmente, a devida atenção por parte do recente relatório Clay, que advoga certas restrições à assistência da Aliança aos projetos do setor público quando aparentemente competitivos de projetos do setor privado. Tal atitude só pode ser atribuída ao relativo desconhecimento da situação real na América Latina e a uma inconveniente comparação desta situação com a predominante em outras regiões ou em países economicamente mais evoluídos. Nessa ordem de idéias, a execução da Aliança deve adaptar-se constantemente à evolução da América Latina, mediante a aplicação dos recursos previstos em função das realidades regionais, de suas idiossincrasias, suas desigualdades e seus desequilíbrios, e bem assim dos progressos alcançados ao longo da realização do programa.

#### 4) *Os resultados que se esperam*

Espera o signatário do presente Relatório que o CID, como órgão deliberativo, permitirá alcançar todos esses objetivos. A sua constituição assegura a indispensável multilateralização de deliberações e decisões e a necessária visão conjunta dos problemas com que se defronta a Aliança nos Estados Unidos e na América Latina.

Dotada da melhor assessoria, como a que lhe será prestada pela Junta de Técnicos de Alto Nível, pelo BID, pela CEPAL e ALALC, além de outros organismos que poderão ser consultados ou convocados para cooperação, o CID terá à sua disposição um conjunto de especialistas de larga envergadura, completando a assistência que naturalmente receberá de sua Secretaria Técnica, organizada pelo Secretário Executivo do CIES.

Poderá, assim, o novo organismo, desempenhar perfeitamente suas atribuições do ponto de vista técnico, evitando as delongas que, nesse campo, têm marcado os dois primeiros anos de vida da Aliança.

Estará, ainda, o CID em condições de imprimir à execução da Aliança maior dinamismo e flexibilidade, usando suas amplas atribuições, especialmente a que lhe faculta recomendar aos Governos interessados providências necessárias para a plena e corrida execução do programa, e a que lhe permite recomendar ao Conselho da OEA a convocação de reuniões extraordinárias do CIES, inclusive no Nível Ministerial, para a elaboração de novas diretrizes sobre assuntos urgentes.

Ressalte-se, ainda, que ao CID se concedem poderes para estabelecer um sistema de convocação da cooperação de países extracontinentais para a realização dos objetivos da Aliança, de acordo com a Operação Pan-Americana e a Carta de Punta del Este. Prevê-se, dessa forma, um sistema institucionalizado para associar as

fontes financeiras européias e de outras regiões ao esforço norte-americano em prol do desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Situando-se como peça central de um autêntico mecanismo de execução da Aliança e tendo como elementos complementares órgãos nacionais apropriados nos Estados Unidos e em cada país latino-americano, o CID desenvolverá toda uma tarefa de harmonização das diversas fontes financeiras, continentais e extracontinentais aptas a fazer inversões de capital para o desenvolvimento da América Latina. Serão evitados, assim, numerosos problemas que hoje retardam os desembolsos efetivos.

Finalmente, cumpre destacar que o CID, com o seu caráter de permanência, sua estrutura flexível e sua composição peculiar, estará em condições de animar os trabalhos da Aliança no intervalo entre as Reuniões anuais do CIES em Nível Ministerial com o sôpro político indispensável a todo esforço conjunto de Estados soberanos.

#### C) ÀS AGÊNCIAS OU ORGANISMOS TÉCNICOS E FINANCEIROS INTERNACIONAIS

A Carta de Punta del Este concebe um vasto esforço coletivo para propiciar vida melhor a todos os habitantes do Continente.

Nesse sentido, prevê uma mobilização de recursos, de, pelo menos, US\$ 20 bilhões no decênio de realização do programa, a



maior parte dos quais proporcionada pelos EE.UU. e proveniente de fundos públicos.

Os termos da Carta de Punta del Este deixam claro que tal contribuição será adicional, devendo suplementar os recursos já existentes e anteriormente à disposição da região para seu desenvolvimento. E só assim seria possível admitir a possibilidade de um crescimento mais rápido, pois as necessidades correntes da América Latina se avolumam constantemente por múltiplas razões, a começar pelo forte incremento demográfico dos povos latino-americanos.

Não se pode, portanto, aceitar que o advento da Aliança provoque, como tem ocorrido, o retraimento das fontes financiadoras tradicionais, como é o caso do EXIMBANK e do BIRD, organismos onde os países latino-americanos buscavam e buscam financiamentos relevantes para seus programas de fomento econômico.

É também necessário reconhecer que a Aliança para o Progresso é o instrumento de uma política destinada a oferecer à América Latina os meios capazes de promover seu desenvolvimento a longo prazo, superando também seus graves problemas de curto prazo, alguns de profunda ação negativa sobre o esforço interno de capitalização que a região vem fazendo, há algumas décadas.

Releva, portanto, destacar o papel saliente que tem, na realização da Aliança, o financiamento

compensatório aos "deficits" de balanço de pagamentos e o amparo tendentes a compensar perda de capacidade de importar em consequência da instabilidade de mercados e preços dos principais produtos exportáveis.

Nesse campo, a Aliança pode representar inestimável cooperação, patrocinando a coordenação das agências internacionais que, direta e indiretamente, atuam no campo do comércio e dos pagamentos com vistas à contínua expansão do intercâmbio mundial.

Muito especialmente, destaca-se a posição do FMI, cujas atribuições incidem particularmente no setor dos balanços de conta. E ganha realce também, na presente quadra, a ação da OEA e ONU que vêm promovendo estudos técnicos sobre medidas capazes de resguardar o poder de compra externo de áreas eminentemente produtoras e exportadoras de produtos primários, sabidamente castigadas pela instabilidade das respectivas condições de mercado.

Tais estudos, e as soluções respectivas, devem estar à altura da magnitude do problema, o mais agudo da América Latina no curto prazo. Se bem a solução efetiva para a instabilidade das receitas cambiais da região só possa ser encontrada no fortalecimento da estrutura econômica mediante a industrialização e a diversificação da pauta de produtos exportáveis, na elevação da renda "per capita" e no conseqüente alargamento do mercado interno, a assistência financeira compensatória à perda de poder de compra exter-

no representará um auxílio eficaz aos esforços de desenvolvimento que a região vem fazendo.

Cumpre, ainda, realçar a importância que tem o BID para o processo de capitalização da América Latina. Órgão financeiro interamericano, atuando de forma profícua e com íntimo conhecimento das realidades estruturais da economia da área, o BID, paralelamente ao expedido processo de financiamento que vem adotando, tem desenvolvido toda uma concepção dinâmica de cooperação financeira à região, o que cumpre amparar e incentivar.

Considera, pois, o signatário do presente Relatório, ser da máxima relevância que os organismos acima referidos se entrossem com os esforços da Aliança, procurando intensificar sua cooperação à América Latina de modo a que, realmente, possa contar a região com a soma de recursos e o tipo de assistência, a curto e longo prazos, de que carece para acelerar a taxa de crescimento de sua economia e melhorar, de modo significativo, os níveis de vida de suas populações.

Com esse objetivo, formula as sugestões que seguem:

1) *ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*

a) ative seus financiamentos à América Latina dentro do espírito da Aliança para o Progresso; nesse sentido, seria de todo conveniente que, em ligações com o

CID, estendesse à América Latina a prática dos "consórcios financeiros" sob seus auspícios, a exemplo do que tem feito para o desenvolvimento econômico da Índia, do Paquistão e do Vale do Rio Indo.

b) dispense ao CID, na medida máxima de suas possibilidades, a assistência técnica que está em condições de prestar, pelo acêrco de experiência que adquiriu nesses três lustres de existência, devotados de início à reconstrução e, no último decênio, ao desenvolvimento econômico.

2) *ao Fundo Monetário Internacional*

a) articule suas atividades com o CID no que concerne à assistência aos Balanços de pagamento da área, de maneira a dar a essa assistência o caráter complementar de curto prazo, que se torna necessário para que as dificuldades cambiais não introduzam fatores agudos de perturbação no esforço contínuo de desenvolvimento que a área procura manter e que a Aliança se propõe robustecer;

b) adote critérios técnicos de análise mais flexíveis no tocante à assistência aos balanços de pagamento da América Latina, levando em conta fatores peculiares da economia da região, com influência decisiva sobre a posição de suas contas externas; tais critérios devem considerar especialmente o significado que têm para as condições monetárias internas da região:

i) as oscilações bruscas da receita cambial ordinária, em função da instabilidade de preços e de mercado dos produtos de exportação da área, fato que indica a necessidade de assistência proporcional aos desequilíbrios ou depressões que sofre tal receita;

ii) as insuficiências da produção agrícola interna e do sistema de abastecimento de produtos alimentares, o que demonstra a necessidade de estímulo financeiro a tais setores, especialmente o crédito agrícola, como elemento fundamental de qualquer esforço de estabilização ou de contenção da pressão inflacionária nesses países.

### 3) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

a) conceda ao CID os benefícios de sua experiência recente no campo dos empréstimos de amparo social, que tem levado a efeito de modo profícuo com os recursos oriundos do Fundo Fiduciário do Progresso Social;

b) promova, no mais curto prazo possível, o aumento de seu capital ordinário, ampliando sua capacidade de financiamentos promocionais à expansão e diversificação da economia regional, tal como vem tentando como os apelos que tem feito aos mercados financeiros internacionais;

c) intensifique suas gestões visando a associar, às suas aplicações, recursos europeus ou de outra procedência.

### 4) à Organização dos Estados Americanos e à ONU

a) intensifiquem os estudos sobre o financiamento compensatório à queda de receita cambial regular da América Latina, submetendo os resultados à consideração do CID para as gestões que couberem no âmbito da Aliança;

b) assistam o CID em todas as iniciativas de fundo, tendentes à melhor consideração possível dos problemas econômicos de curto prazo da região.

### 5) Assistência técnica

A Carta de Punta del Este não omitiu o papel que a assistência técnica poderá desempenhar na execução da Aliança. Tanto para o aperfeiçoamento do fator humano, quanto para a elaboração de planos, projetos e programas de desenvolvimento, a cooperação externa, na forma de assistência técnica, adquire, de fato, indiscutível importância, mormente na fase inicial da Aliança.

A América Latina já vem contando, nesse setor, com a cooperação do Governo norte-americano, da ONU, da OEA e de entidades privadas, continentais e extracontinentais. Essa cooperação, que se estende a diversos setores de atividade da região, apresenta, agora, novas perspectivas, com a ajuda de alguns países europeus e do Japão, além da que poderá provir, em escala crescente, de certos países latino-americanos, já em condições de prestá-la em diversos campos.

Mas é forçoso reconhecer que existem ainda vazios a preencher sobretudo pelo fato de processar-se a assistência técnica à América Latina de forma um tanto dispersiva, sem entrosar-se, em geral, com os esforços regionais para o desenvolvimento. A variedade de organismos operando na América Latina e a diversidade de programas em curso, sem qualquer obediência a critérios de prioridade, tumultuam os resultados da tarefa que está sendo realizada.

Impõe-se, dessa forma, sobretudo com o advento da Aliança, que visa a impulsionar o ritmo de crescimento da região latino-americana, uma orientação racional na aplicação dos programas de assistência técnica aos países da área. Nesse sentido, é indispensável distribuir as tarefas e as responsabilidades segundo a experiência de cada fonte supridora, e endereçar a assistência aos diversos setores de atividade de acordo com critérios de prioridade formulados com base em programas, projetos ou planos de desenvolvimento econômico e social da região.

Recomenda, pois, o signatário:

a) que os Governos das Repúblicas latino-americanas formulem seus pedidos de assistência técnica em estreita vinculação com os planos, projetos e programas de desenvolvimento econômico e social, a curto e longo prazo; tais pedidos devem ser coordenados por um órgão nacional apropriado, com atribuições capazes de permitir-lhe acompanhar a respectiva execução e entrosar-se

com o órgão encarregado da execução da Aliança no país;

b) que os organismos que prestem assessoramento técnico à América Latina procurem articular suas atividades com o CID, de maneira a conceder, através da ajuda que dispõem, efetiva contribuição à execução da Aliança; no caso do assessoramento à formulação de planos globais ou setoriais de desenvolvimento econômico e social, conviria fôsse outorgada à Secretaria Geral da OEA a coordenação dos trabalhos respectivos, no pertinente a programas, planos e projetos amparados pela Aliança.

A análise crítica apresentada pelo signatário e as recomendações constantes do presente relatório constituem, por si, um depoimento de fé nas altas finalidades da Aliança e na eficácia que poderá ter o programa concebido em Punta del Este para um mais rápido e amplo progresso social e econômico da América Latina.

Expressando os ideais da Operação Pan Americana, a Aliança Para o Progresso poderá representar um congraçamento efetivo dos esforços pan-americanos em favor do desenvolvimento econômico dentro dos quadros democráticos da liberdade de culto, de trabalho e de opinião. Poderá, ainda, traduzir os anseios de um enriquecimento equânime dos povos da América, sem que as diferenças de condições ou de potencialidades se transformem em obstáculos à convivência pacífica e à comunhão de objetivos que têm sido apanágio

do sistema de vida da comunidade americana.

Nesse sentido, o signatário do presente relatório está firmemente convencido de que a Aliança, como solução disponível, deve ser apoiada pelos governos da América, com inabalável disposição de dar-lhes os elementos básicos de execução, que levem a uma pronta e eficiente atuação em favor do progresso e do bem-estar coletivo de todos os povos do Hemisfério. E certo de que as críticas e recomendações aqui contidas constituem elementos fundamentais a esse propósito, leva, com elas, aos países signatários da Carta de Punta del Este, seus anelos de uma rápida coordenação de esforços e de providências para tornar realidade os objetivos e metas fixados naquele importante documento.

## COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-PARAGUAI

O Ministro de Minas e Energia, Sr. Oliveira Brito, chefiou uma missão técnica que visitou o Paraguai, nos primeiros dias de setembro de 1963, para debater com as autoridades paraguaias o aproveitamento do potencial energético do Salto Grande das Sete Quedas.

Ao regressar ao Brasil o Sr. Oliveira Brito, o Itamaraty e a Chancelaria paraguaia distribuíram o seguinte comunicado, datado de 10 de setembro de 1963:

"Como resultados das cordiais conversações mantidas durante as entrevistas sobre o aproveitamen-

to do potencial hidroelétrico do Salto de Sete Quedas, o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Chanceler Sapena Pastor, e o Ministro de Minas e Energia dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Oliveira Brito, manifestaram, em nome dos Governos que representam, o pleno acôrdo para a realização de estudos que visem à elaboração de um anteprojeto de aproveitamento do aludido potencial energético."

## A QUESTÃO DO SALTO GRANDE DAS SETE QUEDAS

*Texto completo da exposição do Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, contendo as notas diplomáticas trocadas a respeito entre a Chancelaria Paraguaia e o Itamaraty*

Em resposta a um requerimento de informações que recebeu em 10 de junho de 1962 da Câmara dos Representantes do Paraguai, a propósito da questão do Salto Grande das Sete Quedas, o Sr. Raul Sapena Pastor, ministro das Relações Exteriores daquele país, prestou-lhe os esclarecimentos abaixo, os quais foram divulgados na íntegra no jornal "Pátria", de Assunção, em 20 de junho de 1963.

A exposição feita pelo ministro Sapena Pastor, além de indicar a posição oficial do Paraguai em relação ao problema de Salto Grande das Sete Quedas, transcreve integralmente as notas diplomáticas trocadas a respeito entre a Chancelaria paraguaia e o Itamaraty.

Divulgamos, a seguir, a íntegra da exposição do Chanceler Sape-na Pastor:

#### TEXTO DA EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

"Assunção, 10 de junho de 1963.  
A Sua Excelência Dr. J. Eulógio Estigarribia, Presidente da Hono-rável Câmara de Representantes. Nesta.

Senhor Presidente, tenho a hon-ra de dirigir-me a V. Excelência, em nome do Poder Executivo, a fim de responder ao pedido de in-formações que lhe foi encaminha-do pela Honorável Câmara de Re-presentantes em virtude da reso-lução adotada na sessão ordinária de 2 de maio último. Ao fazê-lo, é conveniente precisar conceitos sôbre os "pactos vigentes" e sôbre as zonas cujos limites devem ser demarcados.

#### PACTOS VIGENTES

Os limites entre a República do Paraguai e a República do Brasil, na parte Nordeste da Região Oriental do território nacional, es-tão sendo demarcados de confor-midade com os seguintes instru-mentos internacionais:

a) O Tratado de Limites subs-crito em Assunção, em 9 de janei-ro de 1872, pelos plenipotenciários Senhores Carlos Loizaga e Barão de Cotingipe;

b) O Tratado de Limites com-plementar do de 9 de janeiro de

1872, subscrito no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1927 pelos ple-nipotenciários Senhores Rogelio Ibarra e Otávio Mangabeira e

c) O protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracteriza-ção da Fronteira com o Brasil, subscrito no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1930 pelos plenipoten-ciários Senhores Fulgêncio B. Mo-reno e Otávio Mangabeira.

Não existem, além desses Tra-tados e Protocolos, outros Pactos ou Acôrdos, públicos ou reserva-dos, nem entendimentos de tipo algum que possam prejudicar os direitos do Paraguai. As afirma-ções que a respeito fazem na im-prensa e na clandestinidade que iludiram grupos políticos, sua res-ponsabilidade cívica nas últimas eleições e sua participação no con-trôle dos atos de Govêrno que ca-be à oposição, são apenas não fal-sas e temerárias, como prejudiciais à Nação.

#### LIMITES A DEMARCAR

A Comissão Mista Paraguaio-Brasileira de Demarcação e Carac-terização da Fronteira se acha em-penhada atualmente na demarca-ção, sôbre o terreno, da "linha di-visória pelo mais alto da Serra de Caracajú". (Art. I do Tratado de 1872).

Concluída essa tarefa, deverá surgir como etapa final a divisão da soberania fluvial compartilhada pelas Repúblicas do Paraguai e do Brasil sôbre os Saltos do Guaíra (Salto Grande das Sete Quedas),

e na devida oportunidade o Acórdão entre ambos os Governos para o aproveitamento da energia de suas águas, assim como qualquer outra espécie de recursos.

O "Salto Grande das Sete Quedas", ou "Salto das Sete Quedas", ou "Salto do Guaíra" é um imenso acidente aquático que se forma no lugar em que o rio Paraná — que corre de Norte a Sul —, é interceptado pela Serra de Caracajú que se interpõe como obstáculo em direção aproximadamente Oeste-Leste. A Serra de Maracajú atua como dique de contenção, originando um grande alargamento do rio Paraná, cujas águas se precipitam em numerosas quedas ou saltos.

O "Salto Grande das Sete Quedas", ou "Salto das Sete Quedas", ou "Salto do Guaíra" é um acidente geográfico, uma balisa natural que o Tratado de Limites de 1872 escolheu como ponto de referência seguramente por ser sua posição imutável.

O referido acidente geográfico não é um ponto, uma simples interseção de duas linhas; pelo contrário, é uma imensa região aquática de que são ribeirinhas a República do Paraguai e a República do Brasil, que por conseguinte têm direitos de domínio nacional ou soberania fluvial na forma que terá de ser delimitada oportunamente.

É conveniente destacar que a importância do "Salto Grande das Sete Quedas" como fonte de energia hidráulica pode não residir

exatamente na propriedade dos saltos naturais de água, mas nos volumes de água que possam ser conduzidos aos desníveis mais apropriados para gerar energia. Esta é a razão fundamental pelo qual sendo o "Salto Grande das Sete Quedas" um acidente aquático de propriedade dos dois Estados que são ribeirinhos, nenhum deles tem o direito de formular planos exclusivos nem individuais de aproveitamento sem o consentimento expresso do outro Estado.

Precisadas assim as bases fundamentais, geográficas e jurídicas do assunto que motiva o pedido de informações, o Poder Executivo apressa-se em fornecer as seguintes respostas:

a) *"Estado dos trabalhos de demarcação da fronteira com os Estados Unidos do Brasil, no setor Maracaju-Saltos do Guaíra, realizados pela Comissão Mista Paraguio-Brasileira Demarcadora de Limites, localizando-os num plano gráfico"*.

O Setor Maracaju-Salto do Guaíra começa no Marco denominado "Ibicuí", correspondendo êsse troço ao 4.º Setor. Os marcos colocados nesse setor alcançaram até o 341/IV.

De 1949 a 1958 foram inaugurados 496 marcos para uma extensão aproximada de 230 km de fronteira, sendo o último deles o 341/IV, que se encontra, aproximadamente, a 20 km dos Saltos do Guaíra. A partir de 1953 suspendeu-se a construção de marcos para proceder-se ao aerolevanta-

mento do setor compreendido entre o marco 341/IV, sobre a Serra de Maracaju e os Saltos do Guaíra, que havia sido solicitado pela Comissão Paraguaia, em cumprimento a instruções expressas de nossa Chancelaria e cuja proposta foi aceita pela Chancelaria brasileira depois de muitas discussões. O objetivo desse levantamento, do ponto de vista da Comissão Paraguaia, era determinar com precisão o desenvolvimento do divisor de águas no último trecho da Serra de Maracaju e sua relação com os Saltos do Guaíra, evitando-nos, assim, prosseguir às escuras a demarcação nesse setor. Os trabalhos de campo relativos a esse aerolevantamento foram efetuados em 1958 e a restituição aerofotogramétrica em 1959, no gabinete da Comissão Brasileira no Rio de Janeiro sob a fiscalização do Delegado Demarcador Paraguaio.

A precisão planimétrica alcançada nesse trabalho pode considerar-se como satisfatória, mas não assim a altimétrica, motivo pelo qual não pôde servir como carta definitiva da zona; não obstante, serviu-nos posteriormente, indicando-nos a presença de divisores que se bifurcam a uma distância aproximada de 10 km dos Saltos do Guaíra.

Na 25.<sup>a</sup> Reunião Plenária da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Paraguai-Brasil, em 20 de novembro de 1961, a pedido da Comissão Paraguaia, a Comissão Mista resolveu incluir no plano de trabalhos para 1962 "o levantamento regular, com

a máxima precisão possível dentro da topografia, do último trecho ainda não demarcado da Serra de Maracaju (Cordillera de Mabara-cayú) e sua ligação com o acidente geográfico Saltos das Sete Quedas (Salto del Guayrá), sendo que a partir da cota 327, da quadricula (2344-2346; 464-466) da carta aerofotogramétrica em escala 1.20.000 deverão ser levantados os divisores que vão em direção do Salto das Sete Quedas, ligando-os entre si" (transcrição da Ata).

Em observância do programado, a Comissão Mista realizou o levantamento do trecho compreendido entre o último marco já construído sobre a Serra de Maracaju, o 341/IV, distante aproximadamente 20 km dos Saltos do Guaíra, e esse acidente, com o fim de definir o melhor possível o cume verdadeiro da Serra de Maracaju e sua ligação com o acidente geográfico Saltos do Guaíra.

A carta resultante dos trabalhos realizados nesse setor estabelecerá o divisor principal que, conforme o espírito e a letra do Tratado, será a verdadeira linha que deverá ligar-se ao ocidente geográfico Salto do Guaíra.

*"Se as demarcações já realizadas são definitivas"*

A demarcação tem caráter definitivo, uma vez inaugurados os marcos. Assim, os marcos construídos até o Yacarey (Guavirá), o 270/IV, por haver sido já inaugurado, tem caráter definitivo; o que já não ocorre com os construídos a partir do 271/IV, para



cuj a inauguração dever-se-á chegar previamente aos Saltos do Guaira.

*"Ritmo de progresso das mesmas durante o último quinquênio"*

No último quinquênio, não se construiu nenhum só marco. A partir do marco 341/IV, a Comissão Mista dedicou-se ao levantamento planialtimétrico do setor compreendido entre o marco 341/IV e o acidente geográfico Salto do Guaira, buscando precisamente o verdadeiro divisor de águas para a fixação da linha limite e colocação dos marcos; trabalhos cuja magnitude se poderá apreciar, na cartografia correspondente, sobre a base de 7.860, acotada em planimetria e altimetria; 393 000 metros de picadas abertas para execução de poligonais; e 44 686 metros de poligonais regulares.

*"Método de demarcação empregado atualmente pela Comissão"*

O método de demarcação utilizado nos trabalhos de campo se ajusta ao Protocolo de Instruções subscrito no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1930 e à Ata n.º 13 de 5 de maio de 1941, em anexo.

*"Causas pelas quais os referidos trabalhos ainda não terminaram e data aproximada em que deve terminar a tarefa demarcatória".*

A demarcação ainda não terminou porque sua realização requer um minucioso levantamento do setor para o estabelecimento do

verdadeiro divisor das águas. A próxima campanha, que deve iniciar-se em meados deste ano, terá por fim a conclusão dos trabalhos de campo para obter uma carta definitiva.

b) *"Conhecimento que tenha o Poder Executivo do propósito atribuído à República dos EE.UU. do Brasil, e grau de execução do mesmo, de aproveitamento dos Saltos do Guaira para obter energia elétrica, e que medida ou atitude adotou o Poder Executivo para resguardar os direitos que legitimamente tem o Paraguai, de acôrdo com as estipulações do Artigo 1.º do Tratado de Limites subscrito com o Império do Brasil, em 9 de janeiro de 1872".*

1. Com a Nota M.R.P., n.º 18, de 13 de fevereiro de 1962, o Embaixador Dr. Raul Peña, acreditado perante o Governo dos Estados Unidos do Brasil, remeteu à Chancelaria Nacional um recorte do diário "Jornal do Brasil", da mesma data, em que sob o título "Ministro das Minas Nomeia Ferraz para Saber como Vai aproveitar Sete Quedas", se informava que o Ministro de Minas e Energia, Sr. Gabriel Passos, autorizado pelo Conselho de Ministros, havia contratado os serviços do Engenheiro Marcondes Ferraz para elaborar um relatório preliminar sobre o aproveitamento integral de Sete Quedas, no rio Paraná.

2. Em 7 de março de 1962, a Chancelaria Nacional encaminhou à Embaixada Nacional no Rio de

Janeiro o Despacho Confidencial D.P.I. n.º 209, mediante a qual se a instruiu para passar à Chancelaria Brasileira uma nota cujo teor foi textualmente inserido no referido despacho.

3. Cumprindo as instruções recebidas, a Embaixada Nacional no Rio de Janeiro dirigiu ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Francisco Clementino de San Tiago Dantas, a Nota M.R.B. n.º 94, datada de 12 de março de 1962, cujo teor é o seguinte:

"12 de março de 1962  
M.R.B. n.º 94  
Senhor Ministro,

Cumprindo expressas instruções que recebi de meu Governo, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para expressar o seguinte:

1 — No diário "Jornal do Brasil", correspondente ao dia 13 de fevereiro de 1962 (1.º caderno, página 4), sob o título "Ministro de Minas nomeia Ferraz para saber como vai aproveitar Sete Quedas", foi publicada a notícia procedente de Brasília de que o Ministro de Minas e Energia, Senhor Gabriel Passos, autorizado pelo Conselho de Ministros, teria contratado os serviços técnicos do Senhor Marcondes Ferraz para elaborar um relatório preliminar sobre o aproveitamento integral de Sete Quedas, no rio Paraná. O mesmo artigo enumera minuciosamente as investigações, que serão realizadas, e o objetivo dos projetos que serão executados.

2 — A república do Paraguai e os Estados Unidos do Brasil são nações ribeirinhas no tocante ao acidente aquático natural que se denomina "Salto do Guaíra", ou "Sete Quedas", ou "Salto Grande das Sete Quedas", que se forma quando a Serra de Maracaju intercepta o rio Paraná, originando um grande represamento e numerosas quedas d'água que se encontram dentro do mesmo acidente.

3 — O domínio que as Repúblicas do Paraguai e dos Estados Unidos do Brasil têm sobre o conjunto desse acidente natural conhecido como "Salto do Guaíra", ou "Sete Quedas", ou "Salto Grande das Sete Quedas", somente ficará delimitado dentro do mesmo quando estiverem concluídos e aprovados os trabalhos de demarcação de limites e caracterização de fronteiras que atualmente realiza a Comissão Mista de Limites e de Caracterização de Fronteira Paraguai-Brasil. Esses trabalhos de demarcação da linha divisória pelo cume da Serra de Maracajú, vindo de Oeste a Leste, já chegaram a 20 km do Salto do Guaíra.

4 — Meu Governo considera que antes de que se concluam a demarcação de limites e a caracterização de fronteiras, nenhum dos dois Governos, nem o dos Estados Unidos do Brasil, nem o da República do Paraguai, poderia propor-se realizar unilateralmente o aproveitamento integral da energia hidráulica do Salto do Guaíra.

5 — O propósito desta Nota não é iniciar prematuramente uma po-

lêmica extemporânea sobre o domínio do Salto do Guaíra mas expressar ao Governo dos Estados Unidos do Brasil, pelo digno intermédio de Vossa Excelência, que a República do Paraguai, baseada em títulos seculares e Tratados vigentes com o Brasil, considera que seu domínio territorial e fluvial se estende sobre o Salto do Guaíra, ou Salto Grande das Sete Quedas, na medida que será determinada pelos resultados da demarcação e caracterização da fronteira, e que, em consequência, a ser certa a notícia mencionada no parágrafo um desta Nota, ela equivaleria a uma decisão governamental adotada com lesão dos direitos do Paraguai, cuja vigência não poderia ser mantida sem a deterioração das cordialíssimas e fraternas relações que unem nossos povos e Governos.

Valho-me desta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta e distinta consideração". Assinado) Raul Peña.

4. A resposta da Chancelaria brasileira foi dada na Nota AAA/DAM/SDF/DAJ/24/254. (43), datada de 19 de setembro de 1962 e dirigida ao Embaixador do Paraguai, Dr. Raul Peña. Seu texto é o seguinte:

"19 de setembro de 1962.

AAA/DAM/SDF/DAJ/24/254.

(43)

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota M.R.B. n.º 94,

de 12 de março último, na qual Vossa Excelência, cumprindo instruções expressas de seu Governo — e referindo-se a notícia publicada em jornal da cidade do Rio de Janeiro, acerca de estudos preliminares que o Ministério de Minas e Energia do Brasil pretende realizar visando ao aproveitamento do potencial energético do Salto das Sete Quedas —, formula considerações sobre a linha divisória do Brasil com o Paraguai.

2 — Em resposta, cabe-me solicitar a esclarecida atenção de Vossa Excelência para os itens que se seguem.

3 — A posse que o Brasil tem sobre o conjunto do Salto das Sete Quedas ficou definitivamente reconhecida e estabelecida de acordo com os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada de demarcar os limites determinados pelo Tratado de 9 de janeiro de 1872, reunida entre 1872 e 1874. Essa delimitação, claramente definida e aprovada nas Atas das 11.ª, 12.ª e 16.ª Conferência da Comissão Mista foi traçada nas cartas originais (parciais e gerais), levantadas e assinadas pelos Comissários dos dois países; firmadas do lado paraguaio pelo Comissário D. Domingo A. Ortiz e seu secretário D. José D. Espinoza, em Assunção, a 20 de outubro de 1874 e encontram-se arquivadas no Itamarati, podendo ser confrontadas a todo momento. Dirime qualquer dúvida a êsse respeito a Ata da 18.ª e última Conferência da Comissão Mista de 1872/74, subscrita, tam-

bém em Assunção, a 24 de outubro de 1874. Tudo assegurado — categórica e finalmente —, nos termos do *Preâmbulo* do Tratado de Limites Complementar do de 1872, assinado no Rio de Janeiro aos 21 dias do mês de maio de 1927.

4 — Por isso mesmo, o “Protocolo de Instruções para a demarcação da fronteira Brasil-Paraguai”, de 9 de maio de 1930, que, decorrente do “Tratado de Limites, complementar do de 1872”, instituiu a “Comissão Mista de Limites e da Caracterização da fronteira Brasil-Paraguai”, atualmente vigente, no seu Artigo 10 determinou, apenas, a restauração dos antigos marcos e intercalação de novos entre os já existentes nas terras altas da fronteira.

5 — Dessa maneira, não vê o meu Governo porque, para exercer direitos de posse que lhe foram plenamente assegurados, e que vem mantendo há quase um século, precisaria de aguardar o término dos trabalhos da atual Comissão Mista, nos restantes 20 km da Serra de Maracaju, quando está aquela Comissão incumbida tão somente da caracterização da linha sêca da fronteira, com a densificação de marcos entre os já existentes, de acôrdo com a densificação de 1872/1874, correta, aprovada e válida. O ponto terminal da linha sêca, e, portanto, daqueles 20 km, já está fixado na margem direita do rio Paraná, em frente à Quinta e mais importante das Sete Quedas, conforme as plantas aprovadas na Ata da 16.<sup>a</sup>

Conferência da Comissão Mista de 1872/1874.

6 — Animados dos mesmos harmônicos propósitos, manifestados por Vossa Excelência, em nome de seu Governo, estou certo de que as razões documentais acima recordadas serão bastantes para arredar polêmicas sôbre o assunto, agora e em qualquer momento.

7 — Quanto ao aproveitamento do Salto das Sete Quedas, situado integralmente em território do Brasil, desejo informar a Vossa Excelência de que o Governo brasileiro estará disposto a examinar oportunamente a possibilidade de participar a República do Paraguai da utilização dos recursos energéticos e de quaisquer outros a explorarem-se no referido Salto, se em tal sentido fôr solicitado pelas autoridades paraguaias.

8 — De todo o exposto, verificará Vossa Excelência que o estudo técnico, agora e preliminarmente encomendado pelo Ministério de Minas e Energia, não pode nem deve ser tomado como lesivo à República do Paraguai e, menos ainda, pôr em perigo as fraternais e cordialíssimas relações, tão felizmente existentes entre os nossos Povos e Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração”. Assinado) Afonso Arinos de Melo Franco”.

5. No parágrafo 5 da Nota paraguaia se deixou constância expressa de que “o propósito desta Nota não é iniciar prematuramen-

te uma polémica extemporânea sobre o domínio dos Saltos", visto que a determinação do referido domínio estava e continua dependendo do progresso e finalização da demarcação da linha divisória pelo cume da Serra de Maracaju, tarefa encomendada à Comissão Mista de Limites Paraguaio-Brasileira.

Mas à vista dos resultados da campanha finalizada em dezembro de 1962 e da cartografia subscrita em março do corrente ano de 1963, o Governo Nacional instruiu a Embaixada Nacional, acreditada no Rio de Janeiro para apresentar a seguinte Nota DPI, n.º 368, de 10 de junho de 1963.

DPI n.º 368

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de solicitar-lhe apresentar à Chancelaria brasileira uma Nota do seguinte teor:

Senhor Ministro,

Cumprindo instruções que recebi de meu Governo, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para expressar o seguinte:

1 — Mediante a Nota MRB n.º 94, de 12 de março de 1962, referiu-se esta Embaixada à notícia aparecida no diário "Jornal do Brasil" em que se informava que o Ministro de Minas e Energia, Senhor Gabriel Passos, autorizado pelo Conselho de Ministros, havia contratado os serviços técnicos do Sr. Marcondes Ferraz para elabo-

rar um relatório preliminar sobre o aproveitamento integral de Sete Quedas, no rio Paraná. Na mesma Nota, no parágrafo 4, expressei a Vossa Excelência, em nome do Governo da República do Paraguai que, antes de que a demarcação de limites e caracterização de fronteiras na linha divisória do cume da Serra de Maracaju fique concluída, nenhum dos dois Governos, nem o dos Estados Unidos do Brasil, nem o do Paraguai poderia propor-se realizar unilateralmente o aproveitamento integral da energia hidráulica dos Saltos do Guaira.

2 — A Chancelaria dos Estados Unidos do Brasil respondeu a esta Embaixada mediante a Nota AAA/DAM/SDF/DAJ/24/254. (43) de 19 de setembro de 1962, expressando, entre outras coisas, que por se achar o Salto das Sete Quedas "situado integralmente em território do Brasil", o aproveitamento de suas águas cabia a esse país, cujo Governo sem embargo, estava disposto a fazer o Paraguai participar de seus recursos energéticos.

3 — O Tratado de Limites Loizaga-Cotegipe, subscrito em Asunción em 9 de janeiro de 1872, entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, não estabelece, em parte alguma, que o Salto Grande das Sete Quedas, ou Salto do Guaira, pertença exclusivamente a nenhum dos dois Estados, mas registra como baliza natural o referido acidente aquático, que não é senão uma parte do rio Paraná, rio internacional,

que ali serve de limite arcifínio entre os territórios do Paraguai e do Brasil. O Salto do Guaíra, ou Salto Grande das Sete Quedas, não sòmente não está situado integralmente em território do Brasil —, como afirma a Nota de Vossa Excelência de 19 de setembro de 1962 — como a República do Paraguai tem direitos de soberania territorial sòbre sua margem ocidental, e em consequência direitos de soberania fluvial, e direitos de condomínio sòbre as águas, no que se refere à utilização de quaisquer de seus recursos. Êsses direitos da República do Paraguai, diretamente fundados no Tratado de Limites de 1872, vão ficando evidenciados nos mui recentes trabalhos de caracterização da linha divisória no cume de Maracaju realizados pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Paraguaio-Brasileiro.

4 — Por estas razões, o Governo da República do Paraguai tem a melhor disposição para estudar conjuntamente com o Governo dos Estados Unidos do Brasil as bases de um Acòrdo para a utilização integral da energia hidráulica e de qualquer outro recurso das águas do Salto do Guaíra, ou Salto Grande das Sete Quedas, e ao mesmo tempo reitera que a simples enunciação de qualquer projeto de utilização exclusiva por parte do Brasil, ao prejudicar direitos do Paraguai, prejudica con-

sideravelmente as relações entre nossos Povos e Governos.

Saúdo a Vossa Excelência com distinta consideração. Assinado) Raul Peña”.

6. A imprensa brasileira registrou publicações alusivas ao aproveitamento integral da energia dos Saltos do Guaíra; o mesmo fêz a imprensa paraguaia, principalmente no semanário “El Enano”. A revista “Brasil”, publicada pela Embaixada do Brasil no Paraguai, se referiu, no n.º 5, correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1962, à “Usina Hidrelétrica de Sete Quedas” (Paraná) (Ver pág. 4).

7. As informações acima indicam o conhecimento que o Governo Nacional possui dos propósitos atribuídos ao Governo dos Estados Unidos do Brasil de aproveitar a energia hidráulica do “Salto Grande das Sete Quedas”, ou “Salto do Guaíra”, ou “Salto de Sete Quedas”.

Como poderá verificar a Honorable Câmara de Representantes, o Poder Executivo, responsável pela política internacional do país, adotou e continuará adotando, nesta questão, tôdas providências necessárias para salvaguardar nossa soberania e os legítimos e altos interesses da Pátria.

Deus guarde a Vossa Excelência. Assinado) Raul Sapena Pastor”.

# LIVROS

## LIVROS RECENTES SOBRE PROBLEMAS POLÍTICOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

### 1. POLÍTICA GERAL

- A REVOLUÇÃO NO TRÓPICO; NACIONALISMO, MARXISMO E DESENVOLVIMENTO — *Vamireh Chacon* — Rio de Janeiro, Instituto brasileiro de estudos afro-asiáticos, 1962 — 134 p.
- POLÍTICA Y SOCIEDAD EN UNA ÉPOCA DE TRANSICIÓN. DE LA SOCIEDAD TRADICIONAL A LA SOCIEDAD DE MASAS — *Gino Germani* — Buenos Aires, Editorial Paidós, 1962 — 266 p.
- AGENDA AMERICANA ("THE UNITED STATES IN THE WORLD ARENA") — *W. W. Rostow* — Bolonia, "Il Mulino", 1962 — 253 p., 2.000 liras.
- MASSA NON-MASSA — *Giovanni Malagodi* — Roma, Ed. Leonardo, Sansoni, 1962 — 133 p., 900 liras.
- IL PETROLIO SULLA VIA DI DAMASCO — *Zahra Siria* — Florencia, Parenti, 1962 — 343 p., 2.000 liras.
- IL PROBLEMA DEL POTERE — *Rodolfo Di Stefano* — Milán, Giuffrè, 1962 — 175 p., 1.500 liras.
- RADIOGRAFIA DEL COMUNISMO — *Michele Pellicani* — Roma, Società editrice democratica, 1961 — 70 p., 400 liras.
- SCRITTI POLITICI — *Francesco Saveri Nitti* — Bari, Laterza, 1962 — 631 p., 5.000 liras.
- MUTATION ALLEMANDE: ESSAI SUR LA POSITION INTERNATIONALE DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE ALLEMANDE — *Phillipe Aubert de la Rue* — Paris, Ed. du scorpion, 1962 — 191 p.
- ALLIANCE AGAINST HITLER: THE ORIGINS OF THE FRANCO-SOVIET PACT — *William Evans Scott* — Durham, Duke Univ. press, 1962 — 296 p., \$ 7.50.
- THE AWKWARD YEARS: AMERICAN FOREIGN RELATIONS UNDER GARFIELD AND ARTHUR — *David M. Pletcher* — Columbia, Univ. of Missouri press, 1962 — \$ 7.50.
- BRITAIN AND CHINA — *Evan Luard* — Baltimore, Johns Hopkins press, 1962 — \$ 5.00.
- BRITAIN AND THE UNITED STATES — *H. G. Nicholas* — London, Chatto & Windus; Toronto, Clarke, Irwin, 1963 — 1962 p., 21 s.

- COLLECTIVE SECURITY AND AMERICAN FOREIGN POLICY:  
FROM THE LEAGUE OF NATIONS TO NATO — *Roland N. Stromberg* — N. Y., Praeger, 1963 — 301 p., \$ 6.00.
- CONFLICT AND TENSION IN THE FAR EAST — *John M. Maki* — Seattle, Univ. of Washington press, 1961 — 245 p., \$ 5.00.
- DEMOCRACIES AND INTERNATIONAL RELATIONS: CAN OURS SURVIVE? — *Urban G. Whitaker, Jr.* — San Francisco, Chandler Publishing Co., 1961 — 223 p.
- DOCUMENTS ON INTERNATIONAL AFFAIRS 1959 — *Gillian King* (ed.) — London [etc.] Oxford Univ. press, 1963 — 640 p., 90 s.
- EUROPE AND AMERICA: THE FUTURE OF THE ATLANTIC COMMUNITY — *George Lichtheim* — London, Thames & Hudson, 1963 — 256 p., 25 s.
- IDEOLOGY IN CONFLICT: COMMUNIST POLITICAL THEORY — *Dieter Dux* — Princeton, D. Van Nostrand, 1963 — 200 p., \$ 1.50
- MASTERS OF INDECISION — AN INQUIRY INTO THE POLITICAL PROCESS — *George K. Young* — London, Methuen, 1962 — 202 p., 21 s.
- THE MIDDLE EAST IN WORLD AFFAIRS — *George Lenczowski* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1962 — 723 p., \$ 8.95
- THE NATURE OF POLITICS — *J. D. B. Miller* — London, Gerald Duckworth and co., ltd., 1962 — 296 p., 30/0
- POWER AND INTERNATIONAL RELATIONS — *Inis L. Claude* — N. Y., Random House, 1962 — 310 p. (no price)
- SCIENCE AND THE POLICIES OF GOVERNMENTS — [Paris] Organisation for economic co-operation and development [1963] — 55 p.
- SOVIET RUSSIA IN WORLD POLITICS — *Robert D. Warth* — N. Y., Twayne, 1963 — 544 p., \$ 7.50
- THE UNITED STATES AND THE SOUTHWEST PACIFIC — *C. Hartley Grattam* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 273 p., \$ 5.00
- THE UNITED STATES IN WORLD AFFAIRS 1961 — *Richard P. Stebbins* — N. Y., Harper; London, Oxford Univ. press, 1962 — 430 p., \$ 6.60 s.

## 2. ASSUNTOS JURÍDICOS E DIPLOMACIA

- IL PENSIERO GIURIDICO E POLITICO DI ANTONIO ROSMINI — *M. F. Sciacca* — Florencia, Sansoni, 1962 — 600 p., 4.000 liras
- CUBA ET LA PRIMAUTÉ DU DROIT — Genève, Commission internationale de juristes, 1963 — 296 p.
- DE LA CHARTE DES NATIONS UNIES À UNE MEILLEURE ORGANISATION DU MONDE — *Veli Pancarci* — Paris, A. Pedone, 1962 — 213 p.



- LE RÉGIME DE LA PROPRIÉTÉ EN U.R.S.S. — *K. Stoyanovitch* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 312 p., NF 34
- ARAB UNITY IN TERMS OF LAW — *M. F. Anabtawi* — The Hague, Nijhoff, 1963 — 263 p., Fl. 18
- THE BRITISH YEAR BOOK OF INTERNATIONAL LAW 1961 — *Sir Humphrey Waldock and R. Y. Jennings* (eds.) — London [etc.] Oxford Univ. press, 1962 — 614 p., 100 s.
- COMMUNISM AND THE LAW — *Peter Archer* — London, The Bodley head, 1963 — 112 p., 10 s. 6 d.
- THE EXPANSION OF INTERNATIONAL LAW — *Lord McNair* — Jérusalem, Magnes press, 1962 — 68 p.
- FUNDAMENTALS OF SOVIET LAW — *P. S. Romashkin* — (Trans. from Russian by Yuri Sdobnikov) — Moscow, Foreign languages publishing house; London, Central books, 1962 — 516 p., 10 s. 6 d.
- INTERNATIONAL LAW AND THE USE OF FORCE BY STATES — *Ian Brownlie* — Oxford, Clarendon press, 1963 — 532 p., 75 s.
- ISLAMIC JURISPRUDENCE — *Kemal A. Faruki* — Karachi, Pakistan publishing house, 1962 — 337 p., Rs. 15.
- LAW AND POLITICS IN INTER-AMERICAN DIPLOMACY — *J. Neale Ronning* — N. Y., John Wiley & sons, 1963 — 167 p., \$ 5.95
- LAW IN JAPAN — THE LEGAL ORDER IN A CHANGING SOCIETY — *Arthur Taylor von Mehren* (ed.) — [Cambridge] Harvard Univ. press, 1963 — \$ 15.00
- THE NUREMBERG TRIALS IN INTERNATIONAL LAW WITH A POSTLUDE ON THE EICHMANN CASE — *Robert K. Woetzel* — London, Stevens; N. Y., Praeger, 1962 — 317 p., 45 s.
- RUMANIA AT THE PARIS PEACE CONFERENCE: A STUDY OF THE DIPLOMACY OF IOAN I. C. BRATIANU — *Sherman David Spector* — N. Y., Bookman associates, 1962 — 368 p., \$ 5.
- SOVIET ADMINISTRATIVE LEGALITY: THE ROLE OF THE ATTORNEY GENERAL'S OFFICE — *Glenn G. Morgan* — Stanford, Univ. press; London, Oxford Univ. press, 1962 — 281 p., 48 s.
- SOVIET LEGAL INSTITUTIONS: DOCTRINES AND SOCIAL FUNCTIONS — *Kazimierz Grzybowski* — Ann Arbor, Univ. of Michigan press, 1962; London, Cresset press, 1963 — 285 p., \$ 7.50 50 s.
- THE SUPREME COURT: PALLADIUM OF FREEDOM — *Alpheus Thomas Mason* — Ann Arbor, Univ. of Michigan press, 1962 — 207 p., \$ 4.95.
- THE UNITED STATES AND CUBA: BUSINESS AND DIPLOMACY, 1917-1960 — *Robert Freeman Smith* — New Haven, College & Univ. press, 1960 — 256 p., \$ 1.95

## 3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

- O QUE É REFORMA AGRÁRIA ? — *Paulo Schilling* — Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1963
- APARTHEID: AFFANNO E DOLORE — *Angelo Del Boca* — Milán, Bompiani, 1962 — 215 p., 1.000 liras
- L'APPLICAZIONE DEI MODELI ECONOMICI ALL'ANALISI DELL'AZIENDA AGRARIA IN ITALIA — *Michele De Benedictis* — Milán, Feltrinelli, 1962 — 53 p., 2.000 liras
- ASPETTI E PROBLEMI DELLA REALTÀ — Génova, Universidad de los estudios. Facultad de economía y comercio. Instituto de política económica y financiera, 1961 — 257 p.
- COMMERCIO ESTERO E POLITICA ECONOMICA — *G. Gindre* — Roma, "Il Segno", 1962 — 185 p., 2.000 liras
- COOPERAZIONE INTERNAZIONALE E SVILUPPO ECONOMICO — *Alberto Bertolino* — Florencia, "La Nuova Italia", 1961 — 198 p.
- DOVE VA IL CAPITALISMO ? ("HAS CAPITALISM CHANGED ?") — *Shigeto Tsuru* — Milán, Ed. di Comunità, 1962 — 188 p., 1.600 liras
- ECONOMISTI MODERNI — *Federico Caffé* — Milán, Garzanti, 1962 — 290 p., 1.000 liras
- INTRODUZIONE ALLE ENCICLICHE E AI MESSAGGI SOCIALI — *Francesco Vito* — Milán, Soc. ed. Vita e pensiero, 1962 — 318 p., 3.000 liras
- MONETA, RISPARMIO E CREDITO NEL PROCESSO DI SVILUPPO ECONOMICO — *Giordano Dell'Amore* — Milán, Giuffrè, 1962 — 709 p., 6.000 liras
- ORIGINI DEL CAPITALISMO LOMBARDO — *Gino Barbieri* — Milán, Giuffrè, 1961 — 591 p., 8.000 liras
- PROBLEMI E TECNICHE DI PROGRAMMAZIONE ECONOMICA — *Vittorio Marrama* — Bologna, Cappelli, 1962 — 203 p., 2.200 liras
- GLI STATI UNITI E I PAESI SOTTOSVILUPPATI — *Mario Andreis* — Turin, Einaudi, 1962 — 270 p., 1.500 liras
- TEORIA DELLA POLITICA ECONOMICA E DELLA PIANIFICAZIONE REGIONALE — *Francesco Parrillo* — Milán, Giuffrè, 1962 — 150 p., 1.200 liras
- PLANIFICATION DU DÉVELOPPEMENT — *Jan Tinbergen* — Paris, Tiers monde, 1962 — 87 p.
- LA POLITIQUE DE LA C.E.E. À L'ÉGARD DES PAYS EN VOIE DE DÉVELOPPEMENT — Florencia, Vallecchi, 1962 — 449 p.
- ACCOUNTING IN SOVIET PLANNING AND MANAGEMENT — *Robert W. Campbell* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 315 p., \$ 5.50
- THE ALLIANCE FOR PROGRESS: PROBLEMS AND PERSPECTIVES — *John D. Dreier* (ed.) — London, Oxford Univ. press, 1963 — 146 p., 32 s.

- AN ECONOMIC GEOGRAPHY OF OIL — *Peter R. Odell* — London, Bell, 1963 — 219 p., 22 s. 6 d.
- BIG TWO: LIFE IN AMERICA AND RUSSIA — *Mervyn Jones* — London, Cape, 1962 — 316 p., 21 s.
- CAPITAL EXPORTS TO LESS DEVELOPED COUNTRIES — *Wilfried Guth* — (Trans. by F. B. Catty) — Dordrecht, D. Reidel, 1963 — 162 p., Fl. 17.50
- CASTE TODAY — *Taya Zinkin* — London, Oxford Univ. press, 1962 — 66 p., 6 s.
- THE ECOLOGY OF MULNUTRITION IN THE FAR AND NEAR EAST — *Jacques M. May and Irma S. Jarcho* — N. Y., Hafner publishing co., 1961 — 683 p., \$ 13.50
- EDUCATIONAL STRATEGY FOR DEVELOPING SOCIETIES: A STUDY OF EDUCATIONAL AND SOCIAL FACTORS IN RELATION TO ECONOMIC GROWTH — *Adam Curle* — London, Tavistock publications, 1963 — 180 p., 25 s.
- E.E.C. AND THE AFRICAN ASSOCIATED STATES: THE CONVENTION OF ASSOCIATION CHATAM HOUSE MEMORANDUM — London, Oxford Univ. press, 1963 — 61 p., 4 s.
- ENTREPRENEURS OF LEBANON: THE ROLE OF THE BUSINESS LEADER IN A DEVELOPING ECONOMY — *Yusif A. Sayigh* — London, Oxford Univ. press, 1962 — 181 p., 34 s.
- FISCAL POLICY FOR GROWTH INFLATION, THE GERMAN EXPERIMENT — *Frederick G. Reuss* — Baltimore, The Johns Hopkins press, 1963 — 336 p., \$ 7.50
- FREEDOM AND CATHOLIC POWER IN SPAIN AND PORTUGAL: AN AMERICAN INTERPRETATION — *Paul Blanshard* — Boston, Beacon press, 1962 — 300 p., \$ 3.95
- THE GRAND DESIGN: FROM COMMON MARKET TO ATLANTIC PARTNERSHIP — *Joseph Kraft* — N. Y., Harper, 1962 — 122 p., \$ 9.95 21 s.
- HUMAN NATURE IN POLITICS — *James C. Davies* — N. Y., John Wiley & sons, 1963 — 385 p., \$ 6.96
- INDONESIA: PERSPECTIVE AND PROPOSALS FOR UNITED STATES ECONOMIC AID — United States economic survey team to Indonesia — Newhaven, Yale Univ. South-East Asia studies, 1963 — 205 p.
- INTERNATIONAL ECONOMIC INSTABILITY — *Joseph D. Coppock* — N. Y. etc. McGraw-Hill, 1962 — 184 p., 62 s.
- LABOR IN DEVELOPING ECONOMIES — *Walter Galenson* (ed.) — Berkeley — Los Angeles, Univ. of California press, 1962 — 299 p., \$ 6.00
- MARKETING IN AN UNDERDEVELOPED ECONOMY: THE NORTH INDIAN SUGAR INDUSTRY — *Leon V. Hirsch* — Englewood-Cliffs, Prentice Hall, 1961 — 392 p., \$ 4.50

- THE ORGANIZATION OF A COMMUNITY DEVELOPMENT PROGRAMME — *Peter Du Sautoy* — N. Y., Oxford Univ. press, 1963 — \$ 3.40
- PLANNING IN MOROCCO: ORGANIZATION AND IMPLEMENTATION — *Albert Waterston* — London, Oxford Univ. press, 1962 — 72 p., 20 s.
- POLITICS AND WORLD OIL ECONOMICS: AN ACCOUNT OF THE INTERNATIONAL OIL INDUSTRY IN ITS POLITICAL ENVIRONMENT — *J. E. Hartshorn* — N. Y., Praeger, 1962 — 364 p., \$ 8.50
- THE PROCESS OF ECONOMICS: A HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT — *Warren B. Catlin* — N. Y., Bookman associates, 1962 — 788 p. (no price)
- SOCIOLOGY OF RELIGION — *Glen M. Vernon* — N. Y., McGraw-Hill book company inc., 1962 — 413 p.
- A STUDY OF UNITED KINGDOM IMPORTS — *M. FG. Scott* — London, Cambridge Univ. press, 1963 — 272 p., 55 s.

#### 4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- STUDI SUL COORDINAMENTO NEL SISTEMA DELLE NAZIONI UNITE — *Antonio Malintoppi* — Milán, Giuffrè, 1962 — 133 p.
- THE SOVIET UNION AT THE UNITED NATIONS: AN INQUIRY INTO SOVIET MOTIVES AND OBJECTIVES — *Alexander Dallin* — N. Y., F. Praeger, 1962 — 244 p., \$ 5.75
- UNITED NATIONS AND U. S. FOREIGN ECONOMIC POLICY — *Benjamin Higgins* — Homewood, Richard D. Irwin, 1962 — 235 p., \$ 3.75

#### 5. ASSUNTOS MILITARES, ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

- COSTI E PROSPETTIVE ELETRONUCLEARI — *Tommaso Zerbi* — Milán, Giuffrè, 1962 — 116 p., 1.000 liras
- ARMS INSPECTION — *Lawrance S. Finkelstein* — N. Y., Taplinger, 1962 — 89 p., 35 cents
- THE DEFENSE OF BERLIN — *Jean Edward Smith* — Baltimore, The Johns Hopkins press, 1963 — 432 p., \$ 6.95
- THE END OF THE IMPERIAL JAPANESE NAVY — *Masanori Ito and Roger Pineau* — (Trans. by Andrew Y. Kuroda and Roger Pineau) — London, Weidenfeld & Nicolson, 1962 — 240 p., 25 s.
- LIMITED WAR IN THE NUCLEAR AGE — *Morton H. Halperin* — N. Y., John Wiley & sons, 1963 — 191 p., \$ 4.95
- MODERN GUERRILLA WARFARE — *Franklin Mark Osanka* (ed.) — N. Y., The free press of Glencoe, 1962 — 519 p., \$ 7.50

- ON THE INTERACTION OF OPPOSING FORCES UNDER POSSIBLE ARMS AGREEMENTS — *Glen A. Kent* — Cambridge, Center for international affairs, Harvard Univ., 1963 — 36 p.
- THE POLITICS OF DISARMAMENT: A STUDY IN SOVIET-AMERICAN GAMESMANSHIP — *John W. Spanier and Joseph L. Nogee* — N. Y., Praeger, 1962; London, Pall Mall, 1963 — 226 p., 37 s. 6 s.
- PROBLEMS OF WORLD DISARMAMENT — *Charles A. Barker* (comp.) — Boston [etc.] Houghton Mifflin co., 1963 — 176 p., \$ 2.50
- PROPOSAL FOR NO FIRST USE OF NUCLEAR WEAPONS; PROS AND CONS — *Robert C. Tucker* [and others] — Princeton, Princeton University. Center of international studies, 1963 — 76 p.
- WAR AND THE SOVIET UNION: NUCLEAR WEAPONS AND THE REVOLUTION IN SOVIET MILITARY AND POLITICAL THINKING — *H. S. Dinerstein* — N. Y. — London, Praeger, 1962 — London, Pall Mall press, 1963 — 268 p., \$ 2.25 14 s. 6 d.
- DAS DEUTSCHE OFFIZIERKORPS: IN GESELLSCHAFT UND STAAT 1650-1945 — *Karl Demeter* — Frankfurt am Main, Bernard & Graefe, 1962 — 321 p., DM 19,80
- GENERALFELDMARSCHALL KEITEL: VERBRECHER ODER OFFIZIER ? — *Walter Gorlitz* (ed.) — Gottingen [etc.] Musterschmidt Verlag, 1961 — 447 p., DM 29,80
- IM HAUPTQUARTIER DER DEUTSCHEN WEHRMACHT 1939-1945 — *Walter Warlimont* — Frankfurt am Main, Bernard & Graefe, 1962 — 570 p., DM 34
- UNTERSUCHUNGEN ZUR GESCHICHTE DES OFFIZIERKORPS — *Militärgeschichtliches Forschungsamt* (ed.) — Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1962 — 342 p.

## 6. ASSUNTOS REGIONAIS

### I. Africa

- DOIS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO AFRICANA — *Moacir Werneck de Castro* — Rio de Janeiro, Instituto brasileiro de estudos afro-asiáticos, 1962 — 101 p.
- I PROBLEMI ECONOMICI DELL'AFRICA — *Paolo D'Agostino Orsini Di Camerota* — Roma, "Cinque lune", 1961 — 426 p., 1.500 liras
- ÉGYPT: SOCIÉTÉ MILITAIRE — *Anouar Abdel-Malek* — Paris, Ed. du Seuil, 1962 — 380 p., NF 15
- HISTOIRE DE LA GUERRE D'ALGÉRIE (SUIVIE D'UNE HISTOIRE DE L'O.A.S.) — Paris, Julliard, 1963 — 192 p., NF 7.20
- LA RÉPUBLIQUE TUNISIENNE — *Charles Debbasch* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 229 p., NF 21
- AFRICA AND THE COMMUNIST WORLD — *Zbigniew Brzezinski* (ed.) — Stanford, Univ. press, 1963 — \$ 5.00

- AFRICA SOUTH — *Harm J. de Blij* — Evanston, Northwest Univ. press, 1962 — 399 p., \$ 5.95
- AFRICAN ONE-PARTY STATES — *Gwendolyn M. Carter* (ed.) — Ithaca, Cornell Univ. press, 1962 — \$ 7.25
- THE EDUCATED AFRICAN: A COUNTRY BY SURVEY OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT IN AFRICA — *Helen Kitchen* (ed.) — London [etc.] Heinemann, 1962 — 542 p., 63 s.
- FIVE AFRICAN STATES; RESPONSES TO DIVERSITY — *Gwendolen M. Carter* (ed.) — Ithaca, Cornell Univ. press, 1963 — 728 p., \$ 10.00
- MODERN LIBYAN: A STUDY IN A POLITICAL DEVELOPMENT — *Majid Khadduri* — London, Oxford Univ. press, 1963 — 404 p., 60 s.
- THE NYASALAND ELECTIONS OF 1961 — *Lucy Mair* — London, Univ. of London, 1962 — 87 p., 18 s.
- RACIAL THEMES IN SOUTHERN RHODESIA: THE ATTITUDES AND BEHAVIOR OF THE WHITE POPULATION — *Cyril A. Rogers and C. Frantz* — New Haven — London, Yale Univ. press, 1962 — 427 p., \$ 6.75 54 s.
- SEEN FROM SOUTH AFRICA — *Ben Cockram* — Johannesburg, South African institute of international affairs, 1962 — 73 p.
- SOVIET WRITING ON AFRICA 1959-1961 — London, Oxford Univ. press, 1963 — 93 p., 6 s.

## II. América

- BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL — *Eduardo Tourinho* — Rio de Janeiro, Pongetti, 1962 — 146 p.
- INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL — *Octavio Ianni* — Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1963 — 269 p., Cr\$ 1.000
- A INFLAÇÃO BRASILEIRA — *Ignacio Rangel* — Rio de Janeiro, Ed. Tempo brasileiro, 1963 — Cr\$ 600,00
- A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA — *Darcy Ribeiro* — Rio de Janeiro, Edições SIA, 1962 — 178 p.
- REFORMA CONTRA REFORMA — *Wanderley Guilherme* — Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1963 — 90 p., Cr\$ 600,00
- RETRATO DO BRASIL — *Paulo Prado* — Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1962 — 195 p.
- O SISTEMA INTERAMERICANO. SUA EVOLUÇÃO E PAPEL ATUAL — *Lyn S. Manduley* — Washington, União panamericana, 1963 — 31 p.
- EL CAPITAL EXTRANJERO EN LA AMÉRICA LATINA (CICLO DE CONFERENCIAS) — La Habana, Comisión nacional cubana de la UNESCO, 1962 — 173 p.

- HISpanoAMÉRICA EN LUCHA POR SU INDEPENDENCIA — Mé-  
xico, Cuadernos americanos, 1962 — 349 p.
- HISTORIA DE LA EXPROPIACIÓN PETROLERA — *Jesús Silva  
Herzog* — México, Cuadernos americanos, 1962 — 171 p.
- PUERTO RICO: ALLY FOR PROGRESS — *Earl Parker Hanson* —  
Princeton [etc.] Van Nostrand, 1962 & 1963 — 136 p., \$ 1.45
- SINDICATI E POTERE NEGLI STATI UNITI — *Franco Ferrarotti* —  
Milán, Ed. di Comunità, 1961 — 334 p., 2.000 liras
- THE AMERICAN APPROACH TO FOREIGN POLICY — *Dexter Per-  
king* — Harvard Univ. press, 1963 — \$ 4.95
- CENTRAL AMERICA: LAND OF LORDS AND LIZARDS — *Thorsten  
V. Kalijarvi* — Princeton [etc.] Van Nostrand, 1963 — 128 p.,  
\$ 1.45 12 s.
- THE "CUBAN CRISIS" OF 1962; SELECTED DOCUMENTS AND  
CHRONOLOGY — *David L. Larson* — Boston [etc.] Houghton  
Mifflin co., 1963 — 352 p., \$ 2.75
- LATIN AMERICA: AN INTERPRETATIVE HISTORY — *Donald Mar-  
quand Dozer* — N. Y. [etc.] McGraw-Hill, 1962 — 618 p., 62 s.
- LATIN AMERICA: DIPLOMACY AND REALITY — *Adolf A. Berle*  
— N. Y., Harper & Row, 1962 — 144 p., \$ 2.95
- LATIN AMERICA: THE ELEVENTH HOUR — *Gary MacEoin* —  
N. Y., P. J. Kennedy, 1962 — 224 p., \$ 4.50
- LATIN AMERICAN POLITICS IN PERSPECTIVE — *Martin Needler*  
— Princeton, D. Van Nostrand, 1963 — 192 p., \$ 1.75
- MAN AND LAND IN PERU — *Thomas R. Ford* — Gainesville, Univ.  
of Florida press, 1962 — 176 p.
- THE REVOLUTIONS OF LATIN AMERICA — *J. Halcro Ferguson* —  
London, Thames & Hudson, 1963 — 189 p., 21 s.
- SOUTHEAST ASIA IN UNITED STATES POLICY — N. Y. — London,  
Praeger, 1963 — 488 p.

### III. Asia

- UM ENGENHEIRO BRASILEIRO NA RÚSSIA — *John R. Cotrim* —  
Rio de Janeiro, Ed. Letras e artes ltda., 1962 — 64 p.
- DE STALIN A KRUSCIOV — *Lelio Basso* — Milán, Ed. Avanti, 1962  
— 200 p., 1.000 liras
- IL MONDO SOVIETICO — *Luca Pietromarchi* — Milán, Bompiani,  
1963 — 700 p., 4.400 liras
- IL POTERE ECONOMICO IN URSS — *Eugenio Scalfari* — Bari, La-  
terza, 1962 — 133 p., 900 liras
- LA PROSPECTIVE DEL SOCIALISMO DOPO LA DESTALINIZZA-  
ZIONE — *Pietro Nenni* — Turín, Einaudi, 1962 — 162 p., 1.000 liras
- LA RIVOLUZIONE ININTERROTTA — *Enrica Collotti Pischel* —  
Turín, Einaudi, 1962 — 198 p., 1.200 liras

- BASIC RUSSIAN PUBLICATIONS: AN ANNOTATED BIBLIOGRAPHY ON RUSSIA AND THE SOVIET UNION — *Paul L. Horecky* — Chicago — London, Univ. of Chicago press, 1963 — 313 p., 48 s.
- BURMESE FAMILY — *Mi Mi Khaing* — Bloomington, Indiana Univ. press, 1962 — 200 p., \$ 3.95
- CAMBODIA: LAND OF CONTRASTS — *Ruth Tooze* — Toronto, Macmillan of Canada; N. Y., Viking press, 1962 — 144 p., \$ 5.00
- CONTEMPORARY GOVERNMENT OF JAPAN — *Theodore McNelly* — Boston [etc.] Houghton Mifflin co., 1963 — 228 p., \$ 1.95
- CONTEMPORARY SOUTHEAST ASIA — *Robert C. Bone, Jr.* — N. Y., Random House, 1962 — 132 p., \$ 1.35
- FLAGRANT HARBOUR: A PRIVATE VIEW OF HONG KONG — *F. D. Ommanney* — London, Hutchinson & co., 1962 — 223 p., 25 s.
- FLAGRANT HARBOUR: A SHORT HISTORY OF HONG KONG — *G. B. Endacott and A. Hinton* — N. Y., Oxford Univ. press, 1962 — 213 p., \$ 2.35
- A HISTORY OF JAPAN — *Malcolm D. Kennedy* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1963 — 365 p., 42 s.
- IDEOLOGY, POLITICS AND GOVERNMENT IN THE SOVIET UNION — *John Alexander Armstrong* — N. Y., Praeger, 1962 — London, Pall Mall, 1963 — 160 p., 27 s. 6 d.
- INDIA AND PAKISTAN: A SHORT POLITICAL GUIDE — *Hugh Tinker* — London, Pall Mall press, 1962 — 228 p., 22 s. 6 d.
- L'IRAK D'AUJOURD'HUI — *Bernard Vernier* — Paris, A. Colin, 1963 — 494 p., NF 31.
- L'IRAK DES RÉVOLTES — *Pierre Rossi* — Paris, Ed. du Seuil, 1962 — 323 p., NF 15.
- IRAN: A SHORT POLITICAL GUIDE — *John Marlowe* — London, Pall Mall press, 1963 — 144 p., 18 s. 6 d.
- ISLAM AND THE WEST: A HISTORICAL CULTURAL SURVEY — *Philip K. Hitti* — Princeton [etc.] Van Nostrand, 1962 — 192 p., \$ 1.45
- THE JAPANESE PEOPLE AND FOREIGN POLICY — *Douglas H. Mendel, Jr.* — Berkeley — Los Angeles, Univ. of California press, 1961 — 269 p., \$ 6.50
- THE RELIGION OF JAVA — *Clifford Geertz* — Glencoe, The Free press, 1960 — 392 p., \$ 7.50
- MAGGAYSAY AND THE PHILIPPINE PEASANTRY: THE AGRARIAN IMPACT ON PHILIPPINE POLITICS, 1953-1956 — *Frances Lucille Starnes* — Berkeley — Los Angeles, Univ. of California press, 1961 — 294 p., \$ 6.00
- MAIN STREETS OF SOUTHEAST ASIA — *Hall Buell* — N. Y., Dodd, Mead and company, 1962 — \$ 3.25
- MAJOR GOVERNMENTS OF ASIA — *George Met. Kahin (ed.)* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1963 — 728 p., \$ 10.00



- THE MAKING OF THE RUSSIAN NATION — *Henryk Paszkiewicz* — London, Darton, Longman & Todd, 1963 — 509 p., 84 s.
- MISTAPIM IN CAMBODIA — *Christopher Pym* — London, Honder and Stoughton, 1960 — 192 p., 16 s.
- MODERN INDIAN POLITICAL TRADITION — *K. P. Karunakaran* (ed.) — New Delhi, Allied publishers [etc. etc.] 1963 — 452 p., 45 s.
- THE MODERNIZATION OF CHINA AND JAPAN — *George M. Beckmann* — N. Y. — London, Harper & Row, 1962 — 724 p., 63 s.
- MOSCOW AND CHINESE COMMUNISTS — *Robert C. North* — Stanford, Univ. press; London, Oxford Univ. press, 1963 — 310 p., 60 s.
- NEXT STEP IN VILLAGE INDIA — *Baljit Singh* — Bombay, Asia publishing house; N. Y., Taplinger publishing co., 1961 — 135 p., \$ 4.00
- NEW KOREA: NEW LAND OF THE MORNING CALM — *Kyung Cho Chung* — N. Y., The Macmillan co., 1962 — 274 p., \$ 6.00
- NORTH BORNEO: THE FIRST YEARS, 1946-1956 — *Michael H. Baker* — Singapore, Malaya publishing house, 1962 — 154 p.
- THE PACE AND PATTERN OF PHILIPPINE ECONOMIC GROWTH: 1938, 1948 AND 1956 — *Marvin E. Goodstein* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1960 — 220 p., \$ 3.00
- POLITICS IN SOUTHERN ASIA — *Saul Rose* (ed.) — London, Macmillan, 1963 — 386 p., 42 s.
- PROSPECTS FOR INDIAN DEVELOPMENT — *Wilfred Malenbaum* — N. Y., Free press of Glencoe, 1962 — 325 p., \$ 5.75
- RUSSIAN PANORAMA — *K. P. S. Menon* — London, Oxford Univ. press, 1963 — 278 p., 25 s.
- A SHORT HISTORY OF JAPAN — *A. L. Sadler* — London [etc.] Angus & Robertson, 1963 — 359 p., 50 s.
- SOUTHEAST ASIA — *Stanley Karnow and the editors of Life* — N. Y., Time, 1962 — 160 p.
- THE SOVIET CRUCIBLE — *Samuel Hendel* — Princeton, D. Van Nostrand, 1963 — 706 p., \$ 7.50
- SOVIET EDUCATION: ANTON MAKARENKO AND THE YEARS OF EXPERIMENT — *James Bowen* — Madison, Univ. of Wisconsin press, 1962 — 232 p., \$ 5.00
- THE SOVIET UNION 1922-1962: A FOREIGN AFFAIRS READER — *Philip E. Mosely* (ed.) — N. Y. — London, Praeger, 1963 — 495 p., \$ 6.95 45 s.
- THE TWO FACES OF TASS — *Theodore E. Kruglak* — Minneapolis, Univ. of Minnesota press, 1962 — 263 p., \$ 5.00
- U NU OF BURMA — *Richard Butwell* — Stanford, Univ. press, 1963 — \$ 7.50
- VILLAGE GOVERNMENT IN INDIA: A CASE STUDY — *Ralph H. Retzlaff* — N. Y., Asia publishing house, 1962 — 140 p., \$ 4.50

## IV. Europa

- EXPLICACIÓN DE ESPAÑA — *Elena de la Souchère* — Paris, Ed. Grasset, 1962
- LA TAREA HISTÓRICA DE LA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMANA Y EL FUTURO DE ALEMANIA — [s. l., s. e.] 1962 — 44 p.
- CENTRO — SINISTRA 62 — *Amintore Fanfani* — Milán, Garzanti, 1963 — 244 p., 1.500 liras
- DEPRESSIONE E SVILUPPO DELLA ECONOMIA SICILIANA NELLA STRUTURA NAZIONALE — *Césare Castellano* — Roma, Istituto cartografico italiano, 1962 — 298 p., 3.000 liras
- DI UNA PROBLEMÁTICA DELL'ECONOMIA ITALIANA — *Giuseppe Ugo Papi* — Milán, Giuffrè, 1963 — 321 p., 3.000 liras
- DISLOCAZIONE DUALISTICA DELL'ECONOMIA ITALIANA — *Giuseppe Mirabella* — Palermo, Seminario de economía política y ciencia de las finanzas de la Universidad de los estudios de Palermo, 1962 — 103 p.
- L'ECONOMIA ITALIANA. SITUAZIONI E PROBLEMI — *Silvio Pozzani* — Milán, Ed. di Comunità, 1961 — 589 p., 5.000 liras
- L'ECONOMIA ITALIANA DAL 1860 AL 1960 — *Epicarmo Corbino* — Bologna, Zanichelli, 1962 — 398 p.
- L'EUROPA COMINCIÒ OGGI — *Ezio Bacino* — Florencia, Vallecchi, 1962 — 292 p., 2.400 liras
- L'ITALIA IN ECONOMIA APERTA — *Roberto Tremelloni* — Milán, Garzanti, 1963 — 431 p., 2.500 liras
- LE LEGGI DELL'ECONOMIA. LA PROGRAMMAZIONE GLOBALE IN ITALIA — *Ferdinando Fenizio* — Roma, ISCO, 1962 — 235 p., 2.000 liras
- I MEZZADRI. LAS LUCHAS CAMPESINAS EN LA ITALIA CENTRAL — *Luciano Radi* — Roma, Ed. "Cinque lune", 1962 — 374 p., 1.700 liras
- LA POLITICA ECONOMICA IN ITALIA, 1946-1962 — *Ugo La Malfa* — Milán, Ed. di Comunità, 1962 — 535 p., 4.000 liras
- RAPPORTO SUL L'UNIVERSITÀ ITALIANA — *Arturo Colombo* — Milán, Ed. di Comunità, 1962 — 139 p., 800 liras
- RAPPORTO SUL NEOCAPITALISMO IN ITALIA — *Eugenio Scalfari* — Bari, Laterza, 1961 — 130 p., 1.000 liras
- LA SINISTRA DECROCRISTIANA — *Giorgio Galli y Paolo Facchi* — Milán, Feltrinelli, 1962 — 470 p., 4.000 liras
- TENDENZE DEL CAPITALISMO ITALIANO — *Antonio Pesenti y Vincenzo Vitello* — Roma, Ed. riuniti, 1962 — 114 p., 350 liras
- LAVAL VINGT ANS APRÈS — *Guy Bechtel* — Paris, Laffont, 1963 — 376 p.
- LA MORALE EN POLITIQUE — *Giles Curien* — Paris, Plon, 1962 — 183 p., NF 8.65

- LES ORPHELINS DU GAULISME — *Jacques Dauer et Michel Rodet* — Paris, Julliard, 1962 — 254 p., NF 12
- POUR UNE MODERNISATION DE LA POLITIQUE — *Raymond Poisdé* — Paris, Plon, 1962 — 189 p.
- ACTION FRANÇAISE: ROYALISM AND REACTION IN TWENTIETH-CENTURY FRANCE — *Eugen Weber* — London, Oxford Univ. press, 1963 — 594 p., 80 s.
- CABINET REFORM IN BRITAIN 1914-1962 — *Hans Daalder* — Stanford, Univ. press, 1963 — \$ 8.50
- CITY ON LEAVE: A HISTORY OF BERLIN, 1945-1962 — *Philip Windsor* — London, Chatto Y. Windus, 1962 — 267 p., 25 s.
- EAST CENTRAL EUROPE AND THE WORLD: DEVELOPMENTS IN THE POST-STALIN ERA — *Stephen D. Kertesz* (ed.) — Notre Dame, Univ. of Notre Dame press, 1962 — 386 p., \$ 6.50
- ECONOMIC PLANNING IN FRANCE — *John and Anne-Marie Hackett* (ed.) — Harvard Univ. press, 1963 — \$ 7.00
- ECONOMIC SYSTEMS OF THE COMMONWEALTH — *Calvin B. Hoover* (ed.) — London, Cambridge Univ. press, 1962 — 538 p., 37 s. 6 d.
- THE FALL OF THE REPUBLIC: MILITAR REVOLT IN FRANCE — *James H. Meisel* — Ann Arbor, Univ. of Michigan press, 1962 — 309 p., \$ 5.95
- FOREIGN POLICY OF POLAND, 1919-39; FROM THE REBIRTH OF THE POLISH REPUBLIC TO WORLD WAR II — *Roman Debicki* — N. Y., Praeger, 1962 — 192 p., \$ 5.50
- GOVERNMENT AND POLITICS OF CONTEMPORARY BERLIN — *Etmer Plischke* — The Hague, Martinus Nijhoff, 1963 — 119 p., Fl. 12.50
- A HISTORY OF ITALIAN FASCISM — *Frederico Chabod* — (Trans. by Muriel Grindrod) — London, Weidenfeld & Nicolson, 1963 — 192 p., 25 s.
- PIERRE LAVAL: A BIOGRAPHY — *Hubert Colle* — London [etc.] Heinemann, 1963 — 314 p., 35 s.
- THE POLITICAL DYNAMICS OF EUROPEAN ECONOMIC INTEGRATION — *Leon N. Lindberg* — Stanford, Univ. press, 1963 — \$ 7.75
- SIXTY DAYS THAT SHOOK THE WEST: THE FALL OF FRANCE 1940 — *J. Benoist-Méchin* — (Trans. by Peter Wiles) — London, Cape, 1963 — 559 p., 45 s.
- STALIN AND THE FRENCH COMMUNIST PARTY, 1941-1947 — *Alfred J. Rieber* — N. Y., Columbia Univ. press, 1962 — 395 p., \$ 7.50

- TORTURE: CANCER OF DEMOCRACY. FRANCE AND ALGERIA  
1954-62 — *Pierre Vidal Naquet* — (Trans. by Barry Richard) —  
Harmondsworth, Penguin books, 1963 — 182 p., 3 s. 6 d.
- THE TRANSFORMATION OF AUSTRIAN SOCIALISM — *Kurt L.  
Shell* — N. Y., State Univ. of New York, 1962 — 305 p., \$ 10

V. Oceania

- THE GOVERNMENT OF THE AUSTRALIAN STATES — *S. R. Davis*  
(ed.) — London — Toronto, Longmans, Green and co., 1960 —  
746 p., \$ 15.50

# Revista Brasileira de Política Internacional

---

Assinatura anual: Cr\$ 1.200,00. Número avulso: Cr\$ 350,00.  
Para o exterior: Cr\$ 1.500,00 ou US\$ 4,00 (Dois anos: US\$ 7,00)

**Distribuição da**  
**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Caixa Postal 4081 — ZC 05  
Telefone: 46-4010 — Ramal 15  
Rio de Janeiro — GB



## ATENDE-SE PELO REEMBÓLSO POSTAL

### POSTOS DE VENDA

Livraria — Praia de Botafogo, 186  
Livraria — Ed. Darke de Mattos  
Av. 13 de Maio, 23 - 12.º - S/1204

### LIVRARIA EM BRASÍLIA (D.F.)

SQ. 104 - Bloco A - Lote 11  
Tel.: 2-4689

### AGENTES:

#### SÃO PAULO — Capital

Fornecedora de Publicações Técnicas (M. M. de Oliveira Marques)  
Rua Quirino de Andrade, 193 - 7.º and.  
Tels. 36-1187 e 36-6629

#### CAMPINAS — S.P.

Renato Vaz Pupo  
Rua Campos Salles, 890  
conjunto 1102

#### BELO HORIZONTE — MG.

Sociedade Importadora Ltda.  
(Socimp)  
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305  
Tel.: 4-5083

#### JUIZ DE FORA — MG

Luiz de Souza  
Ed. Santa Helena — Sala 6

#### PÓRTO ALEGRE — RS.

Organização Sulina de Representações Ltda. — (Livraria Sulina)  
Av. Borges de Medeiros, 1030/36  
Tel.: 9-1087

#### SALVADOR — BA.

Livraria Continental  
Pça. Barão de R. Branco, 51 - 2.º and.

#### RECIFE — PE.

Almir Viggiano Antunes  
Ed. Seguradora - S/202 - (2.º and.)